

GT-13

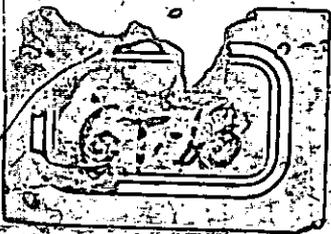
ALBERTO FRANCISCO COSSA

**UMA ABORDAGEM DO IMPACTO DA AGRICULTURA
TRADICIONAL SOBRE A DINÂMICA DEMOGRÁFICA
DE MOÇAMBIQUE**

Trabalho académico para obtenção do grau académico de licenciatura em Geografia

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

MAPUTO, OUTUBRO, 1997



ALBERTO FRANCISCO COSSA

**UMA ABORDAGEM DO IMPACTO DA AGRICULTURA
TRADICIONAL
SOBRE A DINÂMICA DEMOGRÁFICA DE
MOÇAMBIQUE**

“Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Licenciatura da UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE”

Supervisora: Dr^a Ximena Andrade

314.143
C 836a 26

F. LETRAS U. E. M.
R. E. 26149
DATA 7/10/1998
AQUISIÇÃO <i>releto</i>
COTA <i>57-13</i>

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

MAPUTO, OUTUBRO, 1997

DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes utilizadas.

ABREVIATURAS

BM- Banco Mundial

CCR- Conselho Coordenador de Recenseamento

CEP- Centro de Estudos de População

CNP- Comissão Nacional do Plano

DEA- Direcção de Economia Agrária

FAO- Food and Agriculture Organization of United Nations

FMI- Fundo Monetário Internacional

GCR- Gabinete Central de Recenseamento

INIA- Instituto Nacional de Investigação Agronómica

ISP- Instituto Superior Pedagógico

MAP_ Ministério da Agricultura e Pescas

MINED- Ministério da Educação

MPF- Ministério de Plano e Finanças

UAP- Unidade de Alívio de Pobreza

UEM- Universidade Eduardo Mondlane

UFMG- Universidade Federal das Minas Gerais

PD- População e Desenvolvimento

PDR- Population and Development Review

WLSAMAZ- Women and Law in Southern Africa/ Mozambique

AGRADECIMENTOS

Este trabalho resultou de um esforço físico e mental do autor e principalmente da contribuição moral e material de algumas individualidades e instituições sem as quais não teria sido possível a sua realização. Assim, o autor gostaria de manifestar o seu apreço à doutora **Ximena Andrade**, supervisora do trabalho, pela forma com que coordenou o processo de investigação desde a concepção metodológica, redacção do texto final e apoio em material bibliográfico; pela dedicação, críticas, sugestões e fundamentalmente pela grande paciência.

Ao doutor **João Maendaenda**, meu primeiro supervisor, pela ajuda prestada na concepção inicial do tema e apoio bibliográfico e ao gabinete técnico da **UPP**, por ter permitido o uso de computador local para a redacção das versões do texto.

À direcção do **CEP**, pelo apoio que concedeu em impressão do presente trabalho.

Ao **Departamento de Estatística do MAP**, por ter facilitado a compilação dos dados brutos. Aos meus colegas do curso de Geografia pela troca de impressões.

Finalmente, todos os pontos de vistas, interpretações, conclusões e erros prováveis expressos são evidentemente do autor e não têm nada a ver com as pessoas e/ou instituições mencionadas.

A todos que o autor tenha esquecido mas que contribuíram para este trabalho, vão os sinceros agradecimentos.

RESUMO

Em Moçambique, devido ao baixo nível de desenvolvimento económico, a agricultura tradicional é a principal fonte de segurança alimentar e nalgumas vezes, de rendimento. No processo produtivo, esta actividade conta fundamentalmente com a mão de obra familiar e instrumentos rudimentares, o que aumenta a necessidade de alargamento do tamanho do agregado familiar e conseqüentemente o aumento dos níveis de dinâmica demográfica do país.

O estudo que a seguir se apresenta, debruça-se sobre a agricultura tradicional, na perspectiva das suas interrelações com o tamanho do agregado familiar dos seus praticantes, seu impacto na dinâmica demográfica.

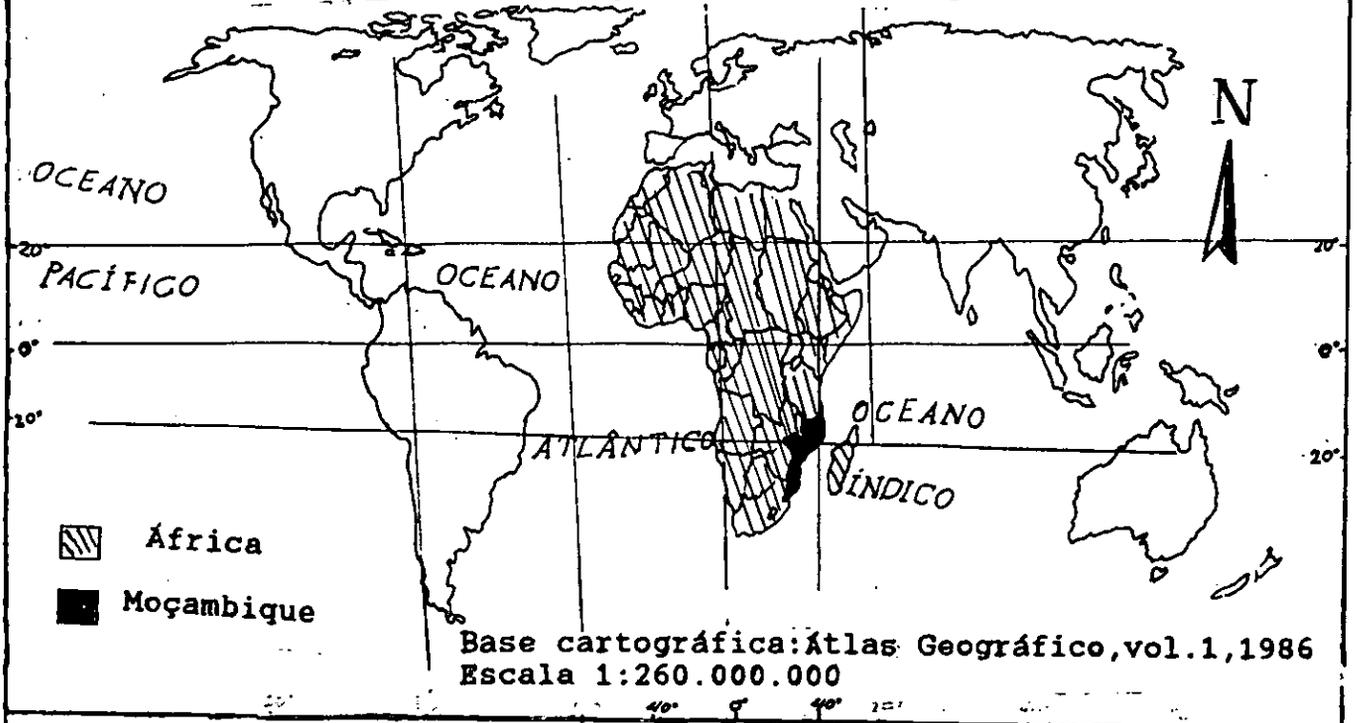
Assim, identifica como antecedentes, os aspectos fisiográficos e socio-culturais da área de estudo. Mas antes apresenta a metodologia do estudo. A questão central é tratada no quarto capítulo. Caracteriza a agricultura tradicional, na perspectiva temporal, incidindo sobre o seu papel, acesso à terra, produção e sua orientação. Depois interrelaciona a agricultura tradicional e as características dos agregados familiares. Avalia o impacto da agricultura tradicional sobre a dinâmica demográfica.

A principal conclusão que se tira do estudo é que na maioria da população praticante da agricultura tradicional há uma tendência do incremento do tamanho do agregado familiar, principalmente através da fecundidade natural, com os seguintes propósitos: aumentar a mão de obra familiar para a produção de subsistência; garantir a segurança contra os riscos pelo número maior de filhos; ter prestígio na comunidade; e aumentar a rede de relações de parantesco.

Isto cria por seu turno, uma composição e organização familiar, cujas características limitam as possibilidades de desenvolvimento. Correlativamente dá azo aos elevados níveis de fecundidade e de mortalidade infantil; estrutura jovem da população; e ainda maiores probabilidades de transmissão da pobreza entre gerações.

MAPA 1- ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DE MOÇAMBIQUE

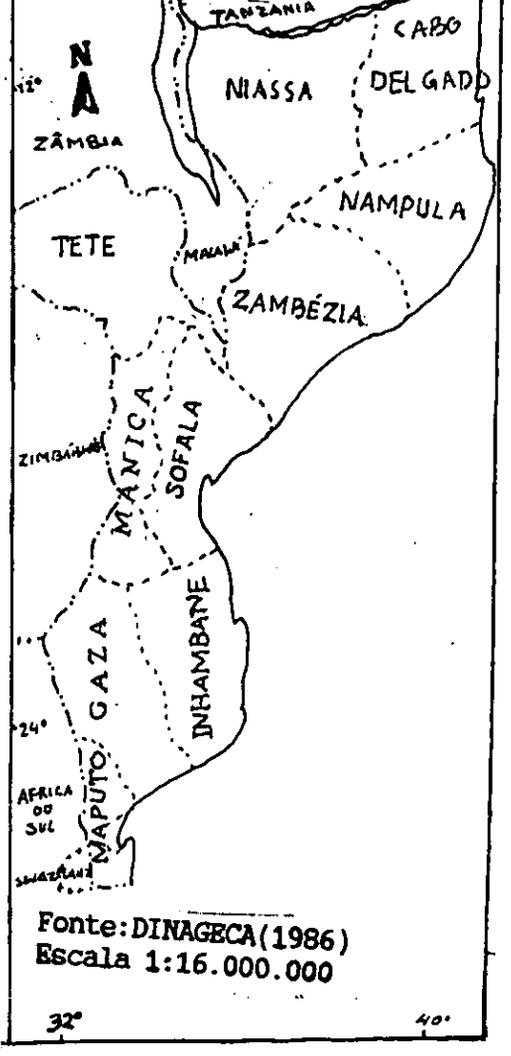
MAPA 1A- MOÇAMBIQUE NO MUNDO



MAPA 1B- MOÇAMBIQUE EM ÁFRICA



MAPA 1C- MOÇAMBIQUE NA ÁFRICA AUSTRAL



ÍNDICE GERAL	pag
AGRADECIMENTOS.....	i
ABREVIATURA.....	ii
RESUMO.....	iii
INDICE DE TABELAS.....	viii
INDICE DE FIGURAS.....	xiii
INDICE DE MAPAS.....	xvi
I -INTRODUÇÃO	1
1.1-Objectivos.....	2
1.1.1- Objectivos gerais.....	3
1.1.2- Objectivos específicos.....	3
1.2- Pressupostos.....	4
II- METODOLOGIA	5
2.1- Revisão da Literatura.....	5
2.2- Análise da informação estatística.....	11
2.3- Método Comparativo geográfico.....	13
2.4- Método cartográfico	15

III- BREVE CARACTERIZAÇÃO GERAL DA

ÁREA DO ESTUDO.....16

3.1. Localização geográfica e divisão

político-administrativa.....16

3.2. O quadro físico-geográfico.....17

3.3. Aspectos socio-culturais.....20

IV- POPULAÇÃO E AGRICULTURA TRADICIONAL.....23

4.1. Agricultura tradicional em Moçambique:

Contexto histórico.....23

4.1.1. Período colonial.....23

4.1.2. Período pós-independência.....26

4.2. Tamanho e distribuição espacial da

população camponesa.....29

4.3. Estrutura por sexo e idade da

população agrícola.....32

4.4. Tamanho e composição do agregado Familiar.....38

4.5. Escolaridade dos membros dos agregados familiares.....40

4.6. Divisão do trabalho.....42

4.7. Área cultivada e a composição do agregado familiar.....46

4.8. O rendimento agrícola e a composição do agregado familiar.....48

4.9. Impacto da agricultura tradicional sobre

a dinâmica demográfica.....51

4.9.1. Impacto sobre a dinâmica demográfica nacional.....51

4.9.2. Impacto sobre a dinâmica demográfica do meio rural.....	58
4.9.3. Impacto sobre a dinâmica demográfica provincial.....	65

V - CONCLUSÕES	71
-----------------------------	-----------

VI-REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	77
---	-----------

ANEXOS

Anexo A: Glossário

Anexo B: Tabelas

Anexo C: Figuras

Anexo D: Mapas

INDICE DE TABELAS

Tabela nº1: Estimativas do uso de terra em Moçambique, 1996.....	20
Tabela nº2: Distribuição da população e agregados familiares agrícolas tradicionais por províncias de Moçambique, 1992.....	30
Tabela nº3: Distribuição da população rural por idade e sexo em Moçambique em 1980 e 1991.....	33
Tabela nº4: Tamanho dos agregados familiares Rurais e composição por idade em Moçambique, 1993.....	39
Tabela nº5: Nível de educação por sexo do chefe do agregado familiar, 1993.....	40
Tabela nº6: Prática de actividades agrícolas por grupo etário e por sexo, 1993.....	43
Tabela nº7: Variação da área ocupada e cultivada por número de explorações e número membros do agregado familiar em Moçambique, 1993.....	48

Tabela nº8: Comparação das tendências da taxa globalde fecundidade, taxa de mortalidade infantil e da esperança de vida a nascença entre a população agrícola e outros grupos ocupacionais entre 1980-1991.....	52
Tabela nº9: Variação da taxa global de fecundidade, Segundo o nível escolar, taxa de mortalidade infantil e esperança de vida em Moçambique, 1980..	55
Tabela nº10: Tendências de algumas variáveis da dinâmica demográfica e as condições sociais nas áreas rurais, entre 1980 e 1991, em Moçambique.....	60
Tabela nº11: População com menos de 15 anos que trabalha nas áreas rurais de Moçambique, 1991.....	63
Tabela nº12: Relação entre a Taxa de participação na agricultura familiar; a taxa global de fecundidade e a taxa de mortalidade infantil entre 1980 e 1991 em Moçambique.....	66

Tabela nº13: Relação entre as condições da agricultura tradicional e a migração por grupo de províncias em Moçambique, entre 1980 e 1991.....	67
Tabela nº14: Relação entre as áreas cultivadas do sector familiar; a taxa global de fecundidade e a taxa de mortalidade infantil, entre 1980 e 1991 em Moçambique.....	68
Tabela A.1: Tamanho de explorações, área ocupada, área média por agregado familiar, 1970.....	anexo
Tabela A.2: Diferenciação da produção de algumas culturas entre os sectores moderno e o tradicional em Moçambique, 1970.....	anexo
Tabela A.3: Número médio de meios de produção próprios por chefe do agregado familiar segundo a presença ou ausência do cônjuge em Moçambique, 1993.....	anexo
Tabela A.3: Produção de culturas básicas e de rendimento do sector familiar na campanha 1993/1994.....	anexo

- Tabela A.4: Distribuição da população rural de Moçambique por idade e sexo entre 1980 e 1991.....anexo
- Tabela A.5: Distribuição relativa da população camponesa por sexo e por províncias, 1991.....anexo
- Tabela A.6: Taxa de participação da força de trabalho nas áreas rurais por sexo e províncias de Moçambique em 1991.....anexo
- Tabela A.7: Distribuição dos agregados por área de exploração em Moçambique, 1993.....anexo
- Tabela A.8 : Comparação das Taxas globais de fecundidade de Moçambique com África, regiões e o mundo em 1980.....anexo
- Tabela A.9: Taxa de dependência demográfica e económica da população rural por províncias de Moçambique em 1991.....anexo
- Tabela A.10: População total e o número de agregados familiares camponeses de Moçambique, em 1992.....anexo

- Tabela A.11: Taxa global de fecundidade segundo as províncias e áreas de residência entre 1980 e 1991.....anexo
- Tabela A.12: Taxa bruta de mortalidade por províncias e áreas de residência de Moçambique, 1980-1991.....anexo
- Tabela A.13: Variação da mortalidade infantil em Moçambique por províncias entre, 1980 e 1991.....anexo
- Tabela A.14: Nível de educação de adulto por sexo nas áreas rurais em Moçambique, 1993.....anexo
- Tabela A.15: Número de charuas por províncias em 1970..anexo
- Tabela A.16: Evolução da superfície cultivada da agricultura familiar entre 1980 e 1991.....anexo
- Tabela A.17: Variação dos rendimentos de algumas culturas tradicionais por número de membros do agregado familiar em Moçambique, 1993.....anexo

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig.1- Tendências do índice de masculinidade da população rural entre 1980 e 1991.....	34
Fig.2- Pirâmide da população rural de Moçambique, 1991.....	37
Fig.3 - Variação do nível de educação por adulto e sexo, 1993.....	41
Fig.4- Tamanho de explorações por sexo do chefe do agregado familiar, 1993.....	47
Fig.5- Rendimento agrícola de algumas culturas segundo a composição do agregado familiar em Moçambique, 1993.....	49
Fig.6- Evolução da taxa global de fecundidade por grupos ocupacionais, 1980 e 1991.....	53
Fig.7 - Evolução da mortalidade infantil por grupos ocupacionais, 1980 e 1991.....	53

- Fig.8- Evolução da esperança de vida a nascença
por grupos ocupacionais, 1980 e 1991.....54
- Fig.9- Variação da fecundidade com nível de instrução
em Moçambique, 1980..... anexo
- Fig.10- Variação da Mortalidade infanto-juvenil por nível de instrução
das mães nas áreas rurais de Moçambique, 1980..... anexo
- Fig.11- Variação da esperança de vida por nível de instrução
em Moçambique, 1980.....anexo
- Fig.12- Tendências da taxa global de Fecundidade
nas áreas rurais de Moçambique, 1970 e 1991.....anexo
- Fig.13- Tendências da taxa de mortalidade infantil nas áreas rurais
em Moçambique, 1970 e 1991.....anexo
- Fig.14- Tendências da taxa bruta de natalidade por
áreas de residência, 1980 e 1987.....anexo
- Fig.15- Variação da Mortalidade infantil segundo as
condições de alojamento em Moçambique,1980..... anexo

Fig. 16- Comparação da taxa global de fecundidade por áreas

de residência de Moçambique e regiões do mundo, 1980.....anexo

INDICE DE MAPAS

- Mapa 1: Enquadramento geográfico de Moçambique.....anexo
- Mapa 2: Moçambique: Divisão político- administrativa.....anexo
- Mapa 3: Moçambique: Classificação climática.....anexo
- Mapa 3.1- Temperatura e pluviometria em Moçambique.....anexo
- Mapa 4: Bacias Hidrogáficas de Moçambique.....anexo
- Mapa 5: Moçambique: Distribuição espacial da
população camponesa.....anexo
- Mapa 6: Moçambique: Distribuição espacial
dos agregados familiares camponeses.....anexo
- Mapa 7- Variação Espacial do Tamanho de
agregado familiar rural de Moçambique.....anexo
- Mapa 8: Moçambique: Variação espacial da fecundidade
com a percentagem da população camponesa.....anexo

Mapa 9: Moçambique: Variação espacial da fecundidade

com as áreas cultivadas..... anexo

I- INTRODUÇÃO

Em Moçambique, o baixo nível de desenvolvimento económico dá azo a uma estrutura produtiva em que a agricultura tradicional constitui a principal actividade económica da maioria da população. Em correlação, devido ao baixo nível tecnológico, esta actividade - no seu processo produtivo - demanda um agregado familiar numeroso para a mão de obra.

Esta situação tem repercussão na elevada procura de filhos para a produção agrícola de subsistência, o que cria por conseguinte uma dinâmica de altos níveis de natalidade e de mortalidade, especialmente infantil.

Perante este facto, torna-se crucial saber como é que a prática de agricultura tradicional se interrelaciona com o comportamento das variáveis demográficas. A compreensão destas interrelações - num país em que a maioria da população vive ainda nas áreas rurais - é crucial para elaboração de planos e implementação de políticas de desenvolvimento económico e social. Assim, o enquadramento da questão populacional na planificação do desenvolvimento, em Moçambique é importante, dada a pobreza e às consequências da guerra e calamidades naturais que assolaram o país (DNE, 1990) bem como aos efeitos do programa do reajustamento estrutural.

Este estudo é uma aplicação dos conteúdos geográficos vistos ao longo dos cinco anos da formação e tem um carácter inicial. Por isso, é um ponto de partida para análises mais específicas e profundas. O estudo requereu uma revisão da literatura, e interiorização dos conceitos fundamentais da demografia e dos problemas do desenvolvimento socio-económico.

Estruturalmente, o trabalho apresenta inicialmente os objectivos e os pressupostos do estudo. Em seguida descreve a metodologia do estudo.

No terceiro capítulo, caracteriza-se a área do estudo; no quarto capítulo apresentam-se os resultados e a discussão dos dados recolhidos. Dá-se maior incidência às características da agricultura tradicional nos períodos colonial e pós-independência, depois analisam-se as interrelações entre os aspectos demográficos, sociais e económicos da população bem como a avaliação dos impactos da agricultura tradicional sobre a dinâmica demográfica.

No fim apresentam-se as principais conclusões tiradas do estudo.

1.1. OBJECTIVOS

Em Moçambique, a agricultura tradicional constitui um dos factores para altos níveis de fecundidade e de transmissão da pobreza entre gerações. Assim, este trabalho é um contributo para este estudo e de futuros trabalhos de investigação na perspectiva da população e desenvolvimento do meio geográfico rural.

1.1.1. OBJECTIVOS GERAIS

- i) Interrelacionar a prática da agricultura tradicional, com o tamanho do agregado familiar e seu impacto sobre a dinâmica demográfica; e
- ii) Simultaneamente, verificar em que medida tais interrelações afectam as condições sócio- económicas dos praticantes da agricultura tradicional e a distribuição espacial da população de Moçambique.

1.1.2. OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

Para se atingir os objectivos gerais foram traçados como objectivos específicos:

- i) Caracterizar a agricultura tradicional no que concerne aos seguintes aspectos:

- Papel histórico da agricultura tradicional em Moçambique;
- As formas de acesso a terra,
- As técnicas e meios de produção utilizados,
- A Orientação da produção

- ii) Identificar e discutir:

- O peso da população camponesa e a sua distribuição geográfica em Moçambique;
- A estrutura etária e sexual da população camponesa no contexto do meio rural;
- O tamanho e a composição do agregado familiar camponês e o respectivo grau de instrução ;

-O grau de participação da população nas actividades agrárias por grupo etário e sexo;

iii) Relacionar o número de explorações, a área cultivada, o rendimento agrícola, com a composição do agregado familiar; e

iv) Avaliar os impactos da agricultura tradicional sobre a fecundidade, a mortalidade infantil, a esperança de vida à nascença e a migração.

1.2. PRESSUPOSTOS

Para este estudo pressupõe-se que:

i) A agricultura tradicional é uma actividade dependente da mão de obra familiar e das condições climáticas, pelo que cria uma dinâmica de altos níveis de fecundidade, devido á necessidade de aumento do agregado familiar para o incremento da produção de subsistência.

ii) Como efeito do aumento do tamanho do agregado familiar, as condições de vida dos agricultores tradicionais, tendem a deteriorar-se, em virtude dos parentes terem que repartir os cuidados e rendimentos por um maior número de membros.

iii) Para agricultores tradicionais, os filhos constituem uma estratégia de sobrevivência, por serem a fonte de ajuda nas actividades agrárias e domésticas e uma fonte de segurança do sustento no presente e no futuro.

iv) As mais elevadas taxas de fecundidade; de mortalidade infantil e de emigração assim como os níveis mais baixos de esperança de vida à nascença concentram-se nas áreas caracterizadas por uma economia predominantemente agrária tradicional.

II- METODOLOGIA

Para a realização do estudo, procedeu-se à consulta e revisão bibliográfica bem como à análise crítica dos dados estatísticos. Depois, para efeitos da análise e visualização dos aspectos estudados, foram utilizados os métodos comparativo geográfico e cartográfico respectivamente. As definições dos principais conceitos utilizados ao longo do texto estão no glossário. A seguir se apresenta em detalhe.

2.1- REVISAO DA LITERATURA

Existe uma preocupação crescente sobre o impacto das actividades económicas no comportamento demográfico. Esta preocupação surge em virtude da actividade económica- sendo a ocupação e/ou profissão, geradora de rendimento ou de produção- ser crucial para a dinâmica demográfica, pois agrega nela condições sociais e culturais muito influentes na atitude da população sobre o tamanho do agregado familiar.

Dos artigos e obras consultadas constata-se que existem duas abordagens para o estudo desta temática: a abordagem económica e a socio-cultural. Ambas abordagens se interrelacionam nos seus argumentos.

Na abordagem económica, relacionam -se a posse de terra, o tamanho das áreas cultivadas com o tamanho do agregado familiar e os níveis de fecundidade. Assinala-se então que o tamanho das explorações agrícolas dum agregado familiar aumenta com o número de filhos.

Assim, para o grande tamanho de exploração, o mais valioso é o trabalho dos filhos, o que incrementa a demanda de mais crianças, e portanto o nível de fecundidade (Cain, 1977; 1982; 1984). Esta asserção teórica, designada por "hipótese de demanda de terra laboral" - reforça a ideia de que a fecundidade aumenta quando os benefícios económicos da criança ultrapassam os seus custos (Thomas, 1991).

Em Moçambique, esta abordagem, se bem que deve-se aceitar, tem de ser duma forma relativa porque habitualmente o tamanho das áreas cultivadas aumenta com o número de adultos (principalmente de mulheres) no agregado familiar. As crianças tidas como fundamentais para o grande tamanho da exploração assumem papéis diferentes segundo o sexo e a idade.

As raparigas ajudam as mães no trabalho doméstico (cuidar dos irmãos mais novos, busca de lenha) e em algumas tarefas agrícolas cruciais (tais como sacha, colheita) e quando adultas começam a fazer trabalhos iguais das suas mães. O rapaz tende a pastar gado, a fugentar pássaros e animais nas machambas, trabalha com o pai na caça quando adulto faz alguns trabalhos pesados, lavra a terra com a junta de animais em áreas onde a tração animal existe; desbrava as matas para a posterior lavoura.

Mas continuando com esta abordagem, assinala-se que o elevado número de filhos nos camponeses é motivada pela necessidade de segurança contra os riscos do presente e do futuro (Cain, 1981; 1983). Tais riscos no Bangladesh pesam mais sobre a mulher. Estes incluem - no caso esta não tenha filhos- a perda de posses ou de usufruto dos bens, falta

de sustento na velhice; mortalidade devido às inundações e outras calamidades naturais e diversas doenças; bem como o fracasso nas colheitas.

Esta situação é aplicável para Moçambique, embora com algumas excepções, pois o Bangladesh é um país culturalmente islâmico e sujeito a inundações devido ao seu clima, o que já não acontece com o país. Além disso, Moçambique possui dois sistemas de parentesco (patrilinear e matrilinear), os quais pelas suas relações de género levam a formas de segurança contra os riscos relativamente diferentes. Por exemplo, na sociedade matrilinear, a mulher providencia o sustento da sua família, pois o casamento implica a saída do homem para a casa da mulher.

Ademais, os benefícios das crianças como fonte de segurança contra os riscos dependem do sexo, da idade delas, direitos de herança e de sucessão e do mercado de trabalho. Na África Subsariana, o rapaz na idade adulta pode trabalhar tanto em casa como no mercado de trabalho formal quanto no informal recebendo um salário, o que permite assim o sustento dos pais. Enquanto a rapariga na idade adulta permite que os seus irmãos se casem e constituam as suas famílias, através da compensação material e monetária que se dá à sua família pela união matrimonial, em sociedades patrilineares (Fapohunda & Todaro, 1988). Tais formas de segurança são estratégias de sobrevivência, consequência da pobreza.

Esta abordagem, inserida no aprofundamento da explicação da teoria de transição demográfica e nas políticas de planeamento familiar que têm fracassado nos países subdesenvolvidos, conclui que a fecundidade não pode decair nas sociedades camponesas, porque as crianças são fonte de segurança efectiva contra riscos e de trabalho familiar nas actividades agrárias e a tendência nestas sociedades será de aumentar o tamanho do agregado familiar.

Contudo, alguns estudos extensivos têm revelado que o tamanho da exploração agrícola serve apenas ao número de crianças em vida e não cria uma demanda de mais filhos mas incrementa o número de crianças através da fecundidade natural e crianças sobreviventes (Clay & Johnson, 1992; May, 1995).

Esta arguência quer-se referir a compatibilidade da actividade agrícola com um maior número de filhos porque não exige uma separação física entre a criança e a mãe.

O enfoque sócio-cultural concentra-se mais nos aspectos socio-culturais das sociedades da África Subsariana⁽¹⁾. Um deles é a crença nos poderes dos ancestrais mortos, cujo efeito, é aumentar as obrigações dos filhos aos seus parentes, incrementando assim os benefícios económicos dos filhos, e aumentando portanto a fecundidade. Estes poderes são encarados como determinantes na vida da criança, na fertilidade da mulher e na actividade económica (p.e: agricultura). Além disso, existe a crença no renascimento de espíritos ancestrais nos seus descendentes, ideia que motiva uma fecundidade ilimitada para os acomodar.

Outro aspecto de realce, é que em sociedades patrilineares, a sobrevivência económica e cultural da família (assente nas relações de parantesco) pode somente ser assegurada através de nascimento de rapazes. Os últimos são também necessários para a liderança de várias cerimónias estabelecidas com respeito aos ancestrais⁽²⁾.

Correlativamente, a discriminação da mulher, na posse da terra para a agricultura de subsistência, no contexto das normas costumeiras, cria nela uma insegurança social do

¹ Ver: J.C. Caldwell, J.C. Towards a restatement of demographic transition Theory. PDR 2 (3 &4):321-366; 1976.

J.C. Caldwell & P.Caldwell Cultural forces tending to sustain high fertility in tropical Africa. PDR 4(3);1985.

J.C. Caldwell & P.Caldwell The cultural context of high fertility in Sub-Saharan Africa. PDR, Vol. 13. 3(9):409-437; 1987.

²Caldwell,1976 ,op.cit p.240

presente e do futuro. Esta insegurança permite que ela adopte como estratégia, ter muitos filhos porque através dos filhos, ela ganha alguma reputação na família e na comunidade mas também pode influir sobre o comportamento de outros, incluindo os próprios filhos (sobretudo raparigas) porque os filhos constituem uma força de trabalho que ajuda a mulher a exercer as suas responsabilidades (Frank & Mcnicoll, 1987).

A criação de filho alheio- muito frequente nas sociedades Africanas- incentiva também a elevada fecundidade na medida em que os custos do sustento dos filhos são suportados pela outrem (Bledsoe, 1990). Por outro lado, pelo facto da população agrícola ser um extracto social de baixo nível de produtividade e escolar, a unidade familiar forma-se a uma idade precoce⁽³⁾. Isto afecta a fecundidade através do maior período de exposição ao risco de procriar. A estabilidade do casamento é influenciada pela viuvez, divórcio e recasamento. O recasamento é habitual na África Subsariana, normalmente dentro do sistema poligâmico. A poligamia resulta da necessidade de aumentar a mão de obra familiar na produção agrícola de subsistência; dos casamentos por levirato ; esterilidade geralmente atribuída à mulher; ao desejo de prestígio na comunidade e aumento da rede de relações de parentesco (Caldwell & Caldwell, 1987). Dos estudos feitos em Moçambique com dimensão nacional na perspectiva populacional, foram localizados entre outros, os trabalhos de Samaniego (1990) e de Gaspar e Mendonça (1990).

Gaspar & Mendonça (1990) relacionam a mortalidade infanto-juvenil com a ocupação e os níveis de instrução de agregados familiares.

Concluem que a mortalidade infanto-juvenil é maior nos camponeses e nos menos instruídos.

Samaniego (1990:105) interrelacionando os processos sociais, culturais e económicos com a componente demográfica; assinala que os primeiros condicionam a componente

demográfica e esta por sua vez influi naqueles. Esta interação varia ao nível das camadas sociais e unidades geográficas.

Assim, sob ponto de vista geográfico-económico, o problema que se coloca no crescimento da população é que não se distribui homoganeamente entre as camadas sociais e unidades geográficas do país. Tende a concentrar-se nas camadas e unidades geográficas pobres (idem p.106). Para efeitos, argumenta-se que o crescimento demográfico não é necessariamente contraditório ao crescimento da população, porque, a população constitui ao mesmo tempo oferta e procura (Samaniego & Maendaenda, 1995). Nos países subdesenvolvidos, os efeitos do crescimento demográfico são através de desflorestamento enquanto que nos países desenvolvidos, o crescimento económico afecta mais o meio ambiente, devido ao seu padrão de produção e consumo (UPP, 1991)⁽⁴⁾.

Outros estudos do projecto " A mulher e a lei na África Austral"- têm constactado que em Moçambique, as crianças são um recurso da reconstituição familiar e de investimento, que ao mesmo tempo proporcionam um reconhecimento simbólico da família na sociedade. Deste modo, a falta de filhos no seio do casal pode resultar na dissolução do casamento (WLSAMOZ, 1992, 1994, 1997).

Por outro lado, a revisão da literatura revela que a preferência dum número elevado de filhos basea-se na ideia de que a criança é um bem-estar futuro e garante o prestígio familiar na comunidade. Além disso, há ignorância sobre a fisiologia humana, particularmente dos órgãos reprodutivos da mulher, pois existe a ideia de que há um número pré-estabelecido de crianças no ventre da mulher que devem ser

³ Gonzales, 1980 citado por Chipembe, 1994

⁴ Sobre este dilema veja-se the Economist, 1990; uma revista da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos da América; e Ester Boserup, Economic and demographic interrelationship in Sub-Saharan

procriados sem qualquer impedimento⁽⁵⁾.

A prática de planeamento familiar é rejeitada pelos maridos: uns por temer perder o controlo do exercício da sexualidade das suas mulheres, outros pelo preconceito de que o planeamento familiar leva à prostituição, à esterilidade e doenças⁽⁶⁾.

Conclui-se que a análise da dinâmica demográfica da população agrícola tradicional em Moçambique, deve ser feita no contexto dos países em vias desenvolvimento, em geral e das condições culturais dos países da Africa Subsarina em particular.

2.2- ANÁLISE DA INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Para a informação estatística foram utilizadas diferentes fontes.

Os dados demográficos e socio-económicos utilizados são de publicações da Direcção Nacional de Estatística (DNE); do Ministério de Saúde (MISAU) e da Unidade de População e Planificação (UPP).

Estes dados são referentes aos censos de 1980, do Inquérito sobre o Comportamento Reprodutivo da Mulher realizado pelo MISAU em 1987; do Inquérito Demográfico Nacional (IDN) de 1991 e de outras publicações que abordam temas de população. As fontes estão citadas ao longo do trabalho.

Sobre os agregados familiares camponeses e sua relação com alguns indicadores agrícolas, usaram-se os dados do Inquérito agrícola ao Sector Familiar de 1993, e os de publicações anuais de estatísticas dos outros anos do Ministério da Agricultura e Pescas (MAP).

A semelhança de outros países Africanos, os censos e inquéritos demográficos realizados em Moçambique apresentam problemas de qualidade dos seus dados devido à má declaração de idade e sobre-estimativa ou subdeclaração de eventos vitais nas declarações retrospectivas. A omissão dos eventos vitais também é um dos mais sérios problemas que pode estar presente nos dados demográficos. É frequente omitir-se os filhos falecidos e os ausentes, o que resulta muitas das vezes da forma como é feita a pergunta da qual se deriva as estimativas da mortalidade e de fecundidade. Uma pergunta directa sobre a mortalidade de parentes pode causar um impacto negativo sobre o inquirido.

A omissão de filhos, muitas vezes é também associada a dificuldades conceptuais e a crenças religiosas.

Os erros de declaração de idade decorrem da ignorância. É o caso de pessoas que ignorando a data do seu nascimento declaram a idade que presumem ter, amiúde expressa por múltiplos de 5 e 10. É também o caso de pessoas que lembrando de eventos passados que foram narrados na infância, iludem-se neles e se atribuem idades muito mais elevadas que as reais.

Por outro lado, os erros são deliberados. Pessoas que desejam parecer mais jovens do que são, declaram intencionalmente idades inferiores ou superiores às efectivas.

Tais padrões são específicos em cada cultura, e podem estar de acordo com os papeis específicos de carácter administrativo- assistência social, serviço militar obrigatório, pagamento ou isenção de impostos, entre outros.

Outra fonte de erros provem dos próprios instrumentos utilizados para obter as informações sobre a idade.

⁶ WLSAMOZ (1997), *op.cit.* p.26

O calendário de lista de eventos históricos geralmente elaborado para apelar à memória do recenseado e daí deduzir a idade pode não funcionar pois implica um grande exercício mental. Por outro lado, a noção do tempo, sua representação e sua gestão não se definem e nem se explicam senão em função da sua estrutura social e da organização económica. A noção do tempo requerida nos questionários é geralmente estranha à maioria da população camponesa.

Para comparação os dados são afectados pela fraca cobertura geográfica e metodologias de recolha diferentes. O inquérito aos agregados familiares rurais de 1993 efectuado aos agregados familiares do sector tradicional de agricultura, também peca por amostras pouco representativas e cobriu dois distritos por cada província, o que não retrata a situação real do país.

Contudo, o censo de 1980 bem como dos inquéritos servem para análise uma vez que os seus dados foram ajustados e expandidos.

2.3 - MÉTODO COMPARATIVO GEOGRÁFICO

Este método consistiu na procura das relações no espaço e no tempo para os fenómenos em estudo. Permitiu avaliar as relações entre as tendências demográficas e os indicadores agrícolas. A unidade espacial de base para comparação foi a província.

Para avaliar a influência da agricultura tradicional no tamanho do agregados familiar, estabeleceu-se a relação entre as áreas cultivadas e os rendimentos com a composição do agregado familiar. Esta avaliação fez-se apenas a um nível desagregado, devido a falta de dados a nível provincial.

Para avaliar o impacto da agricultura tradicional sobre a dinâmica demográfica, estabeleceu-se a relação entre a fecundidade, a mortalidade infantil e a esperança de vida à nascença dos camponeses com os mesmos componentes de outras ocupações para os anos de 1980 e 1991.

A nível do meio rural (ainda no concernente a fecundidade e mortalidade infantil) estabeleceu-se a relação com os indicadores socio-económicos, tais como a taxa frequência escolar (1980 e 1991), analfabetismo (1980 e 1991), nutrição (1991) e ainda a idade média ao primeiro casamento (1980 e 1991).

A nível provincial, devido a falta de dados de fecundidade da população agrícola por província, a avaliação do impacto da agricultura sobre a dinâmica demográfica, efectuou-se na base da relação entre a população camponesa (por província), fecundidade, mortalidade infantil; entre as áreas cultivadas do sector tradicional da agricultura, fecundidade, mortalidade infantil e migração. O horizonte temporal da análise é o período de 1980 e 1991.

2.4- MÉTODO CARTOGRÁFICO

Considerado fundamental para análise e representação dos fenómenos espacio-temporais, neste trabalho, o método cartográfico consistiu, para além de uso de mapas existentes sobre aspectos físicos e socio-económicos, na elaboração dos referentes a organização espacial dos fenómenos demográficos e socio-económicos em estudo.

Utilizaram-se os mapas de escala de 1/8.000.000 a 1/6.000.000

Utilizaram-se também os métodos histórico e descritivo.

Correlativamente, foram utilizados os gráficos e tabelas. Os gráficos utilizados foram os de linha para representação de aspectos de carácter temporal (que reflectem mudanças) e ainda os gráficos de barras para efeitos de comparação.

III- BREVE CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA DE ESTUDO

Este capítulo descreve alguns aspectos da área de estudo, com o objectivo de caracterizar a agricultura tradicional quanto a sua relação com os aspectos demográficos.

3.1- LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

A república de Moçambique localiza-se na costa Sudeste de África (Mapa 1), defronte da Ilha de Madagáscar que se separa através do oceano Índico, entre os paralelos 10°27' e 26°52' de latitude Sul e entre os meridianos 30°12' 40°51' longitude Este.

Ela faz fronteira ao Norte com a Tanzânia, a Oeste (de Norte para Sul) com as repúblicas de Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, África do Sul e do reino da Suazilândia e ao Sul, novamente com África do Sul. A este, é banhado pelo oceano Índico.

O território de Moçambique tem uma superfície de 799.380 quilómetros quadrados (Km²) dos quais 13.000 Km² constituem águas interiores, tendo a fronteira terrestre uma extensão de 4300 quilómetros.

O comprimento da linha da costa, desde a foz do Rovuma (ao Norte) até Ponta de Ouro (ao Sul), é de 2525 quilómetros.

Em termos político-administrativos, o país é constituído por 11 províncias, nomeadamente (do Norte para o Sul); Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza, Maputo e cidade de Maputo (Mapa 2).

3.2- O QUADRO FÍSICO-GEOGRÁFICO

Moçambique apresenta sob ponto de vista geológico, cerca de dois terços da sua superfície formada por rochas cristalinas do precâmbrico, alteradas por movimentos tectónicos e acções eruptivas. A parte restante é constituída por rochas de origem sedimentar.

Em termos de relevo, o país tem um planalto central terminando por uma escarpa a partir da qual desce em degraus aplanados até atingir a planície litoral. Esta planície litoral (cobre cerca de 44% do território) - de altitude inferior a 200 metros - tem o seu maior desenvolvimento na metade sul do país.

A zona dos planaltos (ocupa 43% do territorio), onde as altitudes variam de 200 a 1000 metros, aparece com maior área no norte e centro do país.

A zona montanhosa (ocupa cerca de 13% do território), com altitudes superiores a 1000 metros, aparece em reduzidas áreas das províncias de Niassa, Nampula, Zambézia, Tete e Manica.

Sob ponto de vista climático, Moçambique possui em quase todo território um clima do tipo tropical (Mapa 3 em anexo).

Este clima divide-se em: i) clima tropical chuvoso dominante na metade norte e centro do país e no litoral sul, é caracterizado por um período mais longo de chuvas (de Setembro a Março) que o seco; ii) clima tropical seco, predominante no sul do país e na alta Zambézia, é caracterizado por uma época seca mais longa (Abril a outubro) que a das chuvas; e iii) clima tropical de altitude, característico das zonas montanhosas do país, é menos quente que o anterior mas bastante chuvoso (de Outubro a Junho).

Estas diferenças devem-se ao fraco relevo e a acção da corrente quente do canal de Moçambique, a qual influencia todo o litoral. A influência oceânica e da corrente quente do canal de Moçambique contribui para uma certa uniformização bioclimática de todo o litoral e das condições físicas, químicas das águas do canal de Moçambique (Muchangos, 1991:14).

Além dos factores referidos, influenciam o clima Moçambicano, a zona das baixas pressões equatoriais e o anticiclone do Índico, que tem como repercussão a frequência de depressões continentais de origem térmica responsáveis pelos períodos secos e frentes polares que originam períodos bastantes frios no Sul do país (Barca & Santos, 1992).

A temperatura média anual (Mapa 3.1 em anexo) é sempre superior a 20 graus centígrados excepto nas zonas montanhosas onde é inferior a 16 graus centígrados na estação seca.

A pluviosidade (Mapa 3.1 em anexo) atinge valores anuais superiores a 800 milímetros (mm) anuais, com os máximos em Niassa devido ao efeito de altitude.

No que se refere a hidrografia (Mapa 4 em anexo), em virtude da disposição do relevo, quase todos os rios correm na direcção oeste-este, desaguando no oceano Indico (Mapa 4 em anexo). A hidrografia de Moçambique pode-se classificar em dois sistemas de rede de drenagem. De um lado, o subsistema formado por grandes bacias do Rovuma, Lúrio, Zambeze e Limpopo e doutro o conjunto de rios autónomos e de importância relativa: Ligonha, Púngoè, Buzi, Incomati e Maputo.

Sob ponto de vista agrícola, as bacias hidrográficas de Moçambique são importantes, pois suavizam o déficite do solo em água em regiões de clima tropical seco e semi-árido, predominantes no Sul do país, o que permite o desenvolvimento agrícola.

No que concerne aos recursos pedológicos, o território de Moçambique apresenta basicamente na sua parte Norte e central (grande parte da província de Manica e de Tete) solos argilosos a franco- argilosos avermelhados com baixa fertilidade (excepção para as áreas de clima modificado pela altitude, onde a fertilidade é intermédia).

Na província de Sofala, algumas partes do Sul da Zambézia, Sudoeste de Tete, Sul de Inhambane e ao longo dos vales do Rio Limpopo, Incomati e Maputo; predominam solos fluviais de alta fertilidade. Em Sofala na sua parte central, localizam-se os solos arenosos avermelhados com fertilidade muito baixa. No Sul do Rio Save (mais para o interior) predominam os solos arenosos de fertilidade muito baixa e baixa retenção de água. Há a destacar os solos arenosos pouco evuluidos de dunas ao longo da costa Sul de Inhamabne, Gaza e Maputo (INIA,1994).

Quanto ao uso do de terra, existem pouca informação neste sentido, principalmente para o sector agrário em Moçambique. Contudo, de acordo com o Ministério da Agricultura e Pescas (1997)- na sua fundamentação sobre a necessidade da revisão da Lei de Terra- assinala que o país dispõe de 36 milhões de hectares, das quais utilizadas para o cultivo cobrem cerca de de 12 a 16 milhões de hectares, o que constituem 15 a 20% dos 36 milhões de hectares aráveis do território nacional. Além disso existem 46.4 milhões de hectares de florestas, cerca de 58% do território nacional (Tabela 1)

Tabela nº1: Estimativas de uso de terra em Moçambique,1997

Superfície terra firme	786300 km²
Terra arável	46.7%
área cultivada	15%
Florestas produtivas	25%
Parques, reservas de fauna e flora	11%
outros Usos	48%
Total	100%

Fonte: Ministério da Agricultura e Pescas Política nacional de terra e estratégias da sua implementação, 1997

Deste total de florestas, cerca de 200 milhões de hectares (25% do território nacional) são florestas produtivas. Os parques nacionais e áreas de reservas de fauna e flora constiuem cerca de 8.8 milhões de hectares (cerca de 11% do território nacional).

3.3. ASPECTOS SOCIO-CULTURAIS

Pretende-se neste subcapítulo apresentar a forma como se constituem as famílias no contexto das normas costumeiras.

Sob ponto de vista de de relações de parantesco, em Moçambique distinguem-se, dois tipos de sociedades: A sociedade matrilinear, mais predominante na região a Norte do rio Zambeze e o sociedade patrilinear, a Sul do país.

Na sociedade patrilinear- baseada principalmente na agricultura e na criação de gado- o

casamento é uma troca de serviços entre famílias de clãs diferentes onde o lobolo⁽⁷⁾ (compensação obtida pela família da mulher) estabelece ligações entre as duas famílias.

"O lobolo caracteriza a formalidade e estabilidade do matrimónio, tornando o marido e a sua família responsáveis pela manutenção da mulher e filhos "(WLSAMOZ,1994:50).

Além disso, o lobolo legitima os filhos nascidos do casamento, bem como os outros que porventura, a mulher tenha fora do seu âmbito (idem, p.50). Isto mostra o controlo que se exerce sobre a capacidade reprodutiva da mulher dentro deste sistema.

Geralmente, o valor do lobolo transferido para a família da mulher é mais tarde utilizado para que o irmão da noiva construa a sua família. Assim, compensa-se à família da noiva, a perda da capacidade produtiva e reprodutiva da mulher. Neste tipo de casamento, a não existência de filhos, pode implicar a devolução do lobolo, ou a vinda dum outra mulher da mesma família, ou ainda o casamento dum outra mulher, constituindo assim a poligamia, como uma das características neste tipo de sistema de parentesco.

Em caso da morte do marido, a viúva deve manter-se dentro do núcleo familiar com os filhos e usufruir dos bens deixados pelo falecido e submetida à prática de levirato, cuja função social, é assegurar a linha do falecido e garantir a protecção e segurança da viúva e orfãos. Em caso da morte da esposa, o viúvo casava-se com a irmã mais nova da falecida pelo sororato sem ter que pagar o lobolo.

A mulher viúva em nenhum caso pode dispor dos bens seus e do falecido (p.e:machambas) se abandonar o núcleo familiar. Ademais a sua família terá que restituir o lobolo. Neste sistema de casamento, a residência do casal é fixada na família do marido e o poder paternal dos filhos pertence ao pai e à sua família.

⁷ O lobolo é uma compensação matrimonial da noiva pela perda social provocada pela sua saída para a família do marido. É uma prática do sistema de parentesco patrilinear que tanto pode ser realizada em dinheiro como em espécie (ou ambos). Esta designação é específica da região Sul de Moçambique.

No que concerne aos bens, a mulher trazia da sua casa bens de uso domésticos, aos quais se abandonar a casa do marido não os podia levar por ter sido obtidos pelo valor do lobolo.

Na sociedade matrilinear- baseada mais na agricultura- o casamento implica a saída do homem para a casa da família da mulher. Não existia geralmente, compensação matrimonial, e quando tal se verificava, mantinha-se a liberdade de escolha da noiva⁽⁸⁾. A personagem central neste sistema era a mãe, mas os homens eram detentores do poder, como irmãos e tios (WLSAMAZ, 1994:61).

A mulher tida em grande conceito era respeitada e alimentada. A autoridade paternal dos filhos era exercida pelo tio materno. Neste sistema de parantesco, o grupo a que pertence a mulher mantém todos os direitos após o casamento e ao mesmo tempo o marido não tem obrigações para com o grupo da mulher. Se o casamento é dissolvido, os filhos ficam com a mãe, mas se houver uma filha o pai tem direito a ela como compensação (Osório,1990:9). O marido pode ter outras esposas, mas estas podem ou não residir na mesma casa. Esta é a outra vertente da poligamia diferenciando-se do espaço físico em que os cônjuges vivem.

No caso da morte do marido, a viúva casa-se por levirato com o sobrinho primogénito do falecido e em caso contrário, o viúvo casa-se com a sobrinha da falecida. Caso não, o viúvo perde direito de usufruto dos bens da falecida e dos filhos⁽⁹⁾.

No que concerne aos bens, as mulheres solteiras possuíam a sua palhota e objectos de uso doméstico, os quais aumentavam-se com os do marido.

⁸A compensação consistia na prestação de serviços na casa da noiva, entrega de brincos e outro tipos de bens. Porém, ultimamente, esta compensação tem sido através de entrega dum valor monetário.

⁹Devido à influência da religião (Islâmica e católica- cujas características são patriarcais no sistema de casamento), guerra e o relativo aumento do acesso à educação e emprego formal, muitas destas normas costumeiras já não tem se observados. Veja-se WLSAMAZ (1994) Op.cit.p.68-70

IV- POPULAÇÃO E AGRICULTURA TRADICIONAL

Sendo o principal cerne deste estudo, pretende-se neste capítulo apresentar e discutir os resultados da recolha dos dados relativos ao tema.

4.1- AGRICULTURA TRADICIONAL EM MOÇAMBIQUE: CONTEXTO HISTÓRICO

O propósito deste subcapítulo é identificar: i) a importância da agricultura na economia nacional; ii) as formas que assumem o acesso a terra; iii) e a orientação da produção, incidido sobre o período colonial e o período pós-colonial.

4.1.1- PERÍODO COLONIAL

A agricultura em Moçambique (tal como noutros países Africanos), durante o colonialismo, caracterizava-se pelo dualismo estrutural, com a coexistência de um sector virado para o mercado (sector moderno) com outro predominantemente de subsistência (sector tradicional), onde a maior parte da produção se destinava ao consumo do grupo familiar (Neves, 1988).

Do valor do produto interno bruto (PIB), que em 1970 era de 46.766 milhões de escudos, cerca de 55% desse valor provinha da agricultura, sector que ocupava 75% da força de trabalho⁽¹⁰⁾, tornando-o, portanto, a principal actividade económica.

O sector familiar tinha cerca de 99.7% do total das explorações, 93% da área

cultivada do país e ocupava 1.5 hectares em média por agregado familiar (Tabela A.1 anexo).

O acesso à terra para a prática agrícola tradicional baseava-se nos direitos consuetudinários, com uma variação espacial de acordo com os sistemas de parantesco. Na sociedade matrilinear, o acesso à terra realizava-se através de linhagens das mulheres. O tio materno era a figura que permitia o acesso da terra das novas famílias da mesma linhagem e que uma vez concedida, o chefe varão do agregado familiar é o principal decisor sobre a maneira como esta deve ser usada. As mulheres solteiras neste sistema de parantesco possuíam a sua própria machamba, a qual era aumentada com o casamento (WLSAMUZ, 1994:62; Jenson, 1997:13)).

Na sociedade patrilinear, segundo as normas costumeiras, o acesso à terra, era através do chefe das linhagem dos homens. Com efeito, todo indivíduo podia construir a sua casa e fazer a agricultura de subsistência, com prévia autorização do régulo⁽¹¹⁾, o qual indicava o local e fixava os limites da terra a ocupar.

O sector familiar caracterizava-se ainda pela prática duma agricultura de subsistência, com tecnologia rudimentar; sem uso de fertilizantes, sem protecção às culturas, nem alfaías adaptadas ao meio (Neves, 1988).

Também, caracterizava-se, pelo uso de sementes e plantas nem sempre adaptadas às condições agro-climáticas e pela baixa produtividade, que era agravado pelas más condições de conservação dos solos (Wuyts, 1978).

O sector familiar produzia basicamente culturas alimentares (tais como, o milho, a mapira, o feijão, o amendoim, a mandioca entre outras).

¹⁰ Veja-se IV Plano de Fomento, Relatórios sectoriais, Vol 1., Desenvolvimento agrário, 1973

¹¹ Régulo era a designação atribuída pelos portugueses ao chefe de uma comunidade pertencente à mesma de repremir quem- na comunidade- não pagasse imposto.

Cerca de 93% do milho e a totalidade das produções de mapira, mexoeira e mandioca originavam deste sector (Tabela A.2 anexo). Contudo, eram muito importantes contribuições de produtos para o mercado interno e para exportação (tais como, a castanha de caju, copra e algodão).

O sector moderno produzia culturas para o mercado interno e para exportação; organizava-se em grandes plantações (com utilização de agro-químicos e de máquinas) e contava ainda com uma força de trabalho assalariada e barata.

A relação entre os dois sectores da agricultura realizava-se, entre outras acções, através do recrutamento da força de trabalho para as plantações de algodão, de chá e de cana de açúcar nas companhias majestáticas e arrendatárias⁽¹²⁾ e ainda nas machambas de colonos; troca de excedentes dos camponeses por produtos industriais (tais como, têxteis, óleo, açúcar, sabão e sal) e troca de algodão por valor monetário.

Quanto à mão de obra da agricultura tradicional, a mulher era a principal responsável pela produção alimentar do agregado familiar, devido ao facto dos homens serem presos e levados para o trabalho forçado nas plantações, nas farmas dos colonos e nos serviços públicos, sob o pretexto de não pagamento de imposto (Akesson, 1989; Wuyts, 1978) e ainda devido às relações de género prevaletentes⁽¹³⁾ A mulher, também suportou a responsabilidade da família, principalmente nas províncias do Sul do país, quando o homem migrava aos países vizinhos, à procura de fontes de rendimento para o sustento da família. Assim, a força de trabalho era maioritariamente feminina e infantil.

¹² Companhias Majestáticas eram empresas estrangeiras com autonomia jurídica e politico-administrativa (é o caso da Companhia de Niassa e de Moçambique). Companhias arrendatárias tinham os mesmos estatutos das anteriores companhias mas dedicavam-se ao arrendamento de terras para privados (É o caso da companhia da Zambézia). Sobre este ponto, veja-se UEM, História de Moçambique Vol.II

¹³ As relações de género referem-se as que são socialmente construídas e existentes, entre a mulher e o homem, entre as mulheres e entre os homens. Estas relações são estabelecidas no contexto específico e aceites pela sociedade onde homens e mulheres desempenham papeis diferentes (Maendaenda, 1996; Andrade & Casimiro, 1995).

4.2. TAMANHO E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO CAMPONESA

A população camponesa⁽¹⁷⁾ de Moçambique em 1992, foi estimada em cerca de 11.642.764 (ocupando 2.766.732 agregados familiares), constituindo 77.4% da população total do país, no mesmo ano.

A densidade demográfica foi de 14.8 habitantes agrícolas por km² (Tabela 2), que é inferior em 4.1 habitantes por km² em relação a densidade demográfica do país no mesmo ano de referência.

Esta densidade demográfica média esconde desequilíbrios regionais e socio-económicos, pois a nível provincial mostra uma ampla variação: uma elevada concentração regional; uma forte aglutinação demográfica na costa litorânea; e uma dispersão no interior (Mapa 5 em anexo).

Com efeito, são as províncias de Nampula, Zambézia, Maputo e Inhambane a superar a densidade média. Por outro lado, são as províncias de Cabo Delgado; Sofala e Gaza próximos da média e por último são as províncias de Niassa, Tete e Manica a baixo da média (Mapa 5 em anexo).

Esta desigual distribuição espacial da população resulta dum crescimento demográfico e económico diferencial do país herdado do tempo colonial e da ocupação árabe (Araujo, 1988, 1990, 1992; DNE/GCR, 1995).

Assim, as províncias do litoral são as que apresentam maior níveis de fecundidade e natalidade (como se verá no subcapítulo 4.9).

16 LIBerman (1993); Davison(1988) citados por Jenson (1997)

¹⁷ População camponesa e rural não são sinónimos. A primeira, do ponto de vista sociológico é uma população que vive dentro dum sistema económico próprio, cuja racionalidade económica é diferente a da economia de mercado. A segunda trata-se de uma população específica em oposição do urbano; contudo

Tabela nº2: Distribuição da população e agregados familiares agrícolas tradicionais por província em Moçambique, 1992

Províncias	População camponesa Valor absoluto (a)	População camponesa valor relativo (%) (b)	Densidade populacional (Hab/Km ²) ^(c)	Número de agregados familiares Camponeses do país
País	11.642.764	77.4	14.8	2.766.732
Niassa	655.475	91.3	5.3	172.208
Cabo Delgado	1.150.755	91.2	14.3	273.280
Nampula	2.557.151	85.6	30.4	707.294
Zambézia	2.653.425	88.8	25.1	630.372
Tete	641.911	85.7	6.45	152.054
Manica	527.249	79.9	8.4	100.129
Sofala	866.251	64.8	12.9	184.505
Inhambane	1.137.352	87.9	16.1	247.935
Gaza	933.527	79.2	12.2	188.287
Maputo ^(d)	519.675	27.2	21.2	110.668

Fonte: Elaborado na base dos dados de Estatísticas agrárias 1992, Ministério de Agricultura e Pescas, 1994

Nota:^(a)- para obtenção dos valores, foi multiplicado o tamanho médio dos agregados familiares camponeses com o número total dos agregados^(b)- corresponde ao peso da população agrícola na população total de cada província.^(c)- Foi calculada em relação à superfície total da província. ^(d)- Incluiu-se a cidade de Maputo na província de Maputo

Por outra parte a heterogñiedade no povoamento é o reflexo da maior capacidade de absorção de mão de obra local e das condições climáticas favoráveis para a prática da

agricultura que as províncias do litoral sempre tiveram. As densidades demográficas das províncias de Niassa, Cabo Delgado, Manica e Tete reflectem a real dinâmica demográfica resultante da guerra da independência; da última guerra civil; que se repercutiram na migração da população para os países vizinhos. Além disso, confirma-se a inferência histórica segundo a qual na década de 1960, teria havido uma migração massiva da população destas províncias para os países vizinhos, como efeito da degradação das condições de vida⁽¹⁸⁾.

O caso das províncias de Gaza e Inhambane reflecte a constante migração da mão de obra masculina para as minas da África do Sul.

Assim, pode-se concluir que o padrão de distribuição espacial da população camponesa resulta em parte dos processos históricos, políticos e económicos registados no país.

No que se refere ao peso da população camponesa em Moçambique, as províncias de Niassa e Cabo Delgado têm maiores índices (91.3% e 91.2 % respectivamente). A seguir, vêm as províncias de Zambézia, Inhambane, Tete e Nampula com 88.8%, 87.8%, 85.7% e 85.6%, respectivamente. Em geral, todas províncias têm a maior parte da sua população na agricultura, pois ultrapassam mais de 50% (com excepção de Maputo província e cidade juntas).

Quanto aos agregados familiares, o maior número concentra-se nas províncias densamente povoadas, i.é, províncias de Nampula (707.294) e Zambézia (630.372) e, menor número nas províncias de Manica (100.129) e de Maputo (110.668), onde se verifica um elevado tamanho médio do agregado (Mapa 6 em anexo).

¹⁸ Sobre este ponto veja-se R. Muanamoha Demografia), Belo Horizonte, 1995. Tendências históricas de (re)distribuição Espacial da população de Moçambique (Tese de Mestrado em

agricultura que as províncias do litoral sempre tiveram. As densidades demográficas das províncias de Niassa, Cabo Delgado, Manica e Tete reflectem a real dinâmica demográfica resultante da guerra da independência; da última guerra civil; que se repercutiram na migração da população para os países vizinhos. Além disso, confirma-se a inferência histórica segundo a qual na década de 1960, teria havido uma migração massiva da população destas províncias para os países vizinhos, como efeito da degradação das condições de vida¹⁸).

O caso das províncias de Gaza e Inhambane reflecte a constante migração da mão de obra masculina para as minas da África do Sul.

Assim, pode-se concluir que o padrão de distribuição espacial da população camponesa resulta em parte dos processos históricos, políticos e económicos registados no país.

No que se refere ao peso da população camponesa em Moçambique, as províncias de Niassa e Cabo Delgado têm maiores índices (91.3% e 91.2 % respectivamente). A seguir, vêm as províncias de Zambézia, Inhambane, Tete e Nampula com 88.8%, 87.8%, 85.7% e 85.6%, respectivamente. Em geral, todas províncias têm a maior parte da sua população na agricultura, pois ultrapassam mais de 50% (com excepção de Maputo província e cidade juntas).

Quanto aos agregados familiares, o maior número concentra-se nas províncias densamente povoadas, i.é, províncias de Nampula (707.294) e Zambézia (630.372) e, menor número nas províncias de Manica (100.129) e de Maputo (110.668), onde se verifica um elevado tamanho médio do agregado (Mapa 6 em anexo).

¹⁸ Sobre este ponto veja-se R. Muanamoha Tendências históricas de (re)distribuição Espacial da população de Moçambique (Tese de Mestrado em Demografia), Belo Horizonte, 1995.

4.3- ESTRUTURA POR SEXO E IDADE DA POPULAÇÃO RURAL

A distribuição da população por sexo e idade é essencial para vários propósitos: Do ponto de vista demográfico, ela é a base para as medidas indirectas de mortalidade, fecundidade, migrações e ponto de partida para as projecções demográficas. Do ponto de vista económico, é útil para planificação do desenvolvimento económico e social (planificação do emprego, actividades económicas, habitação, infraestruturas de saúde, educação, entre outros). Sob ponto de vista da distribuição espacial da população a composição por idade e sexo, considerando que assenta sobre uma unidade geográfica específica, é crucial para organização de assentamentos humanos e definição de políticas que harmonizem a mobilidade espacial dum certo grupo etário para outras unidades geográficas.

Em Moçambique, a semelhança de outros países Africanos, como o registo civil é incompleto e deficiente, a informação sobre a composição por sexo e idade é obtida a partir de censos ou de inquéritos demográficos.

No entanto, os dados colhidos por estes instrumentos técnicos, são afectados por uma multiplicidade de erros que requerem ajustes prévios.

Para o presente estudo, devido a inconsistência dos dados do Inquérito Agrícola de 1993 no que se refere a idade e o sexo¹⁹, optou-se por utilizar os dados expandidos do IDN (1991) referentes a população rural, na qual a população camponesa é maioritária comparando com os de censo de 1980. Para efeitos, a estrutura por sexo é a mesma

¹⁹ As idades estão em grupos decenais, o que não permite calcular a dependência demográfica. A população masculina é maior que a feminina e existe um grupo populacional sem identificação da idade (Veja-se DEA, Inquérito agrícola ao Sector Familiar: alguns dados amostrais, MINAG, 1993.

observada no país como todo, caracterizada por um predomínio de mulheres (51.6%) contra 48.4% dos homens em 1991 (Tabela 3). Por comparação com o ano de 1980, depreende-se que houve uma ligeira redução dos efectivos femininos. Por idade idade, nota-se o predomínio da população de menos 15 anos (44.2%); sendo a restante percentagem de 51.3% entre os 15-59 e apenas 4% com 60 anos e mais.

Tabela nº3: Distribuição da população rural de Moçambique por idade e sexo em 1980 e 1991

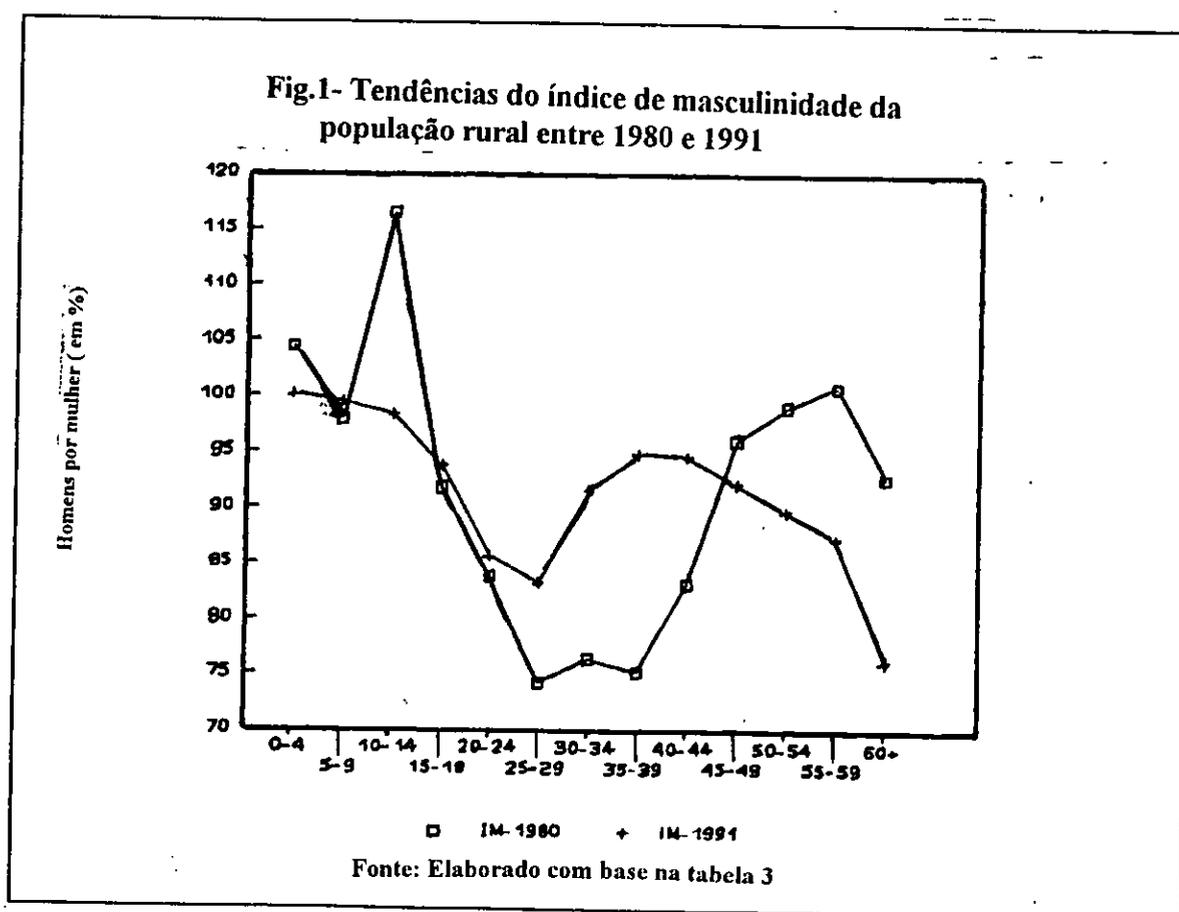
1980					1991			
G.E	Total (*10 ³)	H	M	IM (%)	Total (*10 ³)	H	M	IM (%)
	10134.6	4865.3	5269.3	93.3	1182.4	5721.1	6103.3	93.7
0-4	1 800.9	919.9	880.3	104.5	2098.1	1050.1	1048.0	100
5-9	1658.8	820.9	837.8	97.9	1810.5	903.1	907.4	99.5
10-14	1295.4	699.3	599.6	116.6	1498.7	743.6	755.1	98.5
15-19	1924.2	442.6	481.7	91.8	1261.7	610.6	651.0	93.8
20-24	743.3	366.5	436.8	83.9	997.9	460.3	537.6	85.6
25-29	640.4	272.8	367.6	74.2	819.6	372.4	447.2	83.3
30-34	606.6	262.9	343.7	76.5	720.8	344.8	376.0	91.7
35-39	491.8	211.4	280.4	75.3	618.6	301.4	317.2	95.0
40-44	467.9	212.4	255.5	83.3	508.4	247.4	261.0	94.8
45-49	368.3	180.7	187.7	96.2	417.1	200.2	216.9	92.3
50-54	332.9	165.8	167.1	99.2	334.2	158.1	176.1	89.8
55-59	204.9	102.9	101.9	101.0	260.7	121.5	139.2	87.3
60+	599.8	288.8	310.9	92.9	478.1	206.8	271.3	76.2
	0-14	15-59	60+		0-14	15-19	60+	
	47.6%	46.4%	6.0%		44.2%	51.7%	4.1%	
	Total			100%	Total			100%
	H			48%	H			48.4%
	M			52%	M			51.6%

Fonte: Elaborado na base dos dados de CCR (1983) e DNE/GCR (1995), op.cit

Nota: G.E - Grupo etário, IM- índice de masculinidade

Em relação ao ano de 1980, houve uma redução da população dependente (0-14 e 60 anos e mais) e aumento da população adulta.

No que concerne ao índice de masculinidade que é a relação entre o número de homens de uma determinada idade ou grupo de idades pelo número de mulheres das idades correspondentes; observa-se que aumentou apenas em 0.4%. Contudo, por grupo etário nota-se algumas variações: Nos dois períodos de referência, há um aumento na coorte de 0-9 anos; uma redução de 10- 19 anos; um aumento nos 20-49 anos e uma redução de 45 e mais anos (Fig. 1).



Este índice constitui um dos meios de testar a qualidade dos dados de recenseamentos ou inquéritos demográficos, cuja precisão é duvidosa.

O pressuposto geralmente assumido para tal teste é, entre outros, que numa população fechada às migrações internacionais (ou onde os movimentos migratórios possuem um papel relativamente muito reduzido), em que a mortalidade masculina é superior à feminina em todas idades, e onde o índice de masculinidade ao nascimento varia entre 104 e 106, o índice de masculinidade, aproximadamente, seria no máximo de 105 nas primeiras idades, e no mínimo abaixo de 100 nas idades avançadas (Gaspar, 1989). Para isto acontecer é necessário que a enumeração da população masculina e feminina não seja afectada por erros diferenciais de contagem e declaração de idades.

As omissões, a má declaração de idade e a migração modificam o índice de masculinidade se elas são mais frequentes nos homens ou vice-versa. No caso de Moçambique (principalmente para as áreas rurais), estes pressupostos aceitam-se com algumas restrições porque tanto a cobertura como as migrações são diferenciais segundo o sexo.

Nos dados da população rural de Moçambique de 1980 e 1991, notam-se quatro aspectos: i) um excesso relativo de homens no grupo 0- 14 anos; ii) um excesso de mulheres no grupo 15-29 anos; iii) um maior número de homens de 30-44 anos ;e um déficite de homens de 45 anos em diante.

O excesso de homens no grupo de 0-14 anos pode-se dever à combinação dos seguintes factores: i) uma subestimativa dos efectivos femininos; ii) uma sobrestimativa da idade das adolescentes que atingiram a puberdade ; iii) uma subestimativa das adolescentes que ainda não atingiram; e iv) ainda o maior número de nascimentos masculinos.

O excesso de mulheres no grupo 15-29 anos pode-se dever a sobrestimativa geral da

idade das adolescentes, provavelmente para tornar a sua idade consistente com as perspectivas de parturição ou de matrimónio e ao efeito da emigração masculina para África do Sul e para os centros urbanos.

O excesso de homens no grupo de 30- 49 anos pode-se dever à subdeclaração da idade das mulheres em virtude das mais velhas tender a rejuvenescer-se, declarando idades inferiores às efectivas.

O déficit de homens no grupo 50 anos em diante, pode-se dever a maior incidência da mortalidade masculina.

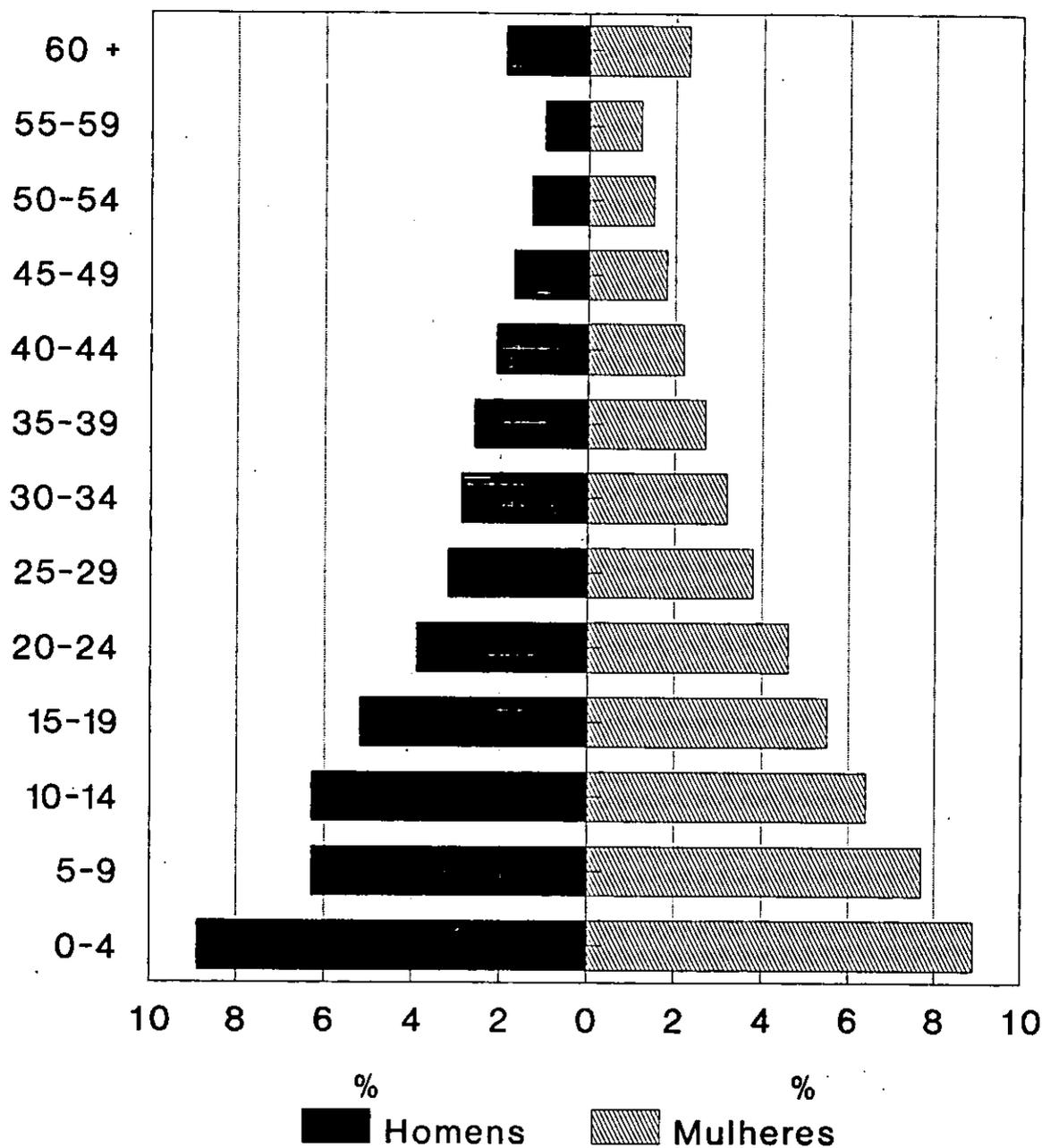
Assim, o padrão da estrutura etária e sexual da população rural pouco se difere do país, pois a nível nacional, no mesmo ano de referência, 45.7% da população tem menos de 15 anos; 51.9% entre os 15-60 e apenas 2.4% com 60 e mais anos enquanto as mulheres representam 52% da população (DNE/GCR,1995)

A distribuição por idade da população rural de Moçambique é a mesma dos países subdesenvolvidos que se caracteriza por uma pirâmide do tipo expansivo, com uma base muito larga como consequência de elevada fecundidade, mas um centro e topo mais estreitos devido a fraca sobrevivência no grupo etário de 60 e mais anos (Fig.2 em anexo).

A estrutura etária influencia o nível de produtividade. Assim, como o grupo predominante da população é jovem, significa que a produtividade é baixa devido à maior dependência económica o que tem repercussão na vulnerabilidade da população à pobreza.

FIG. 2

PIRÂMIDE DE POPULAÇÃO RURAL MOÇAMBIQUE, 1991



Fonte: IDN, 1991

4.4 - TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

No meio rural dos países da África Subsariana, a "riqueza" está mais ligada ao número de pessoas na família. Assim, o tamanho, a composição e o sexo dos agregados familiares são frequentemente associados ao nível de bem estar, pois influem na distribuição dos recursos disponíveis para os seus membros, na estrutura do consumo, na propensão e na poupança (Jones, 1990; Clarke, 1972; DNE/GCR, 1995).

No Inquérito Agrícola de 1993, o tamanho médio dos agregados familiares foi de 5.23 membros, com as províncias de Sofala, Niassa e Manica a apresentarem valores acima da média e Cabo Delgado, um valor muito abaixo da média (Mapa 7 anexo). O tamanho reduzido do agregado familiar de Cabo Delgado pode representar as transformações (nomeadamente, a contracção de famílias alargadas em famílias nucleares) que se operam no seio de algumas unidades familiares rurais como consequência da guerra, calamidades naturais e crise económica que o país tem passado nos últimos anos e por outro a transformação de famílias urbanas de carácter nuclear em famílias largadas como consequência da migração rural- urbana.

Contudo, esta inferência pode não constituir a verdade porque tratou-se de um inquérito com amostra muito reduzida⁽²⁰⁾. Além disso, estudo mais pormenorizado feito na mesma província em 1992, revelou um tamanho de agregado familiar de seis membros⁽²¹⁾.

²⁰ Dos 33201 agregados familiares dos dois distritos abrangidos (Montepuez e Pemba), apenas 732 agregados foram inquiridos, o que representa 2%.

²¹ Kappel, Op.cit

A nível nacional, no que se refere ao sexo da chefia do agregado familiar, os agregados chefiados por homem têm um tamanho médio de 6.4, variando de 3 a 22 membros enquanto que nos chefiados pela mulher o tamanho médio é de 3.9, variando de 1 a 19 (Tabela 4).

Tabela nº4: Tamanho dos agregados familiares agrícolas e sua composição por idade, 1993

		Chefes de agregados familiares	
Nº total de agregados familiares(AF)	Total	Homens	Mulheres
	1936	1882	40
	100%	81%	19%
Tamanho médio do AF		6.4	3.9
Nº médio de < 15 anos		46%	48.4%
Nº médio de >=15 anos		54%	51.6%
Nº mínimo de membros		3	1
Número máximo de membros		22	19

Fonte: Elaborado na base dos dados do Inquérito Agrícola ao Sector Familiar, Ministério da Agricultura, 1993

O tamanho relativamente elevado nos agregados chefiados por homens pode-se dever ao facto de entre outros factores, a inclusão de membros de mais de duas gerações e colaterais relativos e de existência de mais mulheres com filhos.

Ainda em termos de composição do agregado familiar, por idade, 46% dos membros é constituído por menores de 15 anos, nos agregados chefiados por homens, i.é, em cada 6 pessoas do agregado familiar apenas 3 são economicamente activos.

Nos agregados chefiados por mulheres, 48% dos membros tem menos de 15 anos. Estas

diferenças têm implicações nos rendimentos agrícolas por agregado familiar.

Comparando o tamanho médio do agregado familiar rural apurado no inquérito de 1993 com outros estudos, constata-se que em 1991, o IDN apurou um tamanho médio de 4.4 membros para as áreas rurais⁽²²⁾, o que é superado em cerca de um membro pelos dados do Ministério da Agricultura e Pescas.

Em 1995, num estudo feito em seis distritos rurais⁽²³⁾, o tamanho médio foi de 5.2, dos quais mais de 60% dos membros são menores de 15 anos.

4.5- ESCOLARIDADE DOS MEMBROS DOS AGREGADOS FAMILIARES

Nas áreas rurais de Moçambique, o nível de instrução - tanto dos chefes do agregados familiares como dos seus membros- é baixo. Dos 1754 chefes de agregados familiares abrangidos pelo Inquérito agrícola, cerca de 46% são analfabetos, 2% alfabetizados, 30% com nível entre a primeira e terceira classes (Tabela 5).

Tabela nº5: Nível de educação por sexo do chefe do agregado familiar nas áreas rurais de Moçambique, 1993

Níveis de Educação	Chefes dos agregados familiares					
	Total		Homens		Mulheres	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Analfabeto	807	46	531	39	256	74
Alfabetizado	39	2	32	2	7	2
1ª-3ª classe	531	30	474	34	57	17
>=4ª classe	377	22	353	25	24	7
Total	10744	100	1140	100	344	100

Fonte: Extraído de tabulações do Inquérito Agrícola ao Sector Familiar, Ministério da Agricultura, 1993

²² Veja-se DNE/GCR (1995), op.cit

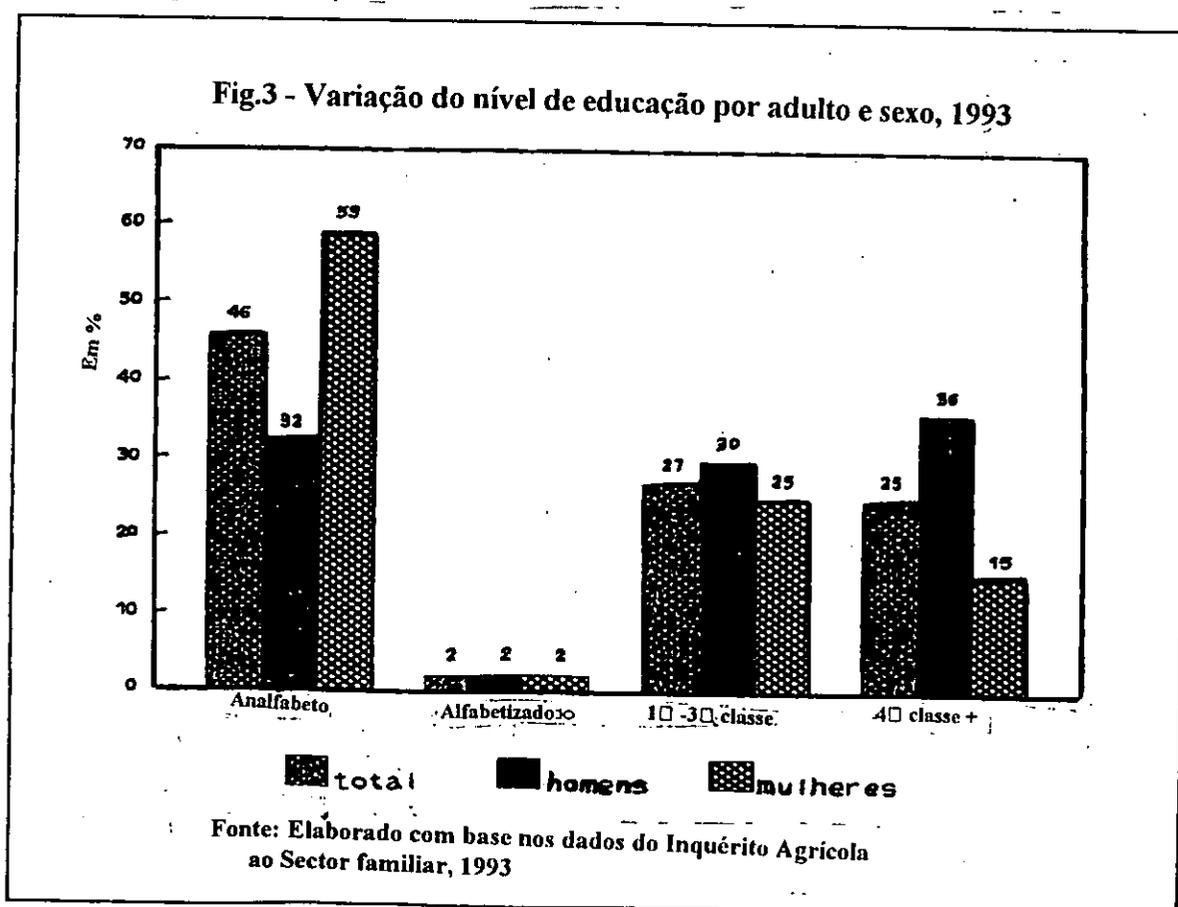
²³ INDER/UNICEF (1995), p.20

Apenas 21% dos chefes de agregados familiares têm nível igual ou superior a quarta classe. Por sexo do chefe do agregado familiar, o analfabetismo é maior nas mulheres (74%) e menor nos homens (39%).

Cerca de 25% dos chefes de agregados familiares (Homens) tem nível igual ou superior a quarta classe, enquanto os agregados chefiados por mulheres apenas 7% tem o mesmo nível.

No que concerne à escolaridade de adultos, o cenário é quase o mesmo observado nos chefes dos agregados. Dos 5137 inquiridos, 46% são analfabetos e 25% é que tem nível igual ou superior a quarta (FIG.3). Por sexo, o analfabetismo é maior nas mulheres (59%) e menor nos homens (32%).

Cerca de 36% dos homens inquiridos tinham um nível igual ou superior a quarta classe, enquanto para as mulheres, era de 15% (Fig.3).



Estas diferenças reflectem maiores investimentos e oportunidades dadas aos homens que às mulheres, como consequência da subalternização do papel da mulher e do modelo patriarcal orientado principalmente pelas normas costumeiras e na sociedade no seu conjunto.

As implicações do analfabetismo, sobretudo para mulher são diversas. Sob ponto vista agrícola, o predomínio de analfabetismo "cria barreiras para acesso à informação técnica proporcionada pelos extensionistas rurais, que poderia melhorar a gestão dos recursos naturais e aumento dos rendimentos agrícolas" (Mitchel, 1995:58).

Num estudo efectuado na Beira, Akesson (1989) notou que a vulnerabilidade da agricultura familiar aos baixos rendimentos, devia-se entre outros factores, à resistência dos agricultores, à ignorância e à desconfiança da tecnologia recomendada pelos extensionistas rurais.

4.6. DIVISÃO DO TRABALHO

Na acepção deste trabalho, a divisão do trabalho é a distribuição das tarefas por um grupo, em função do sexo, idade e/ou "status"; ou uma situação na qual as actividades da sociedade são confiadas a diferentes pessoas (Divisão social do trabalho). Assim, a divisão do trabalho é uma das formas fundamentais que caracteriza as relações de género. É através da divisão do trabalho que as relações de género ganham sua inteira dimensão nas relações socialmente construídas (WLSAMOZ, 1997:30).

Nas áreas rurais Moçambicanas, a mulher possui no seio da família, tanto o papel produtivo (produção agrícola para o consumo) como papel doméstico.

Além disso, é ela a maior responsável pela procura de estratégias de sobrevivência nos momentos da crise.

No Inquérito Agrícola de 1993, constatou-se que a participação da mulher é maior do que dos homens em todas as fases agrícolas disseminadas (Tabela 6). Por idade, a participação é maior no grupo de 30-59 anos.

Tabela nº6: Prática de actividades agrícolas por grupo etário e por sexo em Moçambique, 1993

Grupo etário	Nº de membros envolvidos na agricultura por sexo		Fases da actividade agrícola					
			Preaparação da terra	Sementeira, Sacha e Colheita	Processamento dos produtos			
13-17	H	556	H	80%	H	73%	H	57%
	M	547	M	84%	M	77	M	71%
18-29	H	978	H	91%	H	76%	H	49%
	M	1208	M	83%	M	84%	M	64%
30-49	H	1100	H	86%	H	77%	H	59%
	M	1211	M	93%	M	87%	M	73%
50-59	H	304	H	87%	H	64%	H	55%
	M	314	M	92%	M	84%	M	72%
60+	H	394	H	77%	H	70%	H	64%
	M	238	M	85%	H	78%	M	61%
total	H	3332	H	84%	H	77%	H	71%
	M	3518	M	90%	M	83%	M	57%

Fonte: Extraído das tabulações do Inquérito Agrícola ao Sector Familiar, Minsitério da agricultura, 1993

Nota: A percentagem foi calculada em relação a cada grupo etário e o respectivo sexo

O predomínio de mulheres na agricultura insere-se conforme já foi referido, no âmbito das relações de género.

A capacidade da força de trabalho depende dos meios de produção, tecnologia a que ela pode permitir-se.

Como nesta actividade, os instrumentos são rudimentares, as crianças constituem um recurso importante para a mão de obra familiar, ainda que a sua produtividade seja baixa.

A partir dos sete anos em diante, as raparigas ajudam (ou são obrigadas) em operações agrícolas, tais como, sementeira, sacha, colheita - fases muito cruciais para o sucesso da campanha agrícola. Enquanto que os rapazes geralmente no Sul do país, pastam gado, afujentam pássaros e outros animais nas machambas.

O Inquérito Agrícola de 1993 não incluiu as actividades dos menores de 14 anos. Considerou as actividades dos adultos.

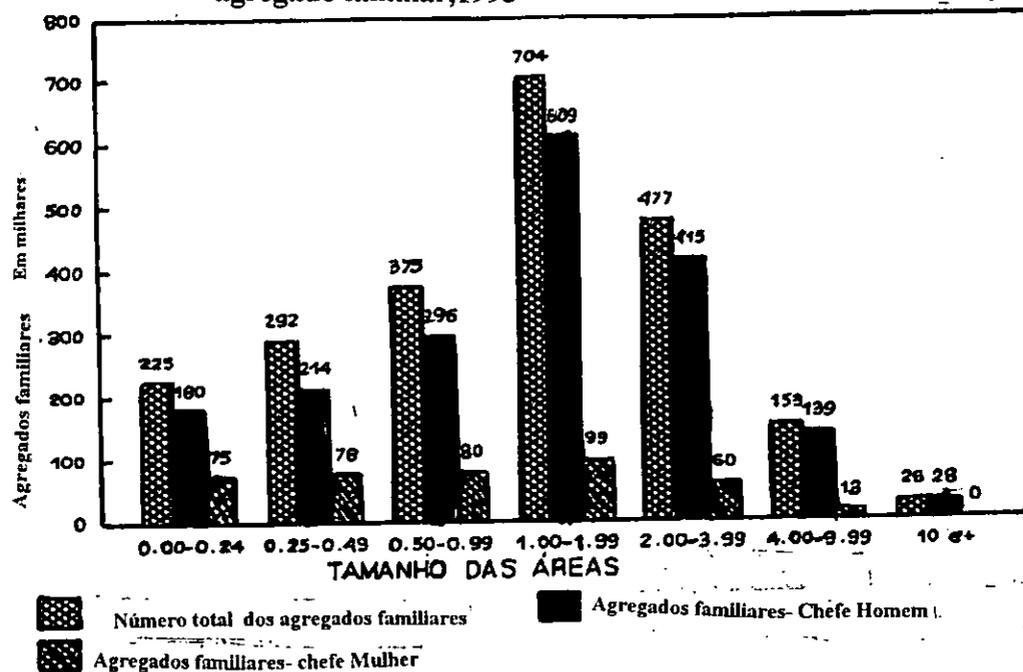
Apenas os dados do IDN de 1991, confirmam o envolvimento precoce de crianças nas actividades. Com efeito, mais de 40% da população entre os sete e onze anos das áreas rurais participa como força de trabalho (Tabela A.6 anexo). Há a registar também uma participação maior das raparigas (no grupo de 7-11 anos) que a dos rapazes em todas as províncias, o que reflecte o carácter diferencial e discriminatório das relações estabelecidas no âmbito das normas costumeiras. Contudo, há diferenças entre as províncias e observa-se certa tendência de aumento da taxa de participação dos homens no grupo de idade igual ou superior a 12 anos.

4.7. ÁREA CULTIVADA E A COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

O tamanho das áreas cultivadas depende do tamanho das explorações familiares, do tamanho do agregado familiar, do sexo da chefia do mesmo. Também depende do número de mulheres adultas que tenham acesso à terra segundo as normas costumeiras. Para efeitos, a área média por agregado é de 1.57 hectare, variando de 0.13 a 11.73 hectares, i.é cerca de 70% dos agregados familiares tem áreas menores a esta média (Tabela A.7 anexo).

Por sexo do chefe do agregado familiar, nos agregados familiares cujo chefe é homem, a área ocupada é maior em relação aos chefiados por mulher (Fig.4), porque os agregados familiares chefiados por homens têm mais membros adultos e especialmente mulheres que nos chefiados por mulher.

Fig.4- Tamanho de explorações por sexo do chefe do agregado familiar, 1993



Fonte: Elaborado com base nos dados do Inquérito Agrícola ao Sector familiar, 1993

Por outro lado, há uma tendência do aumento da área cultivada e do número de parcelas com aumento do número de pessoas num agregado familiar (Tabela 7).

Tabela nº7: Variação da área ocupada e cultivada por número de explorações e número membros do agregado familiar em Moçambique, 1993

Nº de AF	Area ocupada (em hectares)	Area cultivada (em hectares)	Nº médio de explorações por AF	Nº médio de membros no AF
95000	6.3	4.3	3.2	>=8
192000	2.5	1.2	2.4	5-7
295000	1.0	0.9	1.4	<5

Fonte: Elaborado na base dos dados do Inquérito Agrícola ao Sector Familiar, Ministério da Agricultura, 1993

Com efeito, os agregados familiares com um número igual ou superior a oito membros têm maiores áreas ocupadas e cultivadas e número de explorações. Esta asserção realça a situação dos agregados familiares numerosos influenciarem positivamente nas áreas cultivadas e confirma a anterior constactação, na qual se nota que os agregados familiares com maior número de membros tendem a ter maior número de terras cultivadas.

4.8. O RENDIMENTO AGRICOLA E A COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

O rendimento agrícola depende da área cultivada, das variações regionais e sazonais das quedas pluviométricas, do tamanho de mão de obra familiar e pelos meios de produção utilizados.

As variações regionais e sazonais são muito importantes, sobretudo no que se refere às condições meteorológicas, uma vez que podem reduzir a zero a produção duma campanha. Os solos, na agricultura tradicional de Moçambique, têm uma influência mais local e contribuem apenas no rendimento (Carvalho,1968). Além disso a produção é influenciada também, face a população crescente pela distância do povoado



Porque o rendimento agrícola expressa em parte o volume da produção pela área cultivada e esta por sua vez, reflecte o tamanho de mão de obra familiar, justifica-se que em muitos agregados familiares rurais, seu tamanho seja numeroso.

Neste sentido, os agregados familiares com áreas mais cultivadas, tenderão a ter membros (sobretudo de filhos) para elevar os seus rendimentos.

A situação anterior confirma a inferência teórica de Becker⁽¹⁾, na década 1960, segundo a qual o nível de rendimento das famílias está positivamente associado com o seu tamanho, i.é, quando uma família passa a ter um aumento de rendimento sem que mudem os demais aspectos da sua posição social, tende a gastar parte dos recursos adicionais com mais filhos. Porém, este argumento é confrontado pela pergunta: Se o aumento de rendimento estimula a fecundidade, como se explica que é justamente nos países mais pobres e nas camadas mais pobres da população que as famílias tenham mais filhos?. A resposta possível é que do ponto de vista económico, os parentes encaram os filhos como bens de consumo e de investimento durável, constituindo assim um bem inferior.

Contudo, alguns estudos recentes têm revelado o contrário, i.é, os agregados familiares com maior número de membros têm maior número de filhos (UPP,1993). Assim, argumenta-se que qualquer que seja o aumento de rendimento (no sentido de receitas), dissipa-se porque deve ser repartido por um elevado número de membros, como reflexo dos altos níveis de fecundidade. Contudo, esta explicação não é definitiva. Mais estudos são necessários para clarificar a importância do rendimento no tamanho e composição do agregado familiar.

4.9 MPACTO DA AGRICULTURA TRADICIONAL SOBRE A DINÂMICA DEMOGRÁFICA

Pretende-se neste subcapítulo, identificar e avaliar os impactos da agricultura tradicional sobre a dinâmica demográfica . A avaliação faz-se a 3 níveis: i) nível nacional; nível de áreas de residência (apenas áreas rurais) e iii) nível provincial. Os impactos são identificados e avaliados na dimensão espacial e temporal, sua incidência e importância.

4.9.1- IMPACTO SOBRE A DINÂMICA DEMOGRÁFICA NACIONAL

A ocupação do chefe do agregado familiar vincula a estrutura económica e social dos membros influenciando assim os níveis de receitas do agregado familiar (Gaspar e Mendonça,1990). Além disso, gera estímulos sociais, educacionais, culturais e políticos que são fundamentais para o desenvolvimento dos recursos humanos e para a tendência dos níveis de dinâmica demográfica.

Assim, como os membros dos agregados familiares camponeses têm em geral baixos níveis de rendimentos, têm baixos níveis educacionais e por conseguinte, têm elevados índices de fecundidade e de mortalidade infantil e baixa esperança de vida em relação a outras camadas socio-profissionais da população (Tabela 8).

Tabela nº8: Comparação das tendências da taxa global de fecundidade (TGF), taxa de mortalidade infantil (TMI) e da esperança de vida a nascença (Ex) entre a população camponesa e outros grupos ocupacionais entre 1980-1991

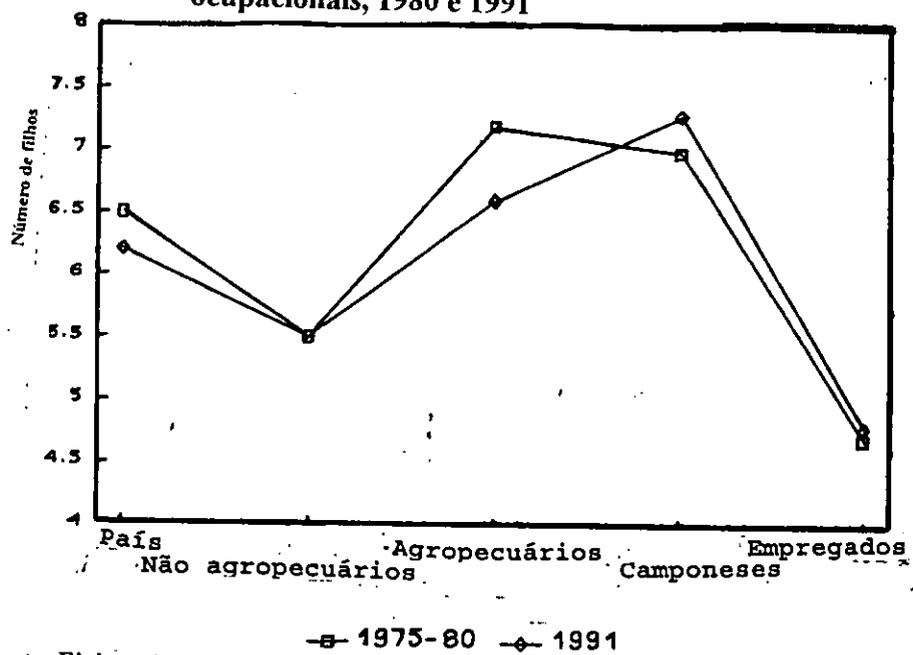
Ocupação/Profissão	Indicador/Variável					
	TGF (Filhos por mulheres)		TMI(óbitos por mil)		E(X) (em anos)	
	1975-80	1991	1975-80	1991	1975-80	1991
País	6.49	6.2	172.0	139	43.6	45.8
Operários						
.Não agropcuários	5.3	5.5	87.2	-	49.3	-
.Agro pecuário	7.2	6.6	143.6	124.6	39.3	40.3
Camponeses	7.0	7.3	172.9	138.8	37.7	46.8
Empregados	4.7	4.8	78.0	-	55.4	-
Técnicos/dirigentes	4.0	-	50.1	-	60.5	-

Fonte: Dados de CCR (1982); Gaspar & Mendonça (1990), op.cit; e UPP (1994)

Com efeito, a fecundidade camponesa, sendo de sete filhos por mulher em 1980 incrementou-se em 0.3 em 1991, o que significa que manteve-se quase estacionária. No mesmo período, a mortalidade infantil reduziu-se significativamente (cerca de 173 por mil em 1980 para 139 em 1991), o que permitiu o aumento da esperança de vida, de 38 anos em 1980 para 47 anos em 1991 (Fig.6; 7 e 8).

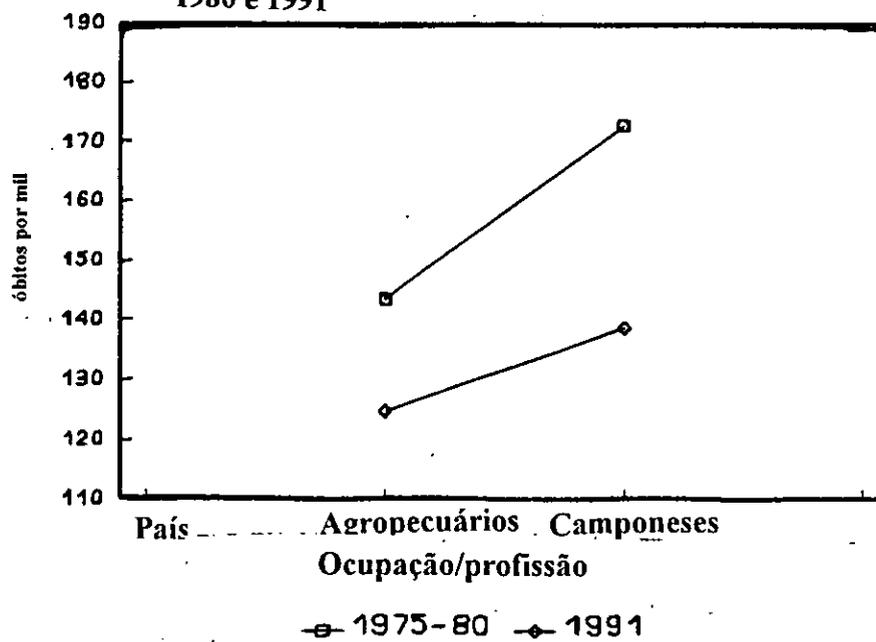
Este facto demonstra que há uma interrelação entre a mortalidade infantil e a esperança de vida à nascença: a redução da mortalidade infantil aumenta a probabilidade de sobrevivência e em consequência o incremento da esperança de vida à nascença.

Fig.6- Evolução da taxa global de fecundidade por grupos ocupacionais, 1980 e 1991

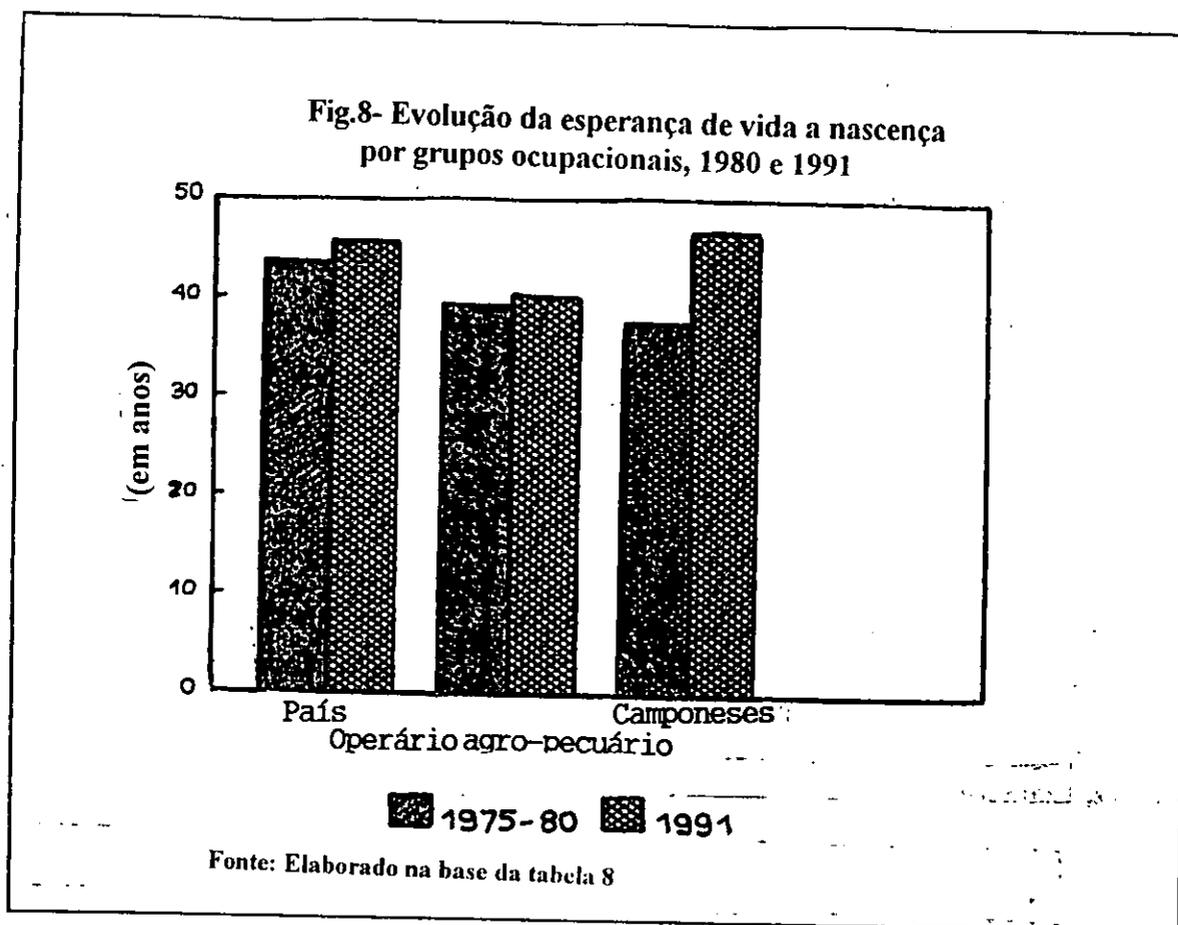


Fonte: Elaborado na base da tabela 8

Fig.7 - Evolução da mortalidade infantil por grupos ocupacionais, 1980 e 1991



Fonte: Elaborado na base da tabela 8



A fecundidade diminui geralmente com a mortalidade infantil. Mas neste caso, não se verifica o que significa que haverá problemas nos dados colhidos em 1991. Estes problemas podem resultar da acção isolada ou combinada dos seguintes factores: i) omissão dos nascimentos por parte das mães ou ii) métodos de estimação das taxas de fecundidade.

Apreciação dos 3 gráficos revela que os índices de fecundidade e da mortalidade infantil dos camponeses comparados com outros segmentos populacionais, são muito elevados. Para efeitos, os agregados familiares camponeses e agropecuários têm respectivamente, mais 3.2 e 3 filhos por mulher em relação aos membros dos agregados familiares que são técnicos e/ou dirigente.

No que concerne à esperança de vida à nascença dos camponeses, o cenário revela índices muito baixos em relação aos outros segmentos populacionais, o que resulta de maiores taxas de mortalidade infantil.

Em relação as médias nacionais, os índices de fecundidade e de mortalidade infantil dos camponeses são mais elevados nos dois períodos de referência. A esperança de vida a nascença desta camada social é baixa em relação a média nacional.

Contudo, os índices anteriormente referidos, são baixos, se se considerar que a maioria da população camponesa é analfabeta. Assim, em 1980, constata-se que as mulheres sem instrução e com grau primário tiveram as taxas de fecundidade de 7.63 e 7.23 filhos por mulher respectivamente; e havia elevadas taxas de mortalidade infantil (186.7 e 137.7 por mil) e baixos índices de esperanças de vida (37.5 e 48.8 anos) (Tabela 9) neste segmento populacional. Enquanto que as mulheres com a frequência ou concluíram o ensino secundário, apresentam índices relativamente baixos de fecundidade (4.07 filhos por mulher), baixos índices de mortalidade infantil (62.9 por mil) e altos níveis de esperança de vida (61.4 anos).

Tabela nº9: Variação da taxa global de fecundidade (TGF), segundo o nível escolar, taxa de mortalidade infantil (TMI) e esperança de vida (Ex) em Moçambique, 1980

Nível de Instrução	Indicador/variável		
	TGF (Filhos por mulher)	TMI (óbitos por mil)	E(x) em anos
País	6.49	171.2	43.6
Sem Instrução	7.63	186.7	37.5
Grau primário	7.23	137.7	48.8
Grau secundário ou mais	4.07	62.7	61.4

Fonte: CCR (1982), op.cit, Gaspar & Mendonça (1990), op.cit

A tendência da redução da fecundidade e da mortalidade infantil e do aumento de esperança de vida com o nível de instrução (Fig.9;10 e 11 em anexo) confirma a inferência empírica de que a instrução da mãe é um dos determinantes particulares das taxas de mortalidade infanto-juvenil e da fecundidade (Caldwell, 1980).

A asserção anterior, basea-se no facto da mortalidade infantil ser um dos indicadores das condições socio-económicas (tais como a nutrição, as condições de habitação, o nível de receitas e a ocupação) que tem uma relação estreita com os cuidados de crianças, que por sua vez influenciam os valores culturais, atitudes e condutas sobre a doença.

Por exemplo, uma constipação nasal, para uma camponesa pode não parecer uma doença para si e para o seu filho mas para as pessoas instruídas é motivo de preocupação, o que leva-as amiúde a dirigir-se às unidades sanitárias. Mas a elevada mortalidade infantil não é só resultado de atitudes ou preconceitos, resulta também de isolamento que amiúde o camponês se encontra e a condição de multiparidade em que muitas mulheres camponesas e analfabetas se encontram.

Por outro lado, a instrução da mãe depende do papel das normas costumeiras sobre a mulher no âmbito das relações socialmente construídas e aceites na sociedade. Em muitas áreas rurais do país as normas costumeiras não dão importância à educação da mulher, porque o papel da mulher segundo o modelo orientado por estas normas é de entre outras tarefas, procriar, cuidar dos filhos e trabalhar na agricultura de subsistência, cabendo as tarefas de trabalho assalariado para o homem.

Deste modo, a agricultura tradicional tem como impacto: um tamanho numeroso do agregado que cria dinâmica de altos níveis de fecundidade.

Em termos espaciais, o impacto da agricultura tradicional em Moçambique é de contribuir para uma taxa de fecundidade nacional relativamente elevada comparada com a fecundidade média do continente Africano, países em desenvolvimento e o mundo (Tabela A.8 em anexo). Assim, pode-se afirmar que a fecundidade nacional reflecte a fecundidade da população camponesa, por constituir a maioria da população rural e do país.

Em termos da importância, o impacto da agricultura tradicional sobre o comportamento demográfico é negativo porque cria sérios problemas para o desenvolvimento do país em geral e limitações para a saída da pobreza da própria população camponesa em particular, devido aos elevados níveis de fecundidade e mortalidade que acarretam.

No que concerne ao tempo, o impacto desta actividade- uma vez observadas as tendências demográficas da população camponesa- pode-se concluir que a longo prazo, Moçambique pode experimentar baixos níveis de fecundidade, se se desencadear uma massificação da educação formal da população (tecnoprofissional), principalmente da mulher, bem como uma maior integração desta no mercado de trabalho formal.

Em termos de incidência do impacto, a prática de agricultura tradicional cria indirectamente condições para elevados níveis de fecundidade e de mortalidade infantil bem como para baixos índices de esperança de vida, pois estes índices estão associados ao baixo nível de vida da população. A mortalidade infantil tende a ser elevada, em virtude das mães terem que repartir os cuidados com muitos filhos, o que aumenta o perigo de contágio em condições especialmente de habitação precária.

4.9.2- IMPACTO SOBRE A DINÂMICA DEMOGRÁFICA DO MEIO RURAL

A análise do impacto da agricultura tradicional sobre a dinâmica demográfica, está assente nos aspectos socio-económicos e culturais das áreas rurais. Para efeitos, é nas áreas rurais onde há fraco acesso à educação sobretudo das raparigas, ineficácia de aproveitamento dos tempos livres pelos jovens, insuficiência da rede escolar, especialmente a secundária e técnico- profissional.

Por outro lado, é nas áreas rurais, onde verificam-se elevados índices de desistência de alunos por considerar prioritárias as actividades económicas de carácter familiar e comunitário (UPP,1996), o que dá azo aos casamentos prematuros. Além disso, é prática corrente a discriminação da mulher na tomada de decisões sobre o tamanho da família, escolha de profissão- o que repercute-se na maior dependência dela ao marido; e ainda na maior compatibilidade da mulher de lidar-se com elevado número de filhos.

A prática de ritos de iniciação por parte da mulher ainda em adolescência (também muito frequente) tende a acelerar o desejo de casamento preconcentemente, pois "esta prática expõe a adolescente à comunidade que ela já está na idade adulta"⁽²⁴⁾. Esta situação tem grande repercussão sobre a mulher, pois sofre muita pressão para se unir maritalmente ainda muito cedo, o que expõe a maior risco de procriação e consequentemente maior número de filhos ainda muito jovem. É nas áreas rurais onde existe uma baixa expansão e fraco desenvolvimento da economia de mercado o que explica a baixa expansão da educação básica (Samaniego & Maendaenda, 1995).

²⁴ In Entrevista com um membro da organização da Mulher Moçambicana natural da província de Zambézia (Maio, 1997)

Por outro lado, investigações extensivas de Moçambique e da África Subsariana no contexto rural, têm revelado que um maior número de filhos ainda constituem uma garantia para sustento dos parentes na velhice, como também prestígio da família na comunidade. Uma mulher casada sem filhos constitui o maior pesadelo ou desgraça que se pode ter na vida. Porque sem filho no seio do casal, a dissolução matrimonial é mais provável. Além disso, a mulher sujeita-se a repressão e/ou censura por parte das outras mulheres e/ou da comunidade (Monreal,1987; WLSAMAZ,1997; Caldwell & Caldwell,1987; Frank & McNicoll,1987).

É ainda na área rural, onde a agricultura tradicional constitui a principal fonte de subsistência. Esta actividade é afectada ainda pela fraca e/ou deficiente rede de estradas e de comércio- factores cruciais para escoamento dos produtos.

Este conjunto de factores inter-agem para criar uma dinâmica de elevadas taxas de fecundidade e de mortalidade infantil (Tabela 10).

Tabela nº10: Tendências de algumas variáveis da dinâmica demográfica e as condições sociais nas áreas rurais entre 1980 e 1991 em Moçambique

Indicador	Período		
	1980	1987	1991
TGF (Filhos por mulher)	7.53	7.49	6.3
TBN (Por mil)	171.0	150.0	140.0
TMI (por mil)	48.02	52.49	-
Analfabetismo (em %)	76.0	-	67.5
-Homem	59.5	-	52.5
-Mulher	90.3	-	79.9
TFE (Em %)	15.8	-	14.4
-Homem	19.9	-	15.2
-Mulher	11.8	-	15.8
IMC (em anos)	21.8	-	20.8
-Homem	22.2	-	22.8
-Mulher	17.7	-	19.1
Nutrição (kcal/dia/pessoa)	-	-	<1056

Fonte: Dados de 1980:DNE(1985); Dados de 1987: MISAU (1987) Dados de 1991: UPP (1996) e DNE/GCR (1995),op.cit

Nota: - Os dados de analfabetismo e frequência escolar estão em percentagem e refere-se a população de 15 e mais anos - Os dados de idade ao primeiro casamento estão em anos

Analf- Analfabetismo TFE- Taxa de frequência escolar ; IMC- Idade média ao primeiro casamento

Com efeito, desde 1980 a 1991, os índices de fecundidade e mortalidade infantil a nível do meio rural, mostram um declínio contínuo mas continuam elevados (Fig.10 e 11 em anexo). O declínio da fecundidade e mortalidade infantil de 1980 a 1991 deveu-se provavelmente a melhoria de dados censais e dos inquéritos por amostragem de 1987 e 1991 e não a um real declínio dos nascimentos e do obtuário infantil. Esta asserção explica-se em virtude da situação política e socio-económica (Guerra e crise económica) - que o país atravessava nesta altura, agravada com os efeitos da seca (nas áreas rurais) - não ser propícia para a redução de mortalidade infantil, pois as condições sanitárias eram

deficientes. Porém, é de realçar que a massiva campanha sanitária pós-independência do governo, sobretudo nas áreas rurais, para melhorar a saúde pública pode ser um dos factores da redução dos níveis de mortalidade infantil.

Para a fecundidade, a sua tendência ao declínio, pode-se dever ao ligeiro declínio de analfabetismo (Tabela 9).

Um dos efeitos de elevada fecundidade- em termos demográficos- é o rejuvenescimento da população, o que dá azo a uma elevada dependência demográfica e económica, conseqüentemente uma estrutura de população virada ao consumo do que para a produção. Nas áreas rurais, em cada 100 pessoas que estão em idade de trabalhar (ou trabalham), existem 92 pessoas dependentes (Tabela A.9 em anexo).

Esta situação cria a urgência em atender às necessidades dos menores de 15 anos e reduz a disponibilidade de capital para finalidades directamente produtivas.

Contudo, nas condições das áreas rurais em que a população é maioritariamente pobre, um elevado número de jovens constitui mão de obra importante para a produção agrícola, i.é, um incremento de crianças que entram em idade precoce na actividade produtiva (como assalariados ou como trabalhadores familiares).

Mas por outro lado, o tamanho das áreas de cultivo torna-se menor porque tem de ser repartido por um número maior de membros do agregado familiar. Segundo Sahn et al (1996:748)" a fragmentação das áreas a cultivar em extensões cada vez menores limita a produção porque tende a reduzir a eficiência da mão de obra, impede a introdução de um ordenamento adequado dos recursos hídricos e outras actividades de desenvolvimento".

Retomando a ideia sobre a fecundidade e a mortalidade infantil rurais, observa-se que, apesar da tendência ao decréscimo, seus níveis ainda são altos porque os indicadores sociais, tais como a educação, a nutrição apresenta valores muito baixos (Tabela 9).

Segundo o Monreal (1987) e MISAU (1993), além dos factores anteriores, são de realce para os altos níveis de mortalidade infantil nas áreas rurais, a falta de higiene na própria confecção de refeições e as condições precárias de alojamento.

As condições de alojamento têm um grande impacto na mortalidade devido as condições sanitárias em que o parto tem lugar e o ambiente higiénico em que o recém-nascido, frágil por natureza irá viver.

Outro facto ligado ao número elevado de filhos da população camponesa é a condição de multiparidade (já mencionada) de muitas mulheres rurais que favorece às complicações na gravidez, principalmente a partir dos 5 filhos.

A falta de controlo de grávidas, partos e de acompanhamento da criança nos serviços de saúde⁽²⁵⁾, pelas mulheres rurais, tende a deteriorar as condições de saúde.

Por outro lado, a concentração dos serviços de saúde nas sedes distritais, e a oposição do marido ou da família em usar anticoncepcionais (Rojo, 1993), bem como a condição de pobreza da maioria da população rural, não dão muitas possibilidades, às mulheres de sair com suficiente antecedência relativamente a data provável do parto, nem beneficiam do tempo conveniente de convalescença.

Além disso, em questões nutricionais, pesam sobre as mulheres rurais, determinados "tabús" e práticas alimentares as quais agravam ainda mais a já deficiente e desequilibrada dieta alimentar (Neves, 1988), com impactos no baixo desenvolvimento

bio-fisiológico e deficiências mentais das crianças. Estes factores são - por seu turno - propícios para uma elevada fecundidade, em virtude dos progenitores sentir a necessidade de ter outro filho para substituir o que nasceu morto ou faleceu na tenra idade.

Os elevados níveis de fecundidade podem ser por seu turno factores da transmissão intergeracional da pobreza. Com efeito, Cândido (1969:23) assinala que "uma elevada fecundidade origina normalmente a existência de famílias numerosas, facto que provoca por diversas vias, o incremento da morbilidade e da mortalidade infantil".

O aumento do tamanho do agregado familiar tende a deteriorar as condições socio-económicas (acesso a saúde, educação, alimentação, água potável, emprego) do mesmo.

Assim, sendo os agregados familiares camponeses pobres na sua maioria, para aumento do rendimento, confrontam seus filhos com a necessidade de ser mão de obra nas actividades agrícolas (e outras) e ao mesmo tempo estudar (Tabela 11).

Tabela nº 11: População com menos de 15 anos que trabalha nas áreas rurais de Moçambique, 1991

Grupo Etário	% dos que trabalham	
	Homens	Mulheres
7-9	38.2	37.1
10-14	63.8	62.9
< 15 anos		
.Estudam e trabalham	2.5	2.0
.Só trabalham	97.5	98.0

Fonte: Extraído dos dados de DNE/GCR (1995).op.cit

²⁵ Monreal(1987), Op.cit

Esta situação permite que grande parte dos filhos entrem muito tarde na escola e tenha fraco aproveitamento escolar²⁶). Assim, pelas poucas "chances" de alcançar níveis de ensino tecno-profissional, estes filhos não se desenvolverão como mão de obra qualificada devido a baixa escolaridade atingida.

Pela baixa instrução, os filhos dos agricultores tradicionais podem herdar o analfabetismo dos seus proenitores, os altos níveis de fecundidade, pois os seus casamentos serão precoces.

A baixa instrução dificultará a compreensão da tecnologia moderna de produção agrícola que permita o incremento dos seus rendimentos.

Conclui-se que os filhos de agricultores tradicionais têm mais probabilidades de herdar a pobreza dos seus proenitores, quando adultos e por sua vez a transmitirão aos seus filhos, completando assim o ciclo vicioso de pobreza.

Nesta transmissão segundo a UPP (1993:14), "joga papel importante a fecundidade, pois esta tende a ser maior nas camadas pobres, o que reduz a receita do agregado pelo grande número de filhos com que deve ser repartido".

Mas a pobreza rural deve-se também, segundo a FAO (1986), a escassez da terra arável, a estrutura institucional e as forças interrelacionadas do mercado.

A escassez da terra deve-se por seu turno, aos métodos e às técnicas rudimentares que contribuem para esgotamento e degradação dos solos (através de queimadas, desflorestamento para fins de combustíveis de uso doméstico e de venda para fazer frente à sobrevivência face aos baixos rendimentos).

²⁶ De acordo com DNE/GCR(1995:60), no meio rural, mais de 64% de população de 6 e mais anos não conclui o ensino primário

4.9.3. IMPACTO SOBRE A DINÂMICA DEMOGRÁFICA PROVINCIAL

Em Moçambique a informação sobre a população agrícola a nível provincial é muito limitada e não revela muitas vezes as relações que se estabelecem entre a agricultura tradicional e a dinâmica demográfica.

Por isso, utilizaram-se os indicadores agrícolas (taxa da participação na actividade agrícola do sector familiar e área cultivada pelo sector familiar) cruzados com um indicador de saúde (Taxa de mortalidade infantil) e um indicador demográfico (Taxa global de fecundidade).

Assim, agruparam-se as províncias em 3, de acordo com os indicadores atrás referidos:

i) Segundo a taxa de participação na actividade agrícola familiar, agruparam-se as províncias com mais de 80% (designado por A), as de 50 a 80%, como B e as de menos de 50% grupo C; e ii) Segundo as áreas cultivadas do sector familiar, agruparam-se as províncias com mais 400 mil hectares (A); B, para entre 200 mil a 399 mil; e C as que tem menos de 200 mil hectares.

Uma vez agrupadas as províncias, estimou-se a média da taxa global de fecundidade e a taxa de mortalidade infantil para cada um dos grupos de província. O Grupo A é o mais empenhado nas actividades agrícolas e menos desenvolvido, o grupo B, como intermédio e o C como, o mais desenvolvido

Dos resultados obtidos (Tabela 12 e Mapa 8), Constata-se que as províncias com maior taxa de participação na agricultura familiar, possuem maiores índices de fecundidade e de mortalidade infantil. Em 1980, esta situação observou-se em quase todas províncias, exceptuando as províncias de Sofala e Maputo, cujos grupos foram B e C, o que se deve ao nível de urbanização já subjacente.

Tabela nº12: Relação entre a taxa de participação na agricultura familiar (TPAF), a taxa global de fecundidade e a taxa de mortalidade infantil entre 1980 e 1991 em Moçambique

Grupo de províncias	TPAF (%)	Período			
		1975-80		1986-91	
		TGF	TMI	TGF	TMI
A		6.9	228.0	6.4	145.0
B	>80	6.5	216.0	5.9	116.0
C	50-80	5.3	117.0	5.2	102.0
	<50				

Fonte: Elaborado na base de: -Dados de TPAF:Neves (1988), op.cit; Dados demográficos:UPP (1996),op.cit

Onde: em 1980 A-Niassa, Nampula, Zambezia, Cabo Delgado, Tete, Manica e Inhambane; B- Sofala e C- Maputo Em 1991 A- Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Tete, Inhambane e Zambezia; B- Manica, Sofala e Gaza; C- Maputo

Em 1991, a situação alterou-se ligeiramente, porque passaram para o grupo B, que em 1980 era constituído apenas por Sofala, as províncias de Gaza e Manica, como resultado da redução das taxas de fecundidade e mortalidade infantil. A estes factores, acrescenta-se a migração interprovincial (Tabela 13).

Tabela nº13: Relação entre a migração e as condições da agricultura tradicional por grupo de províncias, 1975-1991 em Moçambique

Grupo de províncias	TPAF (%)	Período de migração					
		1975-80					
		Imigração (por mil)	Emigração (por mil)	Saldo	imigração (por mil)	Emigração (por mil)	Saldo
A	>80	5.65	11.3	-5.65	6.0	18.3	-12.9
B	50-80	6.30	11.9	-5.60	30.0	26.4	+3.6
C	<50	7.30	16.9	-10.0	50.7	23.1	+27.5

Fonte: Elaborado com base em: CCR(1984); DNE/GCR (1995),op.cit 1995

Onde: em 1980 A-Niassa, Nampula, Zambezia,Cabo De gado, Tete, Manica, Gaza e Inhambane; B-Sofala e C-Maputo. Em 1991 A- Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Tete, Inhambane e Zambezia B- Manica, Sofala e Gaza; C- Maputo. TPAF- Taxa de participação nas actividades agrícolas do sector familiar

Para efeitos, observa-se o carácter repulsivo de todos grupos de província em 1980, i.é, todos grupos de províncias registam saldos migratórios negativos; e um carácter atractivo dos grupos B e C no período de 1986-1991 (Tabela 13).

Esta migração se dirigiu principalmente aos centros urbanos, devido à deterioração das condições de vida nas áreas rurais. Além da migração interna contribuiu para a redução da participação na agricultura a emigração para os países vizinhos, para o caso de Manica e Tete (²⁷), devido entre diversos factores a guerra e a seca.

²⁷Para uma discussão mais ampla veja-se: UPP Workshop sobre bases metodológicas para a investigação das tendências do crescimento da população urbana em Moçambique. Série população e desenvolvimento doc. n?6/DNE. Maputo,1992; Muanamoha, op.cit; DNE/GCR, 1995, op.cit

No que se refere às áreas cultivadas do sector tradicional de agricultura, nota-se a tendência de aumento ligeiro da fecundidade e incremento significativo da mortalidade infantil com aumento da área cultivada por grupo de províncias (Tabela 14 e Mapa 9).

Tabela nº14: Relação entre áreas cultivadas (A.c) do sector familiar, taxa global de Fecundidade e a taxa de mortalidade infantil (TMI), entre 1980 e 1991 em Moçambique

Grupo de províncias	Area cultivada (em classes) 10 ³	Período			
		1980		1991	
		TGF(filhos por mulher)	TGF (óbitos por mil)	TMI (Filhos por mulher)	TMI(óbitos por mil)
A	>=400	6.8	191.0	6.9	181.0
B	200-399	6.7	190.0	6.1	127.0
C	< 200	6.4	183.0	5.9	119.0

Fonte: Elaborado com base nos dados de: Dados de áreas cultivadas:DEA (1994); Dados demográficos:DNE/GCR (1995), op.cit

Onde: Em 1980 A- Inhambane,Nampula,Zambezia; B-Cabo Delgado, Tete e Gaza; e C-Manica, Sofala e Maputo; Em 1991:A- Nampula e Zambezia; B-Niassa, Cabo Delgado e Inhambane e C- Gaza, Sofala, Maputo, Manica e Tete.

Esta constacção confirma o pressuposto de que as áreas mais dedicadas á economia agrária tradicional têm maior níveis de fecundidade e mortalidade infantil. Contudo, estas relações não são muito significantes para a taxa global de fecundidade.

As baixas diferenças nas taxas de fecundidade entre os grupos de províncias estão relacionadas, em parte, com o facto da maioria da população das províncias ser ainda rural; onde os programas de planeamento familiar são ainda inexistentes e se existem, encontram ainda muita resistência para a sua implementação.

A tendência do aumento da mortalidade Infantil com incremento das áreas cultivadas, deve-se ao facto das províncias com mais áreas cultivadas serem as que provavelmente, sua população se dedique mais as actividades agrícolas e por consequência, as que possuem menos infraestruturas de saúde bem como as que resolvem os problemas da sua saúde, tradicionalmente. A estes factores, agregam-se outros, tais como: a maior dispersão dos povoados em relação às unidades sanitárias, baixos rendimentos e desconhecimentos de serviços materno infantil. Assim, as províncias de Manica, Sofala e de Maputo (C) são as que apresentaram taxas de mortalidade infantil relativamente baixas em 1980. Em 1991, as taxas de mortalidade infantil reduziram-se, mas mantiveram a mesma tendência em relação as províncias com maior número de áreas cultivadas.

As reduções significativas nas taxas de mortalidade infantil (principalmente no grupo B e C) deveram-se provavelmente ao melhoramento das condições sanitárias resultantes da migração da população para áreas de relativa segurança e de acesso aos serviços de saúde.

No que concerne aos impactos espaciais, a agricultura tradicional - caracterizando a sua população por altos níveis de fecundidade- dá azo a padrões de distribuição espacial e relativa da população- muito específicos. As províncias mais densamente povoadas (com raras excepções) e com maior número de camponeses são as com maior mortalidade infantil. Por outro lado as províncias com maior número de população agrícola têm uma distribuição da população com a tendência a dispersão devido aos constantes altos níveis de emigração da sua população, resultantes da insatisfação e degradação das condições de vida.

Seria interessante avaliar o papel das áreas cultivadas por composição do agregado familiar na fecundidade. Infelizmente, dados das áreas cultivadas por agregado disponíveis não permitem tal avaliação.

Embora as diferenças nas taxas de fecundidade entre os grupos de província sejam muito reduzidas, o que revela que o impacto da prática da agricultura tradicional é muito acentuado sobre esta variável da dinâmica demográfica em todas províncias, pode-se concluir que as regiões com maior número de população camponesa e áreas cultivadas, tem elevados índices de fecundidade, mortalidade infantil e de emigração assim como baixos níveis de esperança de vida à nascença, o que associa-se geralmente à pobreza e ao facto da maioria da população viver ainda nas áreas rurais.

V- CONCLUSÕES

A natureza dos dados disponíveis em Moçambique e o carácter exploratório e inicial do estudo tornam difícil inferir conclusões definitivas.

Contudo, com base no que foi descrito ao longo do texto e nos objectivos preconizados pode-se tirar as seguintes conclusões:

- Em relação aos assuntos que abordam as interações entre actividades agrícolas e aspectos demográficos, para Moçambique devem-se enquadrar no contexto socio-económico e cultural da África subsariana.

- Em relação ao papel histórico, a agricultura tradicional apesar de ser uma actividade que opera em condições duma tecnologia rudimentar, dependência aos factores naturais, recurso e o uso da mão de obra familiar inclusive infantil e ainda orientada para o consumo dos grupos familiares, desempenha um papel relevante na economia nacional, porque é a maior responsável pela produção agrícola comercializada e consumida. Além disso é a principal actividade para a maioria da força de trabalho, com maior ênfase para a mulher e ainda em produtos de exportação, tais como o algodão a castanha de cajú.

- O acesso para prática da agricultura tradicional e transmissão da terra realiza-se principalmente através dos direitos consuetudinários. Variações espaciais desta prática notam-se entre as áreas de predomínio patrilinear e matrilinear. Na sociedade patrilinear, a sucessão e a atribuição da terra cabe a família do marido, enquanto na matrilinear, cabe a família da mulher.

As técnicas da exploração consistem em consociação de culturas, a rotação de culturas e o pousio.

-Cerca de 77% da população total do país pratica agricultura tradicional.

A sua distribuição geográfica revela uma concentração nas províncias de Zambézia e Nampula, onde se observa a maior densidade demográfica do país e uma tendência a dispersão em Niassa, Manica e Tete, províncias menos povoadas.

-A população praticante da agricultura familiar, no contexto do meio rural, caracterizou-se em 1991 por uma estrutura de idade bastante jovem . Cerca de 46% desta população tem menos de 15 anos; 50% entre os 15-59 anos e 4% com 60 anos e mais. No que se refere ao sexo 52% são mulheres, sendo 48% homens. Este padrão da estrutura etária e sexual não se difere do país como todo, porque a população camponesa é a maioria.

- Os agregados familiares agrícolas caracterizam-se por um tamanho médio de 5 membros, dos quais 45% são menores de 15 anos. Valores acima do tamanho médio do agregado observam-se em Manica, Niassa e Tete e muito abaixo da média em Cabo Delgado.

O predomínio de menores de 15 anos no agregado familiar, limita à uma ocupação de 1.57 hectare em média por agregado familiar. Cerca de 71% dos agregados possuem áreas inferiores a esta média.

-Os chefes dos agregados familiares agrícolas caracterizam-se por baixo nível escolar. Cerca de 46% dos chefes dos agregados são analfabetos, sendo, 74% o índice de analfabetismo no seio das mulheres chefes de agregado familiar.

- A participação nas actividades agrícolas por sexo é maior nas mulheres do que nos homens, o que se deve ao baixo nível educacional da mulher e no conjunto às relações

de género orientadas pelas normas costumeiras que a relegam a tarefas de procriação, afazeres domésticos e trabalho na agricultura de subsistência.

O papel jogado pelas crianças nas actividades agrícolas é diferencial por sexo. As raparigas tendem a ajudar a mãe nos trabalhos domésticos e nas fases cruciais da actividade agrícola (sacha e colheitas). Enquanto que os rapazes tendem a fujentar pássaros e/ou animais das machambas, a pastar do gado bovino (principalmente no Sul do país).

Os agregados familiares chefiados por homens têm maior propensão em explorações, áreas cultivadas e rendimentos agrícolas em relação aos chefiados por mulheres, o que se deve à maior disponibilidade de mão de obra adulta principalmente de mulheres com os seus filhos nos agregados chefiados por homens do que nas mulheres.

As áreas cultivadas e os rendimentos agrícolas aumentam com o incremento dos membros no agregado familiar. Todavia, o aumento de rendimentos agrícolas através do incremento do agregado familiar, dissipa-se pois, esses rendimentos têm de ser repartidos por um grande número de membros. Por isso qualquer medida que vise aumentar os rendimentos não deve ser feita através de aumento do agregado familiar porque nos agregados numerosos, cria uma maior dependência económica mesmo excluindo os dependentes idosos.

O impacto da agricultura tradicional sobre a dinâmica demográfica evidencia-se pelos elevados níveis de fecundidade e mortalidade infantil. Esta dinâmica é influenciada pelo contexto social, económico e cultural principalmente das áreas rurais.

Para efeitos, a falta do sistema de segurança social dos pais na velhice; a nupcialidade precoce e o baixo estatuto da mulher; e o baixo grau de instrução dominante no meio rural, são alguns factores que originam a elevada fecundidade camponesa.

Além disso, devido a elevada mortalidade infantil- que está associada à condição de multiparidade da mulher, à ignorância ou desconhecimento dos serviços de assistência manterno infantil e a maior distância entre as unidades sanitárias aos povoados, - os pais tendem compensar as perdas para ter filhos que sobrevivam até idades adultas para o seu sustento, o que incrementa a fecundidade.

Estes impactos, quanto a dimensão espacial, revelam que os altos níveis de fecundidade do país, resultam da fecundidade da população camponesa e são mais elevados que a média do continente Africano, países menos desenvolvidos e o mundo.

Quanto a dimensão temporal, são impactos que a sua redução só é possível a longo prazo porque os processos que condicionam a redução da fecundidade, ainda não atingiram a maioria da população actualmente adulta. Tais processos incluem: a redução das taxas de mortalidade infanto-juvenil e de analfabetismo (principalmente da mulher), a incorporação massiva das mulheres nas actividades extra-agrícolas e na educação tecno-profissional, a intensificação e modernização da produção agrícola e um controlo voluntário da fecundidade através da prática anticonceptiva acompanhada de uma maior difusão de informações e meios modernos.

Quanto à importância, são impactos negativos, porque limitam as possibilidades de sair da pobreza da própria população e criam a urgência de atender menores em vez de injeção de capitais geradores de actividades produtivas e de desenvolvimento.

Quanto à sua incidência, são impactos indirectos pois uma prática da agricultura tradicional não significa necessariamente, que a população envolvida terá elevados níveis de dinâmica de fecundidade. A dinâmica demográfica é condicionada pelos processos sociais, culturais e económicos e vice versa.

A nível provincial, embora as diferenças sejam ligeiras, o impacto da agricultura

tradicional sobre a dinâmica demográfica caracteriza-se pelos altos níveis de fecundidade e de mortalidade infantil e baixos índices de esperança de vida à nascença nas províncias com maior população dedicada a esta actividade e as com maior número de áreas cultivadas (Niassa, Nampula, Zambezia e Inhambane).

Por outro lado, a agricultura tradicional, contribui para certos padrões de distribuição espacial da população. As regiões com maior percentagem de população camponesa têm uma densidade demográfica baixa e altos níveis de mortalidade infantil.

Outro impacto da agricultura tradicional é a migração interprovincial, devido as precárias condições de vida nas áreas rurais. Assim, as províncias com maior população camponesa são as de maior emigração.

No que concerne às condições socio-económicas, o impacto da agricultura tradicional evidencia-se através da oferta de poucas possibilidades para uma força laboral qualificada. Correlativamente, favorece a uma composição e organização familiares cujas características limitam a saída da situação de pobreza. O aumento da dimensão do agregado familiar - resultante em parte da fecundidade natural, e visando essencialmente aumentar a mão de obra para a produção de subsistência- tende a degradar as condições económicas do mesmo. Para efeitos, um maior número de filhos obriga as mães a repartir os seus cuidados por um número elevado de indivíduos. Devido ao elevado analfabetismo da maioria da população agrícola, há no seio desta, uma baixa assimilação, ignorância das tecnologias recomendadas pelos extensionistas rurais. Ademais, pela baixa instrução, está na origem, os graves erros cometidos pelas mães no que se refere alimentação, tratamento e higiene concedida às crianças, o que aumenta a morbidade e a probabilidade de morte das crianças.

Nestas condições, os filhos dos agricultores tradicionais têm probabilidades de, quando

adultos herdar a pobreza dos seus pais e transmiti-la aos seus filhos.

Assim, os programas de descentralização dos serviços públicos (saúde, educação, transportes, entre outros) acompanhados pelos processos socio-económicos já refridos e a crescente aspiração social podem contrariar este ciclo vicioso de pobreza, estimulando por conseguinte o desejo dos casais em regular o número e o espaçamento dos nascimentos. A promoção de créditos rurais para camadas mais vulneráveis para reduzir a pobreza, o incentivo de prática de culturas de rendimento assim como a sua comercialização constituem outras estratégias que a ser implementados efectivamente podem permitir o alcance do desenvolvimento. Ademais, o fomento de indústria de processamento de produtos locais pode permitir a redução da migração rural, harmonizando assim uma distribuição espacial da população.

Por outro lado urge introduzir e promover a expansão da tração animal, como uma medida para incrementar a produção, para reduzir a participação dos agregados familiares na agricultura de subsistência e para aumentar o acesso à educação tecno-profissional.

Quanto à investigação, é urgente avançar estudos que forneçam maiores avanços no conhecimento do impacto da agricultura tradicional e de outras actividades da população sobre a dinâmica demográfica. Estudos de casos são necessários, para clarificar o papel de muitos factores, medindo os efeitos da agricultura tradicional no crescimento da população e seu impacto sobre as mudanças no uso de terra. Os avanços a atingir devem contribuir para implementação da política nacional da população, como parte do desenvolvimento do país.

VI- REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- 1- Akesson, G (1989) Nós aprendemos de vocês e vocês aprendem de nós, Relatório do trabalho sociológico sobre a agricultura no sector familiar da Beira em Moçambique: Secção de estudos de desenvolvimento; Instituto de Antropologia social, Universidade de Estocolmo, Sthocolm.

- 2- Andrade, X & I. Casmiro (1995) Considerações sobre a dimensão de género na Universidade Eduardo Mondlane, CEA/UEM, Maputo, 7p

- 3- Araujo, M.G.M (1988) Sistema de aldeias Comunais: transformações na organização do espaço residencial e produtivo (Tese de doutoramento em Geografia Humana), Universidade de Lisboa, Lisboa.

- 4-----(1990) "Migração interna e o processo de urbanização" in: UPP, Dinâmica demográfica e processos económicos, sociais e culturais- Série PD, doc nº2, DNE/CNP (Maputo) pp.72-88

- 5------(1992) "Distribuição geográfica da população e os processos de urbanização" in:UPP, Workshop sobre as bases metodológicas das tendências do crescimento da população urbana em Moçambique Série PD, doc nº6, CNP (Maputo) pp.63-71

- 6- Barca, A & T. Santos (1992) Geografia de Moçambique:Parte Física, INDE, Maputo.
- 7- Barros, H (1982) Os grandes sistemas de organização da economia agrária, Coleção Nova Universidade. 2ªed. Sá Costa editora, Lisboa.
- 8- Bledsoe, C (1990) The politics of children: Fosterage and social management of fertility among the Mende of Sierra Leone, Hanwerker W P (S.ed), London.
- 9- Bongaarts, J (1984) " The proximate determinants of fertility in Sub-Saharan Africa" in PDR 10. 3(9)
- 10- Cain, M (1977)" The economic activities of children in a village in Bangladesh" in PDR 3(3).
- 11----- (1981) " Risk and Insurance:perspective on fertility and agrarian change in India and Bangladesh" in PDR 7(3).
- 12----- (1982) "Perspectives on family and fertility in Developing Countries " in Population Studies 36 (2)
- 13----- (1983)" Fertility as an adjustment to risk" in PDR 9(4).
- 14----- (1984) The relationship between landholding and fertility, New York Center for Policy Studies, Working paper 106.

- 15- Cândido, L.M (1969) Aspectos regionais da demografia Portuguesa. Estudos e seminários, Centro de Economia e Finanças, Instituto Gulbenkian de Ciência; Lisboa.
- 16- CaldWell, J.C (1976) " Towards a restatement of demographic transition Theory" in PDR 2 (3 &4), pp.321-366.
- 17----- (1980) "Mass education as determinant of timing of fertility decline" PDR, Vol.6. pp.225-255
- 18- Caldwell, J.C & P.Caldwell (1985) "Cultural forces tending to sustain high fertility in tropical Africa" in PDR 4(3).
- 19----- (1987) "The cultural context of high fertility in Sub-Saharan Africa" in PDR, Vol. 13: 3(9) pp.409-437.
- 20- Carvalho, M (1968) Agricultura tradicional de Moçambique, Missão de inquérito agrícola de Moçambique, Ministério de Ultramar, Lourenço Marques.
- 21- Chauffour, J.P et al (1996) "Crescimento e estabilidade financeira no Médio Oriente e Norte de África " in Finanças e Desenvolvimento, Revista trimestral do FMI/BM, Fundação Getúlio Vargas editora, em Português (Rio de Janeiro), Março; pp.27-29

- 22- Chipembe, C.S (1994) Interrelações entre processos socio-económicos, dinâmica demográfica em Moçambique e o ensino da Geografia da população em Moçambique, (Tese de Licenciatura em ensino de Geografia), ISP, Maputo.
- 23- Clark, A.N (1985) Ditionary of Geography human and physical, Longman, London
- 24- Clarke, J (1972) Population Geography, Second Ed, Oxford university, Oxford.
- 25- Clay, D.C. & N.E.Johnson (1992) "Size of farm or size of family: Wich comes first?" in Population Studies 46(3) pp.491-505.
- 26- CCR (1983) 1º recenseamento geral da população- Informação pública, DNE/CNP, Maputo.
- 27 _____ (1982) Panorama demográfico, DNE. Maputo
- 28 _____ (1984) Fluxos migratórios da população, DNE, Maputo.
- 29- Da Silva, A.J (1992) Diferenciação camponesa e agricultura colonial: O caso do Baixo Limpopo, Distrito de Xai-Xai, 1950-1974, (S.ed), Maputo.
- 30- DEA (1992) Estatísticas agrárias 1981-1991, Ministério da Agricultura, Maputo.

- 31----- (1993) Inquérito Agrícola ao Sector Familiar: alguns resultados amostrais,
Ministério da Agricultura, Maputo.
- 32----- (1994) Estatísticas agrárias 1992, Ministério da Agricultura e Pescas, Maputo.
- 33- DNE (1985) Informação estatística 1975-1984, CNP, Maputo.
- 34 --- (1990) A população de Moçambique, Série PD, nº3, Seminário de população e
planificação do desenvolvimento, CNP, Maputo.
- 35- DNE/GCR (1994) Força de trabalho e sua utilização em Moçambique 1991, MPF,
Série IDN doc.nº4, Maputo.
- 36----- (1995) Moçambique: Panorama demográfico e socio-económico, MPF, Série
IDN.Doc.nº5, Maputo.
- 37- Direcção dos serviços de planeamento e integração económica (1973) Iv plano
fomento:parte III, Relatórios sectoriais, Desenvolvimento agrário, vol 1, Lourenço
Marques.
- 38- FAO (1986), La dinamica de la pobreza rural, (S.ed), ROMA
- 39- Fapohunda, E.R & M.Ā.Todaro (1988)"Family structure,implicit contracts, and the
demand for children in Southern Nigeria" in PDR 13 (3)

- 40- Frank, O & G.Mcnicoll (1987) "An interpretation of fertility and population policy in Kenya" in PDR Vol.13. 2(6).pp.209-243
- 41- Gaspar, M (1989) Contribuições para estudo da dinâmica demográfica de Moçambique,(Tese de Mestrado em Demografia), UFMG, Belo Horizonte.
- 42- Gaspar, M & G. Mendonça (1990) "Diferenciais socio-económicas da mortalidade infanto- juvenil em Moçambique e na cidade de Maputo" in:UPP, Dinâmica demográfica e processos económicos, sociais e culturais, Série PD. doc.nº2 DNE/CNP (Maputo) pp. 27-62.
- 43- INDER/UNICEF (1995) Estudo socio-económico de base nos distritos de Ile, Namacurra, Bárúé, Manica, Massinga e Panda, (Draft), Maputo.
- 44-INIA (1994) Carta de solos; MAP, Maputo, Moçambique
- 45- Jenson, S.K (1997) Análise do debate parlamentar e da nova Lei de Terras para Moçambique . Land Tenure Center Projecto-Moçambique (Setembro), Maputo 19p
- 46-Jones, H (1990) Population Geography, 2ed, Paul Chapman Publishing, London.
- 47- Lima, J.C (1991) The estimation of fertility and child mortality im Mozambique from 1980 general census, (Tese de Mestrado em Demografia), University of London, London.

- 48 -----(1993) "Níveis e Tendências da fecundidade e mortalidade em Moçambique"
in:UPP, Fecundidade, Mortalidade e Planeamento familiar em Moçambique. Série PD;
doc.nº9, CNP/DNE/UPP/MISAU, p.4-31
- 49- Lopes, L & C.Santos (1995) Aspectos demográficos e de saúde materno infantil na cidade de Maputo: Análise dos dados do inquérito, MISAU/UEM, Maputo.
- 50- Lopes, L & C.Santos (1996) Aspectos demográficos e de saúde materno-infantil na área rural das províncias de Gaza e Inhambane: Análise dos dados de Inquérito, MISAU/UEM, Maputo
- 51- Maendaenda, J.R (1996)" Uma contribuição para a divulgação dos conceitos básicos da planificação do género" in Gazeta Demográfica, CEP/UEM (Maputo) 9(12) pp.26-32.
- 52- May, J.F (1995) "Policies on population, land use an environment in Rwanda" in Population and the environment, vol.16; 4(3). pp.321-334
- 53- Ministério de educação e cultura (1986) Atlas geográfico, Volume I. 2ªedição corrigida, Estocolmo.
- 54- Ministério da Agricultura e Pescas (1997) Política nacional de terras e estratégias de implementação (Draft), Maputo, 15p

55----- (1993) " Situação nutricional: Resumo do ano 1993" in Boletim de nutrição nº26, Repartição de nutrição, Maputo.

56- Mitchell, J (1995) "Women and natural resources management in Subsaharan Africa" in The Courier, 154 (12). pp.58-59.

57- Monreal, T (1987) Inquérito sobre o comportamento reprodutivo da mulher Moçambicana, UEM/MISAU/FNUAP, Maputo.

58- Muanomoha, R.C (1995) Tendências históricas da (re)distribuição espacial da população de Moçambique (Tese de mestrado em Demografia), UFMG, Belo Horizontes

59- Muchangos, A (1991) "Paisagens e regiões naturais de Moçambique " in Anuário económico de Moçambique 1990/91, pp.9-82.

60- Kappel, R (1992) Ajustamento e pobreza rural em Moçambique: Resultados do projecto de monitoragem em Cabo Delgado 1990-91 ; Relatório para a direcção de cooperação para o desenvolvimento e a ajuda humanitária Suíça (DEH), ETH Zurique.

61- Neves, A.C (1988) As condições económico- sociais da mulher e da criança no meio rural, (Draft), Direcção Nacional do Desenvolvimento rural, Ministério da Agricultura, Maputo.

62- Osório, C (1990) Pesquisa documental, CEA/ UEM, Maputo

- 63- Qureshi, Z (1996) "Globalização: Novas oportunidades e desafios" in Finanças e Desenvolvimento, Revista trimestral de FMI/BM, Fundação Getúlio Vargas Editora (Rio de Janeiro), em português, (Março), pp.30-33
- 64- Quintal-Mendes, B.C (1992) O que é o sector familiar na agricultura Moçambicana: Uma reflexão, Ministério da agricultura, Maputo.
- 65- Rojo, M (1993) "Avanços no conhecimento e prática do planeamento familiar em Moçambique" in: UPP, Fecundidade, Mortalidade e planeamento familiar em Moçambique, série PD. doc. N°9 .DNE/CNP/MISAU. pp.63-89.
- 66- Sahn, E.D et al (1996) " Exchange rate, fiscal and agricultural policies in Africa: Does adjustment hurt the poor?" in World development, Vo.24, n°4. pp.719-747.
- 67- Samaniego, C (1990) "População, Pobreza, Nível de vida e política de população", in: UPP, Dinâmica demográfica e processos económicos, sociais e culturais, Série PD. doc.n°2,DNE/CNP, pp.105-113.
- 68- Samaniego, C & J.R. Maendaenda (1995) " Avanços na definição de uma política nacional de população em Moçambique" in Gazeta demográfica 8(12), CEP/UEM. pp.5-14
- 69- Santareno, J.A (1970) Problema da agricultura ultramarina, suas potencialidades e condicionalismos: O caso particular de Moçambique, (S.ed) Lisboa.

- 70----- (1973) Agricultura Moçambicana; (S.ed) Lourenço Marques.
- 71- Shultz, T (1983) Transforming traditional agriculture, University of Chicago Press, Chicago.
- 72- Sen, G (1993) "Mujer, Pobreza y población" in: Depesjando Horizontes. Mujeres en el medio ambiente; Ediciones de las mujeres nº18 ISIS Internacional (Santiago do Chile) pp.9-30
- 73-Silva, B et al (1986) Dicionário das Ciências Sociais , Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação, Rio de Janeiro.
- 74-Thines, G & A.Lempereur (1970) Dicionário geral das Ciências Humanas. Colecção Lexis, Edições 70, Lisboa
- 75- Thomas, N (1991)" Land, fertility and population establishment" in Population Studies. Vol 45. pp.379-397.
- 76- UAP/UPP (1996) "Pobreza: aspectos conceptuais" Revista Enfoque nº1 MPF, pp.6-º7
- 77- UPP (1991) Reflexoes sobre a dinâmica populacional de Moçambique: A mulher e a criança, desenvolvimento, energia e meio ambiente, CNP, Maputo.

78 _____ (1993) Pobreza, emprego e a questão demográfica na cidade de Maputo, Série PD, doc. N°7, CNP/DNE, Maputo.

79 _____ (1994) Relatório nacional de Moçambique sobre população e desenvolvimento, MPF, Série PD doc. N°10, Maputo.

80 _____ (1996) Bases para formulação da política nacional de População, MPF, Maputo.

81- Wladimir, P (1978) A demografia do subdesenvolvimento, Edição Saraiva, Rio de Janeiro.

82- WLSAMOZ (1992) Direitos a alimentos e a mulher em Moçambique: Estudo de caso na Região Sul, CEA/UEM, Maputo

83 _____ (1994) Direito à sucessão e herança em Moçambique, CEA/UEM, Maputo

84 _____ (1997) Families in a Changing Environment in Mozambique, CEA/UEM, Maputo

85- Wuyts, M (1978) Camponeses e a economia rural em Moçambique, CEA/UEM, Maputo

ANEXOS

ANEXO A: GLOSSÁRIO

Fecundidade é a procriação real de um indivíduo ou casal, grupo ou população.

A fecundidade depende da fertilidade e duma série de determinantes próximos ou directos (factores biológicos e comportamentais: frequência coital, amenoreia, infertilidade temporária/permanente, viuvez, aborto/natimorto, entre outros)⁽²⁸⁾ e indirectos (Nível escolar, profissão e/ou ocupação, urbanização, modernização, etc); além de factores estritamente demográficos (tais como: idade ao primeiro casamento, frequência e dissolução nupcial, estrutura etária).

Sob condições de não controlo de fecundidade (fecundidade natural) a idade ao primeiro casamento pode ser o factor mais determinante dos níveis de fecundidade (Jones, 1990).

Nas mulheres, o período para a gravidez vai de menarca na puberdade até a menopausa na meia idade (mais ou menos dos 15 aos 49 anos de idade).

Das variáveis demográficas a fecundidade é a que traz efeitos mais lentos mas profundos na estrutura e composição da população, pois para sua redução significativa, passa por uma série de variáveis socio-económicas, culturais e ambientais (p.ex: novas ideias, adopção de novos valores geralmente trazidos pela escolarização, modernização e urbanização).

Taxa global de fecundidade (TGF) é o número médio de filhos (vivos) que cada membro de

²⁸ Para mais detalhes, veja-se :J. Bongaarts The proximate determinants of fertility in sub-Saharan Africa. PDR, 10. 3(9), 1984
J. Bongaarts A framework for analysing the proximate determinants of fertility PDR. vol.3(3), 1978
J. Bongaarts Fertility, biology and behaviour: An analyse of the proximate determinants, Academic press. New York, 1983

uma coorte hipotética de mulheres teria, se durante o período fértil tivesse as mesmas taxas específicas que as de um determinado ano e que não estivesse exposta ao risco de mortalidade desde o nascimento até ao fim do período fértil. Este índice constitui uma medida teórica da nível de fecundidade perante ausência da mortalidade (Lopes & Santos, 1995). Outras medidas de fecundidade são a taxa bruta de natalidade e a paridade.

Fertilidade é a capacidade fisiológica de um homem, mulher ou casal de procriar (Lima, 1993 :8).

Taxa bruta de Natalidade é o índice que expressa o número de nascimentos vivos, num certo período de ano (em geral um ano) pelo número total de população.

Taxa bruta de Mortalidade é o número de óbitos que ocorrem num ano pelo número de população total nesse período expresso por mil. É um índice que a semelhança de taxa bruta de natalidade é influenciado pela estrutura etária da população.

Por idade a mortalidade é elevada nos primeiros anos de vida, depois decresce ao grupo etário de 10-14 anos e volta a aumentar até atingir as idades adultas. Por sexo, tende a ser maior nos homens, o que se deve a maior vulnerabilidade do homem à certas doenças do que a mulher. A estas causas biológicas agregam-se outras de carácter social e económico, tais como: o exercício de certos tipos de actividades que expõem a maiores riscos de vida, doenças, [...] (Wladimir, 1978:62).

Taxa de mortalidade infantil (TMI) é o número de óbitos que inda não completou um

ano de vida pela coorte respectiva de nados vivos. É a maior contribuinte de óbitos em populações com elevado índice de mortalidade (Lima, 1991).

Taxa de mortalidade infanto-juvenil é o número de óbitos menores de 5 anos pela respectiva coorte hipotética de vivos.

Esperança de vida à nascença- é o número de anos que um novo ser em média vive quando submetido aos riscos de mortalidade prevalentes para a coorte de indivíduos à qual pertence (Lopes & Santos, 1996). É um indicador sintético do nível da mortalidade por eliminar a dificuldade de comparação que apresenta a taxa bruta de mortalidade.

Família - é um conjunto de pessoas que vivem no mesmo espaço físico (casa) ou não, unidos pelas relações socio-culturais (parentesco/afinidade/ linhagem) e relações económicas (orçamento comum e divisão de trabalho) sendo liderado por um chefe. Consoante o número de gerações, existem: i) família nuclear- composto por pais e filhos (duas gerações); e ii) família alargada reconhece-se na existência de mais de três gerações (Avós, pais, filhos, netos, inclui às vezes colaterais relativos).

Nesta última, pode-se distinguir a família multinuclear (vários núcleos conjugais subordinados a um).

Segundo o tipo de união - dentro do esquema tradicional de casamento- distingue-se; a família monogâmica, a que é constituída pelo marido e uma esposa; e família poligâmica, inclui mais de uma esposa para o mesmo homem (Silva et al, 1986).

Dada às diversas formas que a família assume conforme os critérios e mudanças no

contexto social, político e económico, para efeitos estatísticos, usa-se o conceito de agregado familiar. Este último conceito, entende-se como o conjunto de pessoas que coabitam na mesma casa, com um orçamento comum e que reconhecem a autoridade de um só individuo como seu chefe, independentemente das suas relações de parentesco (DNE/GCR,1995).

Trabalho produtivo- Manipulação determinada e diferenciada da terra/objecto para gerar o produto de uso e de consumo, rendimento ou instrumentos de produção necessários para a sobrevivência ou bem-estar humano (Thines & Lempereur, 1970).

Trabalho doméstico- Todas actividades caseiras (...) sem registo formal(WLSAMOZ,1997:264). Nas áreas rurais de Moçambique, estas actividades incluem a busca de lenha e de água para fins de consumo, cozinhar, cuidar das crianças, fabrico de bebidas tradicionais para fins de consumo, venda e/ou para ajuda em certas fases do crescimento de culturas.

Economia tradicional- conjunto de actividades caracterizadas por uma organização rudimentar na sua tecnologia e/ou baseado em conhecimentos transmitidos de geração em geração. Esta economia "separa-se da economia moderna pelo menor grau de objectividade e racionalidade. Também relaciona a produção, a repartição e o consumo de bens materiais, os próprios processos acumulativos e irreversíveis em confronto com outros processos socio-culturais (Thines & Limpereur,1970).

Desenvolvimento - É um conceito multidimensional e dinâmico pelo que não existe uma definição comum do seu significado. Como corolário, existem muitas definições com dimensões filosófica, sociológica, cultural, económica e política. Contudo, expressa o processo de avanço, melhoramento, crescimento das condições sociais e económicas da população de uma unidade geográfica. Estas condições incluem o crescimento das actividades económicas em número, aumento (incluindo o melhoramento e/ou modernização tecnológica) da produção e receitas, incremento da população empregue e beneficiária dos resultados de tais actividades. Do ponto de vista económico, o crescimento é medido entre outros indicadores, pelo aumento do produto interno bruto (em receitas), aumento da população activa assalariada e população urbana, e o balanço positivo na diferença de exportação e importação de bens de consumo e de serviço. Sob ponto vista social, o desenvolvimento é medido pelo aumento da população com acesso à educação (técnico- profissional) e informação, com acesso à saúde, acesso à água potável, alimentação equilibrada, acesso à habitação permanente e meio ambiente sustentável, pela redução das taxas de mortalidade infantil e de fecundidade bem como o aumento da esperança de vida à nascença e ainda no aumento da participação popular nas decisões sobre a sua vida e comunidades (Clark, 1985; Silva et al, 1986; Sen, 1993; Chauffeur et al, 1996; Qureshi, 1996).

Economia de mercado- é a aquela cujo o sistema de preços e de produção é fixado pela oferta e procura livremente expressas (Qureshi, 1996). Embora a agricultura de subsistência e o comércio informal sejam actividades económicas que empregam a maioria da força de trabalho em Moçambique, estas não são consideradas de economia

de mercado.

Pobreza- tal como o conceito de desenvolvimento, a pobreza é um fenómeno dinâmico e multidimensional que necessita de ser avaliado no espaço geográfico e no tempo. Em geral refere-se a existência na sociedade- num determinado momento- de população com um nível de vida que não satisfaz as necessidades básicas segundo as normas da sociedade. As necessidades básicas são definidas em termos de bens (alimentação, vestuário, terra) e serviços (habitação, educação, saúde e sanitários, a água potável, informação, etc). O nível de vida em termos estatísticos, define-se em função de agregação de valor monetário de todos os bens e serviços consumidos pelo indivíduo.

Em Moçambique, consideram-se os seguintes indicadores para definição da pobreza: o baixo nível nutricional (medido em caloria/dia/pessoa); a falta de acesso à educação, aos cuidados de saúde, à água potável, à habitação permanente; altos índices de analfabetismo e de casamentos precoces; altas taxas de mortalidade e morbilidade infantil, altas taxas de natalidade/fecundidade, altas taxas de mortalidade materna, baixos rendimentos per cápitas, desemprego/subemprego e ainda o elevado número de membros do agregado familiar (UAP/UPP, 1996).

Agricultura tradicional é um dos sistemas de organização agrícola [...] que exprime a feição à rotina técnica, tendência ao imobilismo, o temor do desconhecido, o rigoroso acatamento e a inalterada transmissão através de gerações, a atitude de receio e desconfiança perante a inovação, a sua resistência à transformação, a sua inadaptação para se integrar espontaneamente em qualquer processo de desenvolvimento social [...](Barros,

1982:42).

Também se pode descrever como uma caracterização cultural duma população duma unidade geográfica, incluindo em certos casos arranjos institucionais pertencentes a propriedades de terra, base legal da posse de terra e a orientação da produção para o consumo (Shultz, 1983 ; FAO, 1986).

Em Moçambique, no período colonial, este conceito exprimia as diversas formas de exploração de terra praticadas pelas populações autóctones menos evoluídas e sob influência mínima de factores naturais em pequenas unidades do tipo familiar (Carvalho, 1968:13; Santareno, 1970 e 1973). Depois da independência o termo tradicional foi substituído pelo termo "familiar". Este último é definido como o uso e aproveitamento agrário que visando a satisfação das necessidades do agregado familiar, não empregue trabalho assalariado excepto nos casos em que esta é indispensável como resultado de ausência de membros do agregado familiar, doença e velhice⁽²⁹⁾.

Quanto as dimensões mínimas das áreas para este sistema agrícola, variam de país para país e da disponibilidade da terra arável e determina-se, conforme um dos 3 critérios:

-A superfície mínima necessária para dar emprego a um agregado familiar, satisfazer as suas necessidades de nutrição ou produzir um certo rendimento básico,

- mesma parcela pode produzir um certo rendimento segundo os tipos de culturas e

-A intensidade de uso de terra e a tecnologia que se emprega (FAO, 1986).

Assim, a agricultura tradicional, designa-se por " familiar" porque a mão de obra utilizada é predominantemente familiar;

-Por agricultura de subsistência ou doméstica devido à orientação da sua produção para o

consumo; e

- Por agricultura minifundiária devido às explorações maioritariamente pequenas em virtude do espaço produtivo ser limitado pela capacidade e tamanho da agregado familiar.

1.. Becker citado Por Lopes (1990) em apontamentos de Demografia: Os determinantes socio-económicos de Fecundidade

²⁹Mais detalhes veja-se C.B. Quintal-Mendes, O que é o sector familiar na agricultura Moçambicana?: uma reflexão; 1992, citando a lei de terra de 1987

ANEXO B: TABELAS

Tabela A.1: Tamanho de explorações, área ocupada, área média por agregado familiar, 1970

Extensão em classe (ha)	Explorações		Área ocupada		
	Total (em números)	%	área total	% da área	Área média por AF
Sector tradicional a)	1564605(99.7% das explorações totais gerais)	100	2334824.1 (93.3% da area total geral)	100 %	1.49
<0.1	18040	1.2	1215.5	0.1	0.007
0.1-0.2	53068	3.4	8218.1	0.4	0.15
0.2-0.5	228904	14.6	80865.5	3.5	0.35
0.5-1.0	400132	25.5	298167.3	12.8	0.75
2.0-3.0	512225	32.7	737896.5	31.6	1.44
3.0-4.0	206474	13.2	497171.4	21.3	2.41
4.0-5.0	687279	4.4	236880.0	10.1	3.45
>5.0	33907	2.2	150375.5	6.4	4.43
	43126	2.7	324034.3	13.9	7.51
Sector moderno b)	3983(0.3% das explorações do total geral)	100	173549.0 (6.7% da área total geral)	100	43.57
0.5-10.0	102	2.1	152.7	0.1	1.50
10.0-20.0	83	5.3	255.0	0.1	3.50
20.0-50.0	212	41.9	1324.2	0.7	5.82
50.0-100.0	1667	5.4	10640.6	6.1	6.38
100.0-200.0	373	9.4	4315.9	2.5	19.89
200.0-500.0	631	15.8	10474.0	6.0	28.08
500.0-1000.0	254	6.4	25334.5	14.6	40.15
1000.0-2500.0	268	6.7	14780.4	8.5	58.19
>2500.0	176	4.4	19578.3	11.3	730.09
			86774.4	50.0	793.04
Total geral	1564605	100	2508373.1	100	

Fonte: Missão agrícola para Inquérito agrícola, 1970

Nota: a) considera-se apenas a área cultivada, b) área cultivada e em pousio

Tabela A.2: Diferenciação da produção de algumas culturas entre os sectores moderno e o tradicional em Moçambique, 1970

Cultura/produto	Volume de produção (em toneladas)		
	Total	Sector tradicional	Sector Moderno
Milho	65000	24000	41000
Arroz	43600	7300	36300
Mapira	612	440	172
Feijão	9600	8200	1400
Mandioca	8800	8800	0
Amendoim	6300	5800	500
Copra	37100	30031	10300
Mafura	30031	78600	0
Castanha	87600	87600	0
Algodão	464872	442600	22272

Fonte: IV Plano fomento, Relatórios sectoriais, Vol 1.

Desenvolvimento agrícola, 1973

Tabela A.3: Número médio de meios de produção próprios por chefe do agregado familiar (AF) segundo a presença (P) ou ausência (A) do cônjuge em Moçambique

	Nº de A.F	Meios de produção					
		Enxada	Catana	Machado	Fóices	Pás	Charua
Características Dos chefes dos A.F	420	1.1	0.6	0.5	0.4	0.6	0.4
Mulher/s cônjuge	346	1.1	0.6	0.6	0.5	1.1	0.4
Mulher c/ Conjuge/P	61	1.0	0.6	0.6	0.3	0.6	0.3
Mulher c/cônjuge/A	13	0.9	0.4	0.3	0.2	0.3	0.2

Fonte: Extraído de tabulações do Inquérito Agrícola ao Sector Familiar, Ministério da Agricultura, 1993

Tabela A.4: Moçambique: Produção de culturas básicas e de rendimento do sector familiar na campanha 1993/1994

Culturas básicas	Nº de produto Res (10 ³)	Produção			
		Volume total de produção (10 ³ ton)	Consumo (%)	Comércio (%)	Produto/Produtor
Milho	1780	788	90	10	0.44
Arroz	563	135	94	6	0.23
Mapira	635	158	99	1	0.24
Mexoeira	45	4	100	0	0.08
Amendoim	458	39	87	13	0.08
Feijão	597	94	94	6	0.11
Mandioca	1073	526	96	4	0.52
Batata Doce	108	17	70	30	0.16
Culturas de rendimento					
Castanha	<u>509</u>	63	64	36	0.12
Coco/copra	<u>186</u>	101	76	24	0.54
Algodão	<u>153</u>	316	0	100	2.10
Cana de açúcar	<u>226</u>	175	42	58	0.77

Fonte: Elaborado na base de dos dados de DEA(1996), op.cit

Tabela A.5: Distribuição relativa da população camponesa por sexo e por províncias de Moçambique, 1991

Províncias	Total (%)	Homens (%)	Mulheres (%)
Niassa	93.11	87.2	98.0
Cabo Delgado	89.84	84.1	95.0
Nampula	87.23	77.2	96.8
Zambézia	80.52	64.8	93.9
Tete	67.81	44.8	88.8
Manica	77.07	56.9	93.9
Sofala	54.24	28.3	84.1
Inhambane	84.38	72.1	92.8
Gaza	78.77	57.9	93.3
Maputo	34.36	15.9	64.8

FONTE: DNE/GCR, *Força de trabalho e sua utilização em Moçambique 1991*, série IDN Doc. n.º4, 1994

Tabela A.6: Taxa de participação da força de trabalho nas áreas rurais por sexo e províncias em 1991

Grupos etários por província	País Taxa de participação (em %)			área rural Taxa de participação (em %)		
	total	H	M	Total	H	M
Niassa						
7-11	57.5	54.7	60.5	60.0	55.9	63.7
>=12	51.0	47.6	54.0	52.7	48.2	56.7
Cabo Delgado						
7-11	59.9	56.3	51.8	58.5	57.4	59.5
>=12	56.6	55.6	56.9	52.8	48.0	49.0
Nampula						
7-11	56.3	56.0	56.5	59.1	58.3	60.0
>=12 anos	49.4	49.1	49.8	49.8	36.3	40.3
Zambézia						
7-11	50.4	48.7	52.0	52.0	49.5	54.2
>=12	47.3	45.8	48.7	48.2	45.9	50.3
Tete						
7-11	40.7	41.1	40.4	41.3	41.0	41.4
>=12	39.0	39.3	38.8	39.8	39.7	39.9
Manica						
7-11	43.6	42.3	44.7	45.8	42.9	48.4
>=12	41.9	40.7	42.9	43.6	40.8	46.1
Sofala						
7-11	40.6	45.6	35.9	49.0	46.3	51.5
>=12	39.4	44.6	34.6	46.8	44.4	49.0
Inhambane						
7-11	50.9	47.8	53.4	51.7	48.5	54.3
>=12	48.3	45.2	50.9	49.1	45.7	51.7
Gaza						
7-11	55.2	50.7	54.1	54.2	52.0	56.3
>=12 anos	50.2	48.3	51.8	51.5	49.4	53.3
Maputo						
7-11	39.4	45.5	33.3	53.8	47.8	58.6
>=12	38.4	44.8	32.2	52.4	44.6	57.2

Fonte: DNE/GCR (1994), op.cit

Nota: A percentagem foi calculada em relação ao grupo etário de cada sexo.

Tabela A.7 : Distribuição dos agregados familiares agrícolas por área de exploração em Moçambique, 1993

Área cultivada, em pousio ou arendada	Nº de AF		Área total dos agregados familiares		área média ocupada por A.F	
	(Em hectares)	10 ³	%	10 ³ ha	%	em ha
<0.24			11	33	1	0.13
0.25-0.49	225		13	99	4	0.34
0.50-0.99	292		16	239	10	0.64
1.00-1.99	375		31	898	39	1.28
2.00-3.99	704		21	1227	54	2.58
4.00-9.99	477		7	766	34	5.02
>=10.00	153		1	333	15	11.73
	28					
Total		2638	100	3596	100	1.57

Fonte: Elaborado na base das tabulações do Inquérito Agrícola ao Sector Familiar, Ministério da Agricultura, 1993

Tabela A.8 : Comparação das Taxas globais de fecundidade (TGF) de Moçambique com Africa, regioes e o mundo em 1980

País/ área de residência/Região	Taxa global de Fecundidade
Moçambique	6.49
Moçambique urbano	6.79
Moçambique rural	7.49
Africa	6.2
Países Subdesenvolvidos	3.9
Países desenvolvidos	1.9
Mundo	3.4

Fonte: DNE(1990), op.cit

Nota: Os dados de Moçambique referem-se ao ano de 1980
Os das Regiões ao de 1989

Tabela A.9: Taxa de dependência demográfica e económica da população rural por províncias em 1991

	PAIS TOTAL		ÁREA RURAL	
	DEPENDEN CIA DEMOGRAF I CA (%)	DEPENDEN CIA ECONOMIC A (%)	DEPENDEN CIA DEMOGRAF I CA (%)	DEPENDEN CIA ECONOMICA (%)
TOTAL	92.2	146.5	92.4	119.1
NIASSA	97.9	130.1	98.1	125.8
CABO	88.1	126.1	88.3	123.3
DEL.	93.5	131.9	93.2	126.2
NAMPULA	97.0	149.0	98.5	148.0
ZAMBEZI	105.4	175.4	108.6	178.0
A	104.6	168.6	107.7	166.1
TETE	88.0	159.2	91.7	147.2
MANICA	88.9	143.7	88.7	142.2
SOFALA	88.4	139.4	87.3	135.6
INHAMB.	89.8	164.5	80.5	131.5
GAZA				
MAPUTO				

Fonte: DNE/GCR (1994),op.cit

Tabela A.10: População total e o número de agregados familiares camponeses em Moçambique, 1992

Provín Cias	Super fície em km ²	Popula ção total	Agregados familiares camponeses	
			<u>Número total de agrega Dos familia Res</u>	<u>Número médio de membros por agregado familiar</u>
Total	799379	15036143	<u>2766732</u>	<u>4.2638</u>
Niassa	129056	717484	172208	3.8063
Cabo Del	82625	1260772	273280	4.2109
Nampula	81606	2957131	707294	3.6154
Zambez.	105008	2985023	630372	4.2216
Tete	100724	748159	152054	5.2657
Manica	61661	659360	100129	4.6950
Sofala	68018	1335840	184505	4.6950
Inhamb.	68615	1297070	247935	4.5873
Gaza	75709	11168044	188287	4.9568
Maputo	26358	19707260	110668	4.69538

Fonte:DEA, Estatísticas agrárias 1992, Ministério da agricultura e pesca,1994

Tabela A.11: Taxa global de fecundidade segundo as províncias e áreas de residência entre 1980 e 1991

	Taxa global de Fecundidade (filhos por mulher em idade reprodutiva)	
	1975-1980	1991
País	6.42	6.01
área urbana	5.72	-
área rural	6.93	-
Niassa	7.40	6.53
Cabo Delgado	6.45	5.95
Nampula	6.21	6.65
Zambezia	8.20	6.98
Tete	7.33	6.70
Manica	7.10	6.46
Sofala	6.54	5.67
Inhambane	6.11	5.71
Gaza	6.36	5.01
Maputo	6.42	5.38

Fonte: DNE(1985), op.cit; DNE/GCR(1995), op.cit

Tabela A.12: Taxa bruta de mortalidade por provincias e áreas de residência

	Taxa bruta de mortalidade (óbitos por mil)					
	1975-1980			1991		
País área urbana área rural	Total	H	M	Total	H	M
	22.13	20.413.	19.2	19.75	-	-
	13.3	0	12.5	-	-	-
	22.6	21.8	21.2	-	-	-
Niassa	23.2	22.3	21.5	18.0	17.0	16.0
Cabo Delgado	22.7	21.9	21.1	21.0	19.0	18.0
Nampula	20.2	21.5	20.7	23.0	22.0	22.0
Zambezia	23.8	22.9	22.1	28.0	26.0	24.0
Tete	23.3	22.4	21.7	20.0	19.0	18.0
Manica	21.8	21.0	20.3	18.0	17.0	16.0
Sofala	18.0	22.2	21.4	17.0	17.0	15.0
Inhambane	18.0	17.8	17.3	20.0	19.0	18.0
Gaza	16.5	17.4	16.9	18.0	17.0	17.0
Maputo		16.0	15.9	17.0	16.0	15.0

Fonte: DNE (1985), op.cit; DNE/GCR (1995), op.cit

Tabela A.13: Variação da mortalidade infantil em Moçambique por províncias entre, 1980 e 1991

País área urbana área rural	Taxa de mortalidade infantil (óbitos de menores de um ano por mil nados vivos)					
	1975-1980			1991		
	Total	H	M	Total	H	M
Niassa	219	235	202	116	136	114
Cabo	213	229	197	142	159	129
Delgado	207	223	192	164	167	150
Nampula	226	243	209	198	205	162
Zambezia	220	237	204	135	153	126
Tete	202	217	186	118	138	115
Manica	216	233	200	112	144	117
Sofala	156	167	143	122	141	119
Inhambane	149	161	137	117	137	98
Gaza	117	126	107	93	116	
Maputo						

Fonte: DNE (1985), op.cit; DNE/GCR (1995), op.cit

Tabela A.14: Nível de educação de adulto por sexo nas áreas rurais em Moçambique, 1993

Nível de instrução	Género					
	Total		Homens		Mulheres	
	N ^o	%	N ^o	%	N ^o	%
Analfabeto	2363	46	786	32	1563	58
Alfabetizado	87	2	45	2	42	2
1 ^a - 3 ^a classe	1409	30	754	30	655	25
>=4 ^a classe	1292	22	891	36	401	15
Total	5137	100	2476	100	2661	100

Fonte: DEA (1993), op.cit

Nota: Foi considerado adulto todo individuo de 14 anos ou mais

Tabela A.15: Número de charuas por províncias em Moçambique, 1970

Províncias	Número de Charuas
Niassa	-
Cabo Delgado	-
Nampula	171
Zambezia	-
Tete	2599
Manica e Sofala	6421
Inhambane	15004
Gaza	36231
Maputo	11514
Total	71740

Fonte: Missao Agrícola para Inquérito Agrícola, 1970

Tabela A.16: Evolução da superfície cultivada da agricultura familiar entre 1980 e 1991

Província	1980		1991	
	Superfície cultivada (em hectares)	Superfície por agregado familiar	Superfície cultivada (Em hectares)	Superfície por agregado familiar
Niassa	161294	1.39	219691	1.34
Cabo Delgado	210585	1.09	294903	1.12
Nampula	6464585	1.22	796420	1.16
Zambezia	409291	0.8	42675	0.75
Tete	234906	1.46	149449	1.13
Manica	153496	1.81	139059	1.17
Sofala	139987	1.14	156966	1.15
Inhambane	422741	2.12	334193	1.43
Gaza	241400	1.56	178579	1.08
Maputo	110230	1.39	85524	0.98
Total	2710388	1.26	2778459	1.08

Fonte: DEA, Estatísticas agrárias 1981 e 1991, Ministério da Agricultura, Maputo, 1992

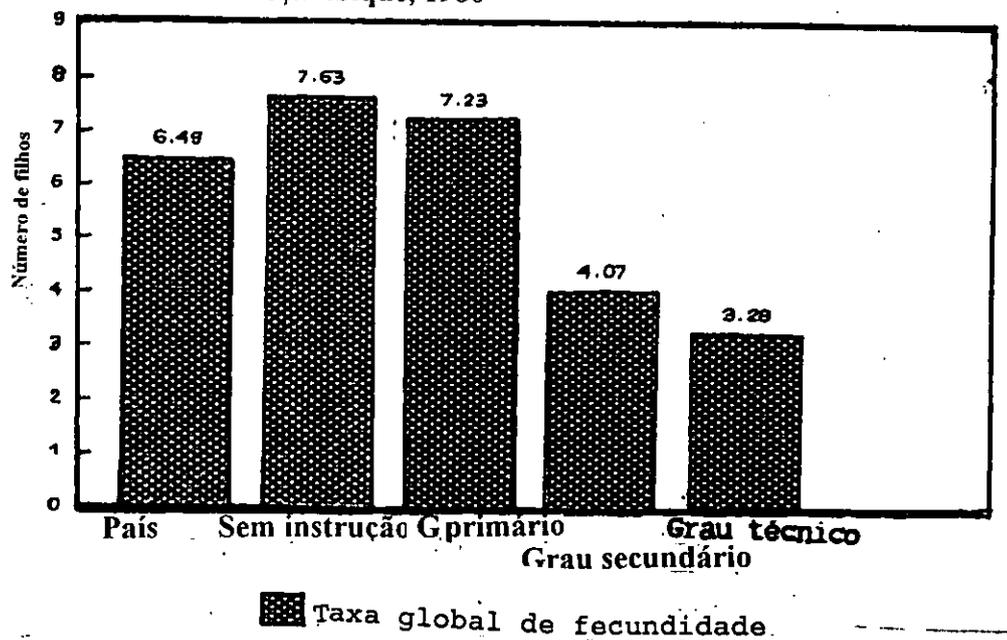
Tabela A.17: Variação dos rendimentos de algumas culturas tradicionais por número de membros do agregado familiar em Moçambique

Cultura	Número de membros do Af em classe	Rendimento médio agrícola (Kg\ha)
Milho	1-4	352
	5-7	472
	>=8	491
Mandioca	=<4	1325
	5-7	1560
	>=8	2197
Amendoim	=<4	119
	5-7	221
	>=8	224

Fonte: Elaborado na base das tabulações do Inquérito Agrícola ao Sector Familiar, Ministério de Agricultura, 1993

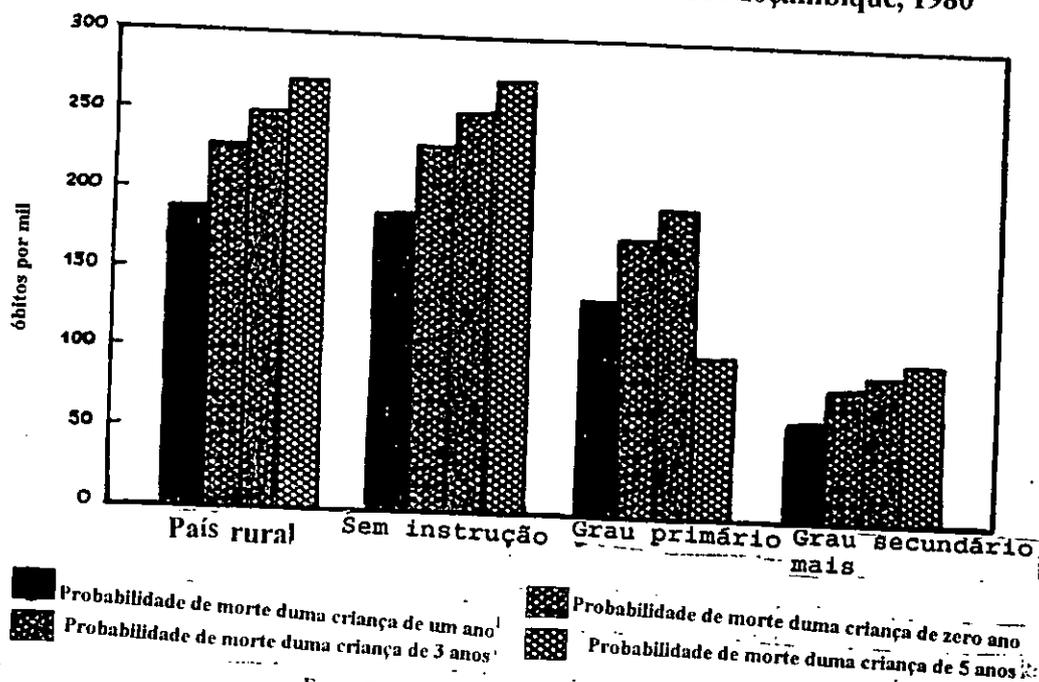
ANEXOS C: FIGURAS

Fig.9- Variação da fecundidade com nível instrução em Moçambique, 1980



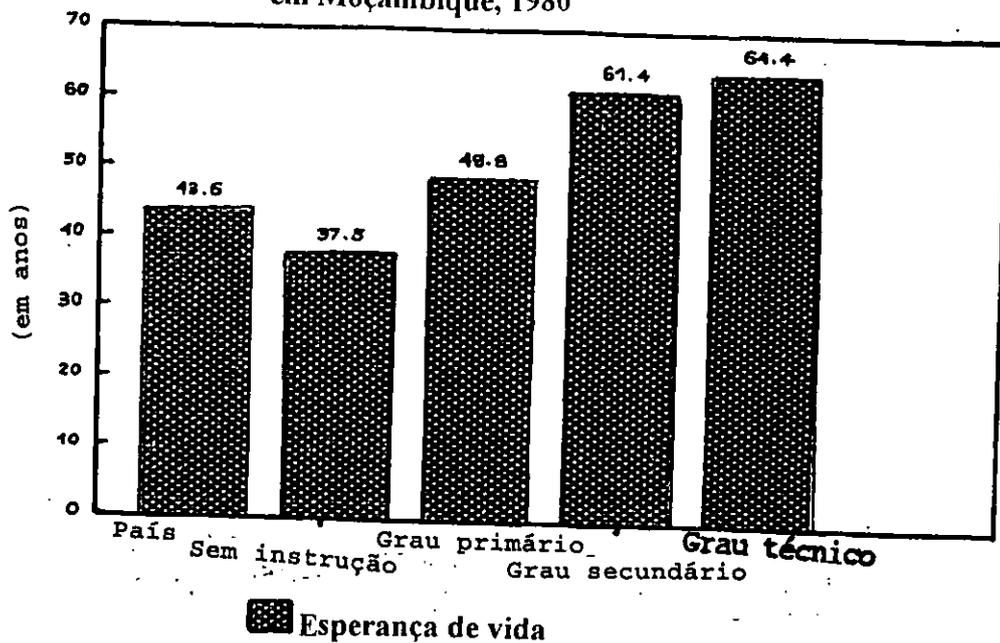
Fonte: Elaborado na base da tabela 9

Fig.10- Variação da Mortalidade infanto-juvenil por nível de instrução das mães nas áreas rurais de Moçambique, 1980



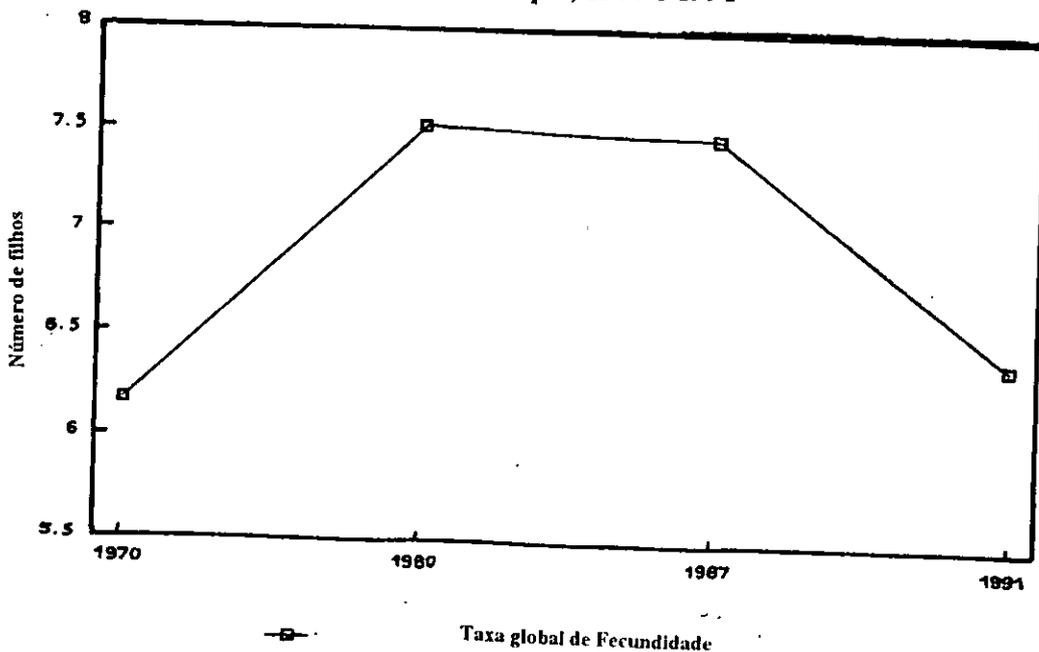
Fonte: Gaspar & Mendonça, 1990

Fig.11- Variação da esperança de vida por nível de instrução em Moçambique, 1980



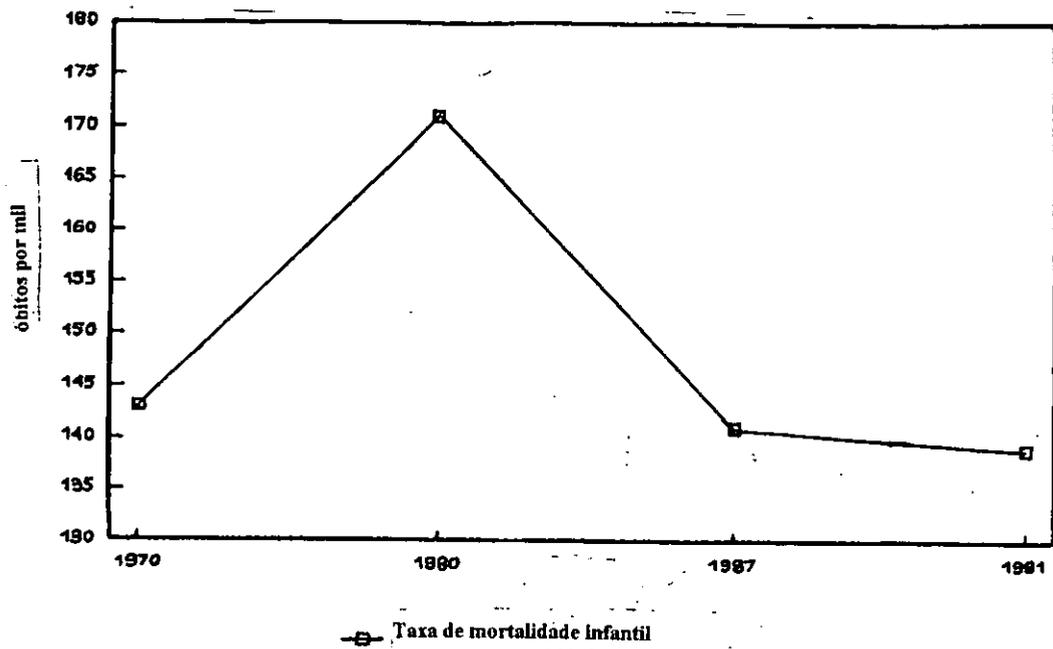
Fonte: Elaborado na base da tabela 9

Fig.12- Tendências da taxa global de Fecundidade nas áreas rurais de Moçambique, 1970 e 1991



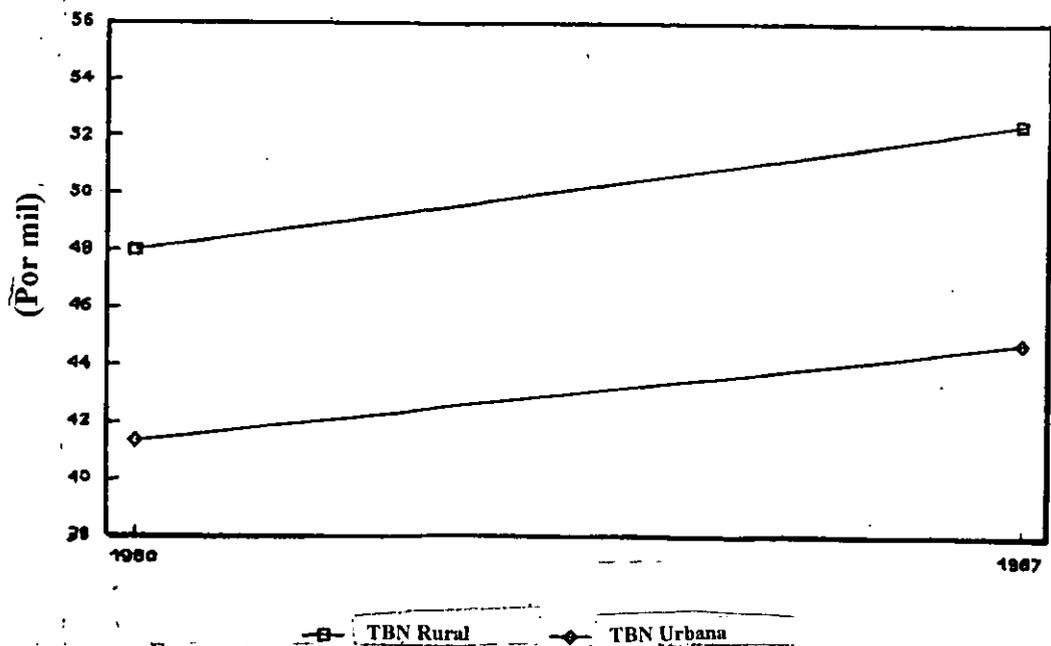
Fonte: Elaborado com base nos dados de IV plano Fomento (1973) Monreal (1987), op.cit; e DNE/GCR (1995), op.cit

Fig.13- Tendências da taxa da mortalidade infantil nas áreas rurais de Moçambique, 1970 e 1991



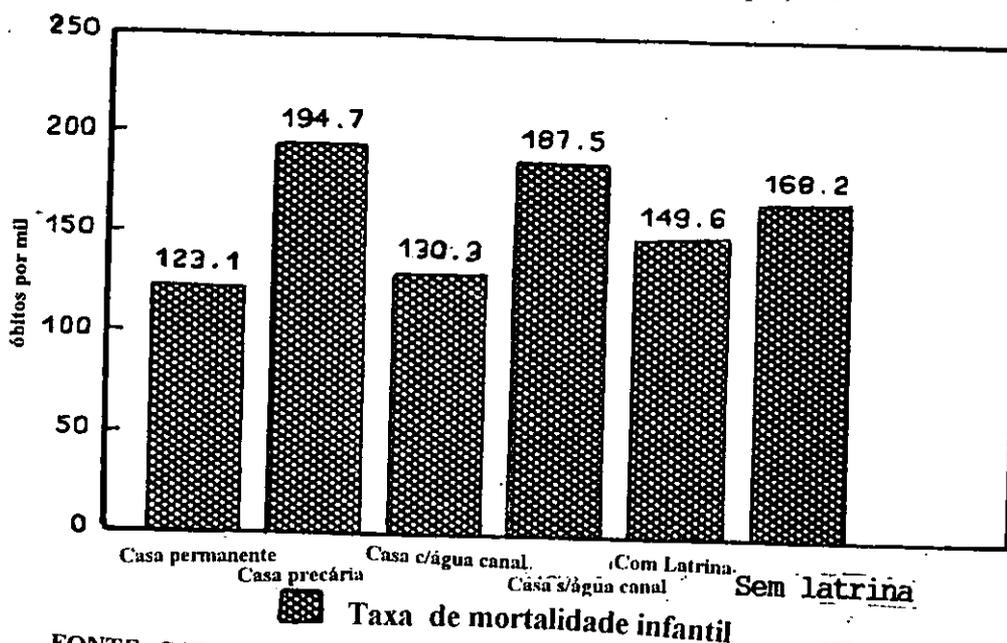
Fonte: IV Plano Fomento(1973);DNE/GCR (1995)

Fig.14- Tendências da taxa bruta de natalidade por áreas de residência, 1980 e 1987



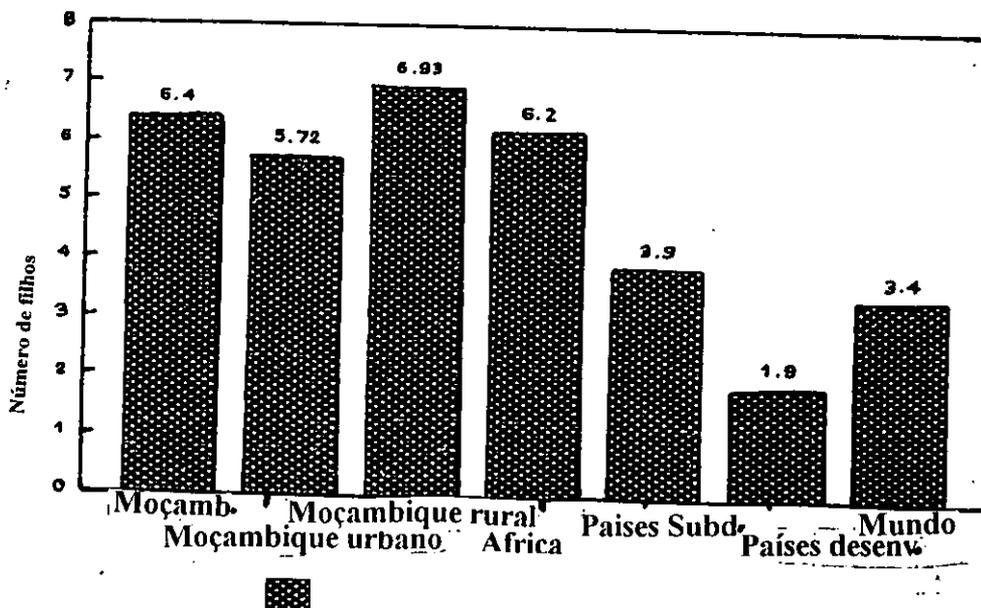
Fonte: Monreal (1987), op.cit; E DNE (1985), op.cit

Fig.15- Variação da Mortalidade infantil segundo as condições de alojamento em Moçambique, 1980



FONTE: CCR (1982), op.cit

Fig.16- Comparação da taxa global de fecundidade por áreas de residência de Moçambique e regiões do mundo, 1980



Fonte: DNE(1990),op.cit.

Nota: Os dados de Moçambique referem-se ao ano de 1980
Os das Regiões ao de 1989

ANEXO D: MAPAS

ERRATA

pag.	parágrafo	linha	onde-se lê	Deve-se ler
i	1	3	relaização	realização
iv	1	2	Correlactivamente	correlativamente (idem para outros casos)
vi		11	Pôs-independência	Pôs-independência
vi		15	...agrícola	... rural
vi		17	...f4familiares	... familiares
3	2	3	simultaneamante	simultaneamente
3	4	1	antigir	atingir
4	6	2	...á	...à
10	5	3	ignorança	ignorância (Idem para outros casos)
20	Título da tabela 1		...,1997	...,1996
20	2	3	...o...	...a...
22	4	8	cônguges	cônjuges
33		3	idade idade	idade
33	Tabela 2	3	2 1182.4	11824.4
34	2	1	mascunidadeque	masculinidade, que...
38	2	8	largadas	alargadas
51	Subcapítulo 4.9		MPACTO...	IMPACTO...
51	1	2	... nível	...ii) nível
72	4	4	... etáriae...	...etária e...
76	2	2	...refridos...	...referidos...
80	Título da Ref .nº26		...1?...	...10...
86	Título da ref.nº72		...despesjando	...despejando

MAPA 2- MOÇAMBIQUE: DIVISÃO POLITICO- ADMINISTRATIVA



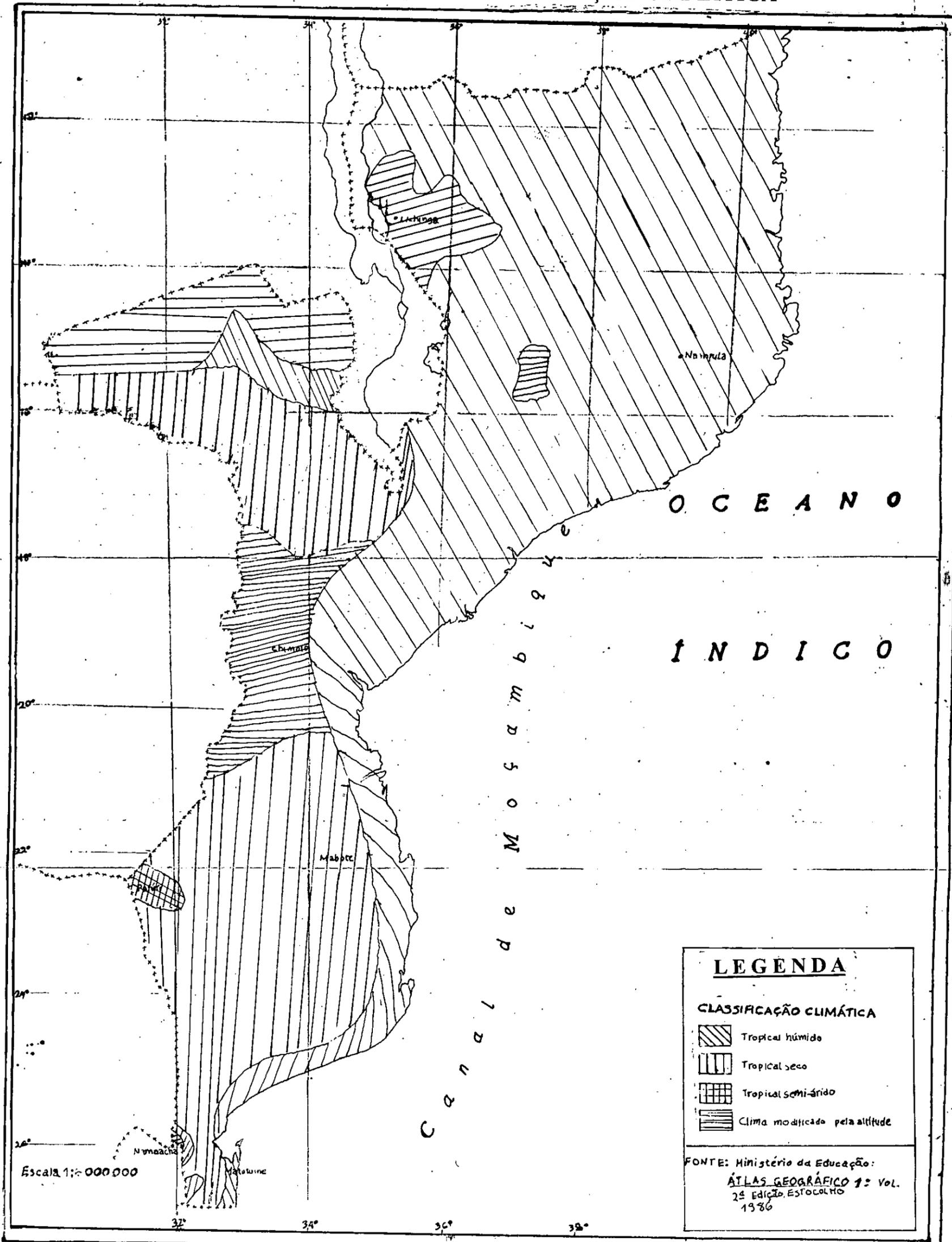
LEGENDA

- ++ Fronteira internacional
- Limite entre províncias
- Limite entre Distritos
- Capitais de províncias
- Cidades secundárias Terciárias

Base cartográfica: DINAGECA, 1987

Escala 1/6.000.000

MAPA 3- MOÇAMBIQUE: CLASSIFICAÇÃO CLIMÁTICA

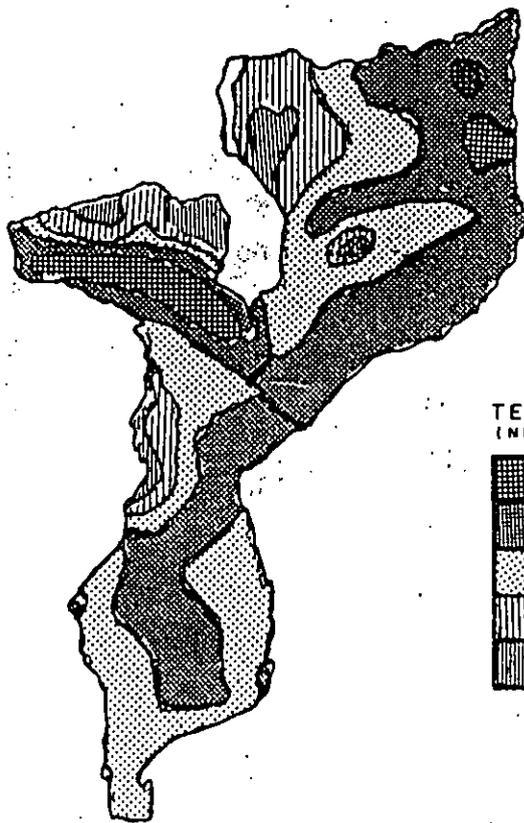


LEGENDA

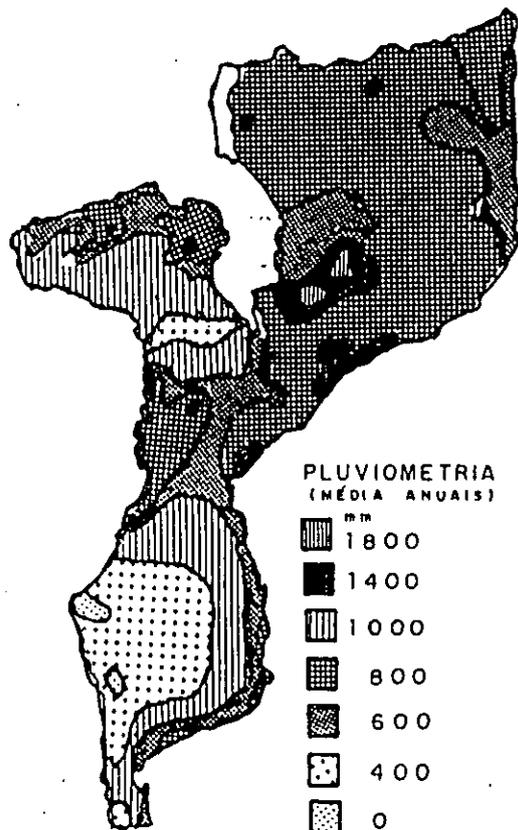
- CLASSIFICAÇÃO CLIMÁTICA**
-  Tropical húmido
 -  Tropical seco
 -  Tropical semi-árido
 -  Clima modificado pela altitude

FONTE: Ministério da Educação:
ATLAS GEOGRÁFICO 1: Vol.
 2ª Edição, ESTOCOLMO
 1986

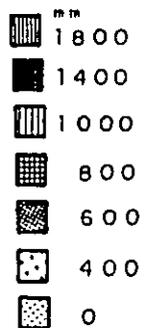
MAPA 3.1 TEMPERATURA E PLUVIOMETRIA EM MOÇAMBIQUE



TEMPERATURAS
(MÉDIAS ANUAIS)



PLUVIOMETRIA
(MÉDIA ANUAIS)



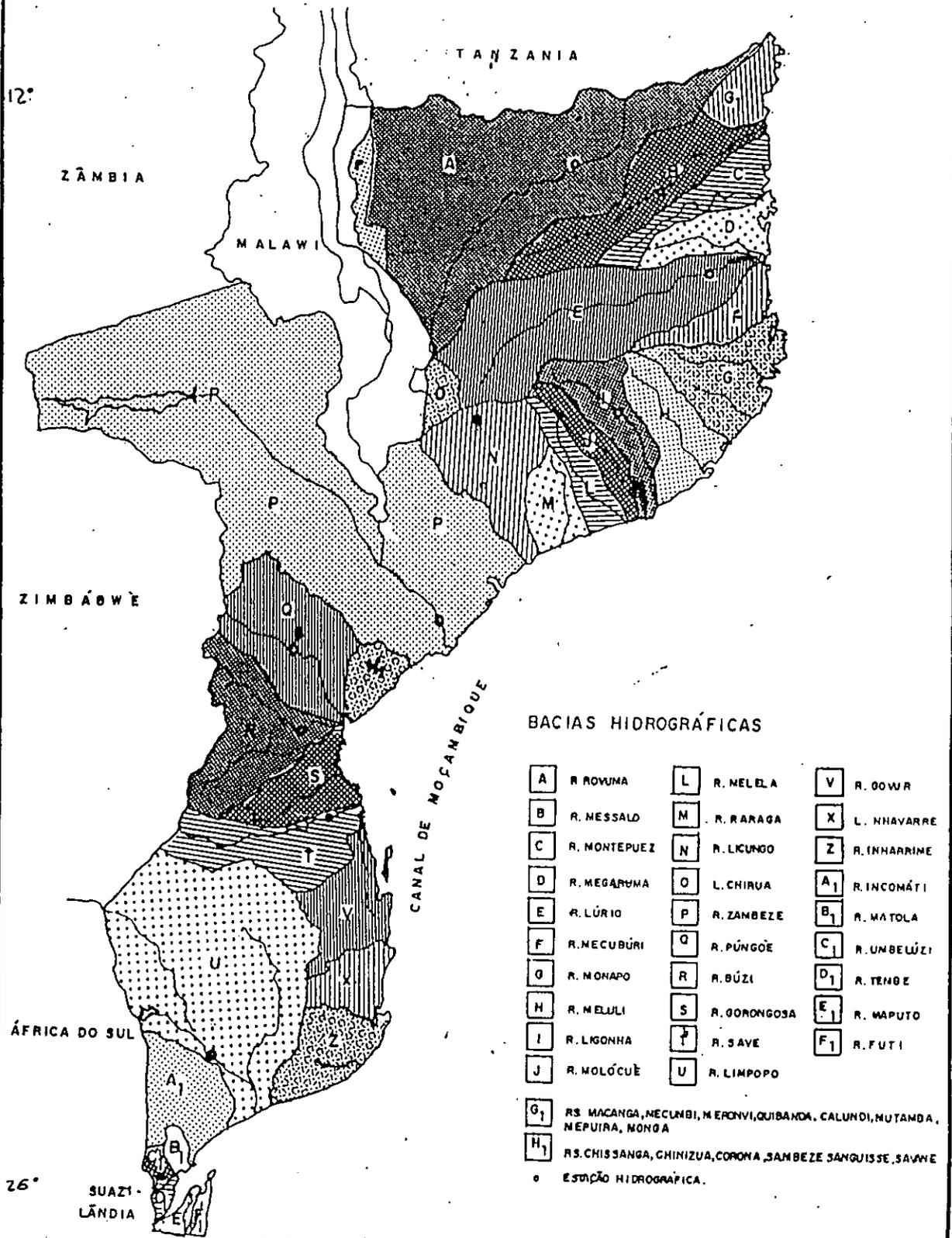
FONTE: ATLAS GEOGRAFICO VOL. 1 P. 18
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO 1986

ESCALA 1:12000 000

32°

40°

MAPA 4- BACIAS HIDROGRÁFICAS DE MOÇAMBIQUE

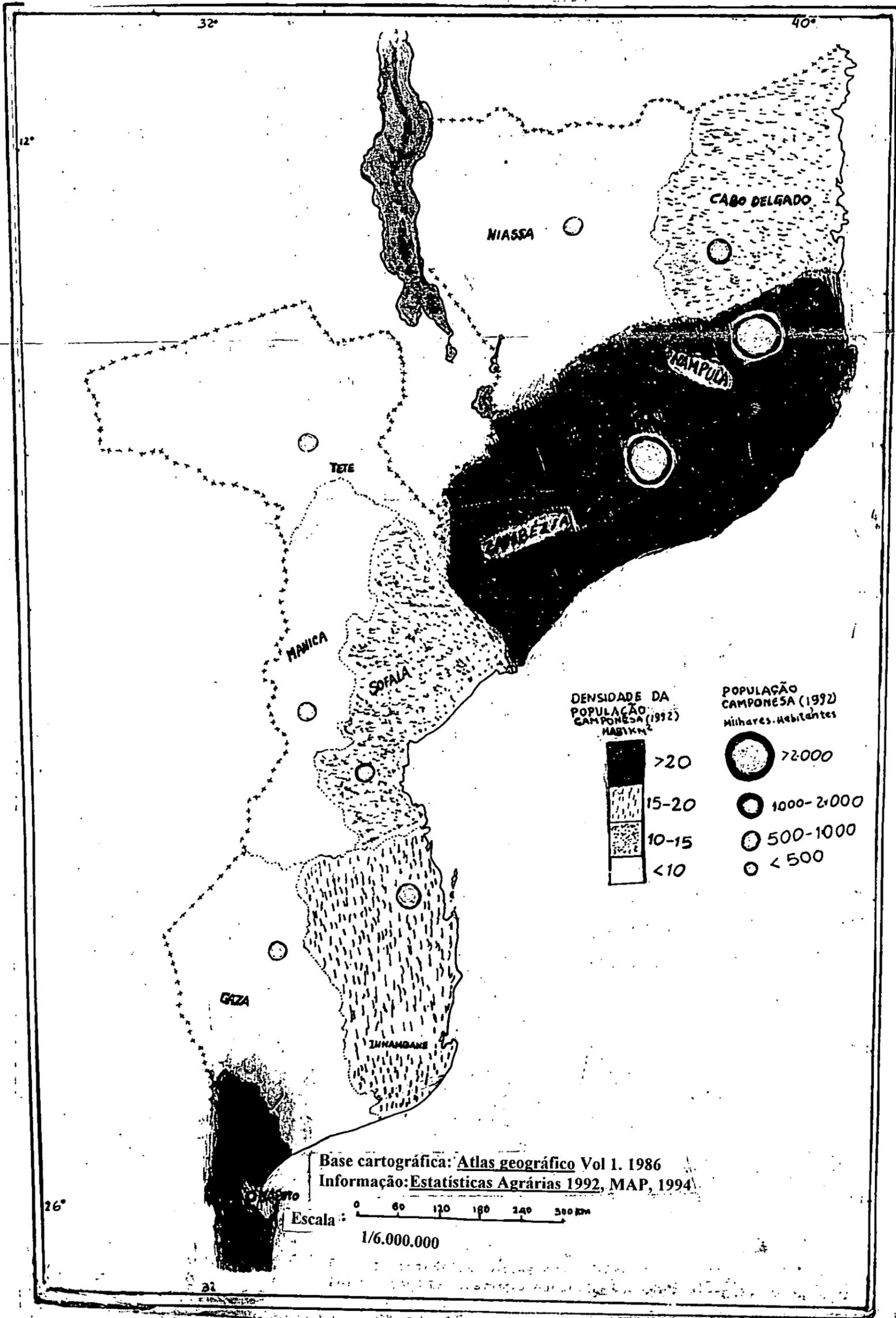


FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - 1986

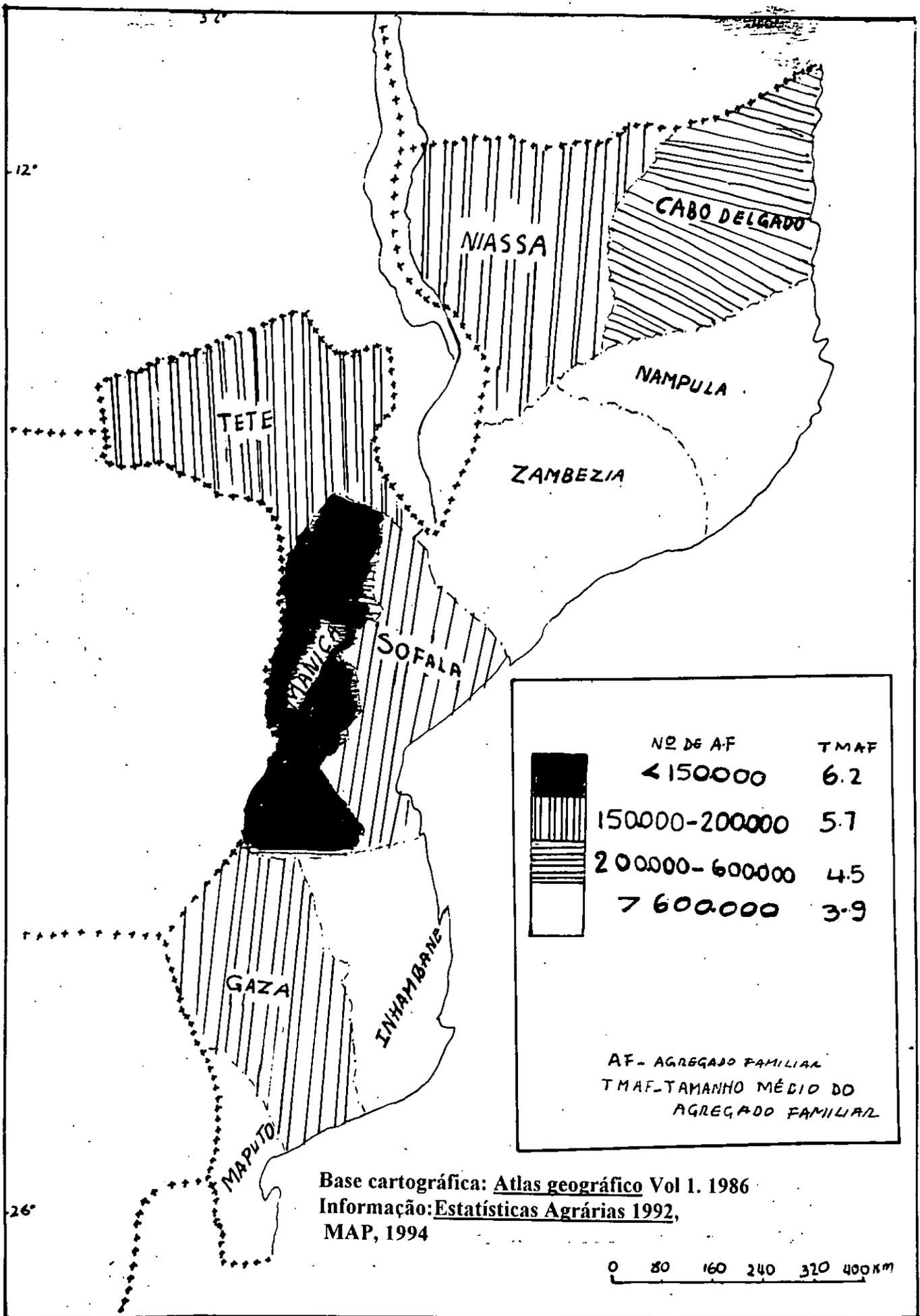
ALAS GEOGRÁFICO VOL. 1 PÁG. 15

ESC. 1:6000 000

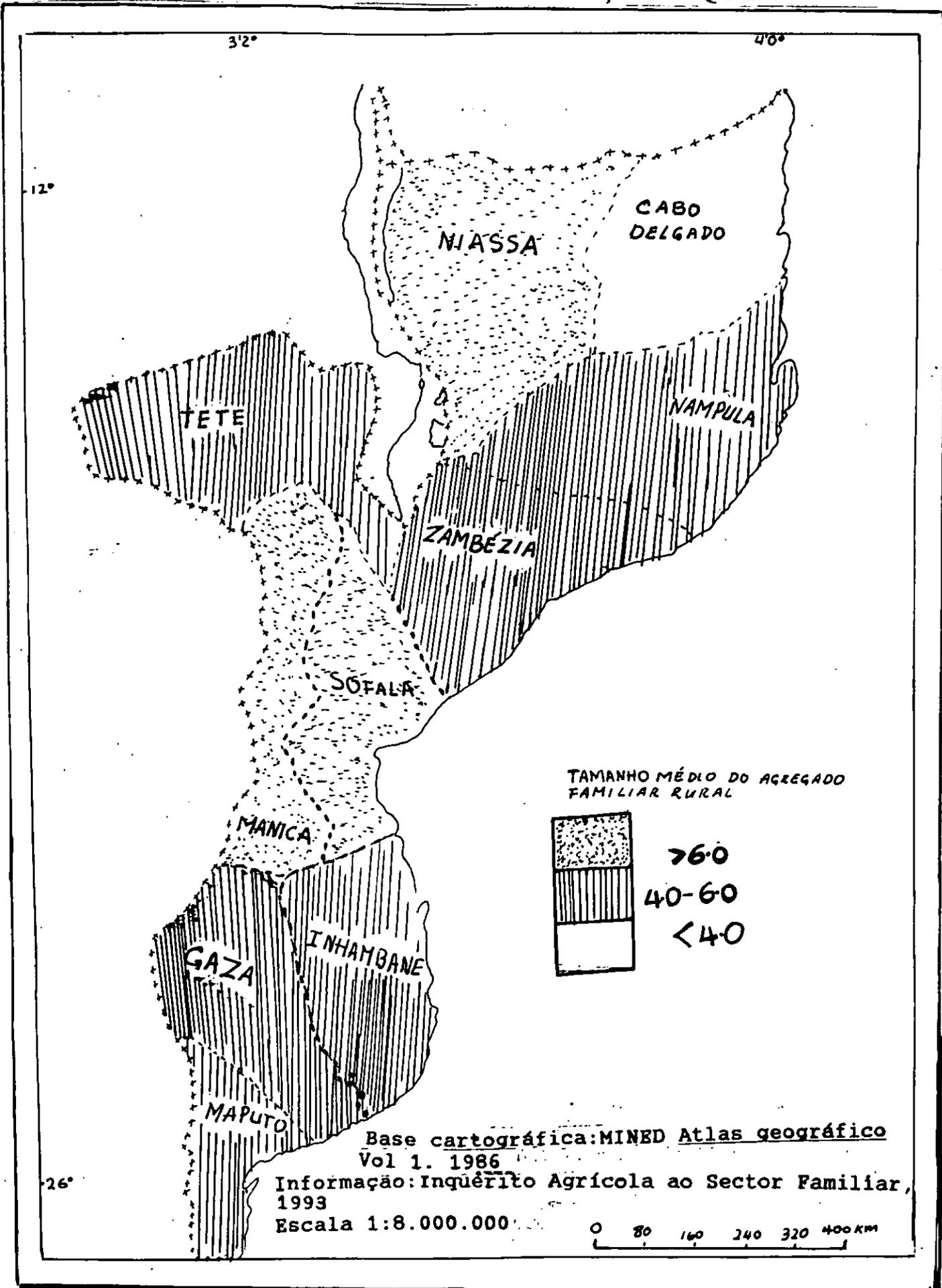
MAPA 5- MOÇAMBIQUE: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO CAMPONESA



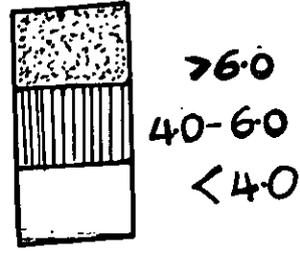
MAPA 6- MOÇAMBIQUE: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS AGREGADOS FAMILIARES CAMPONESES



MAPA 7- VARIACÃO ESPACIAL DO TAMANHO DO AGREGADO FAMILIAR RURAL DE MOÇAMBIQUE



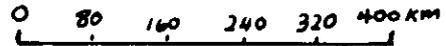
TAMANHO MÉDIO DO AGREGADO FAMILIAR RURAL



Base cartográfica: MINED Atlas geográfico Vol 1. 1986

Informação: Inquérito Agrícola ao Sector Familiar, 1993

Escala 1:8.000.000



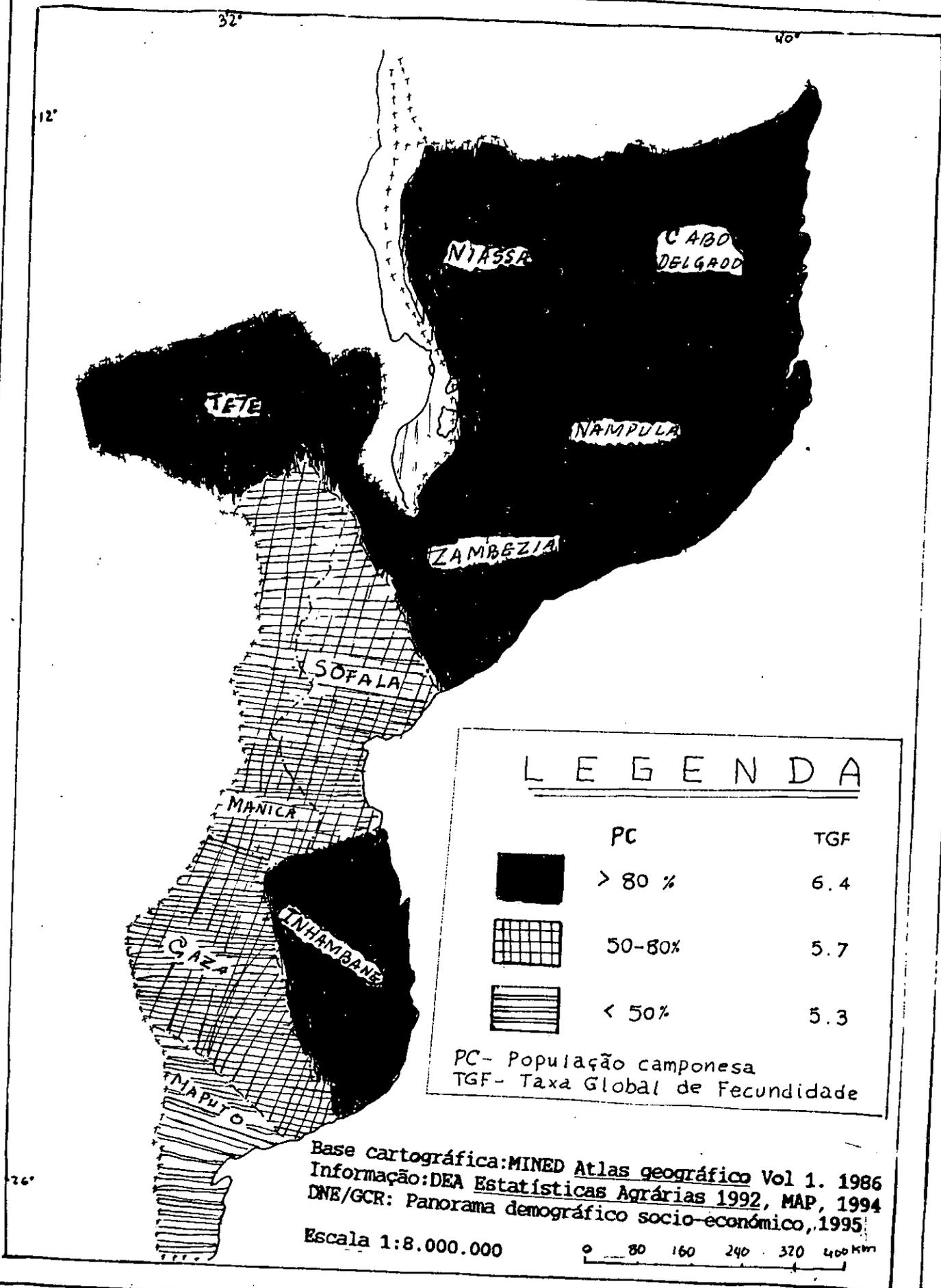
12°

32°

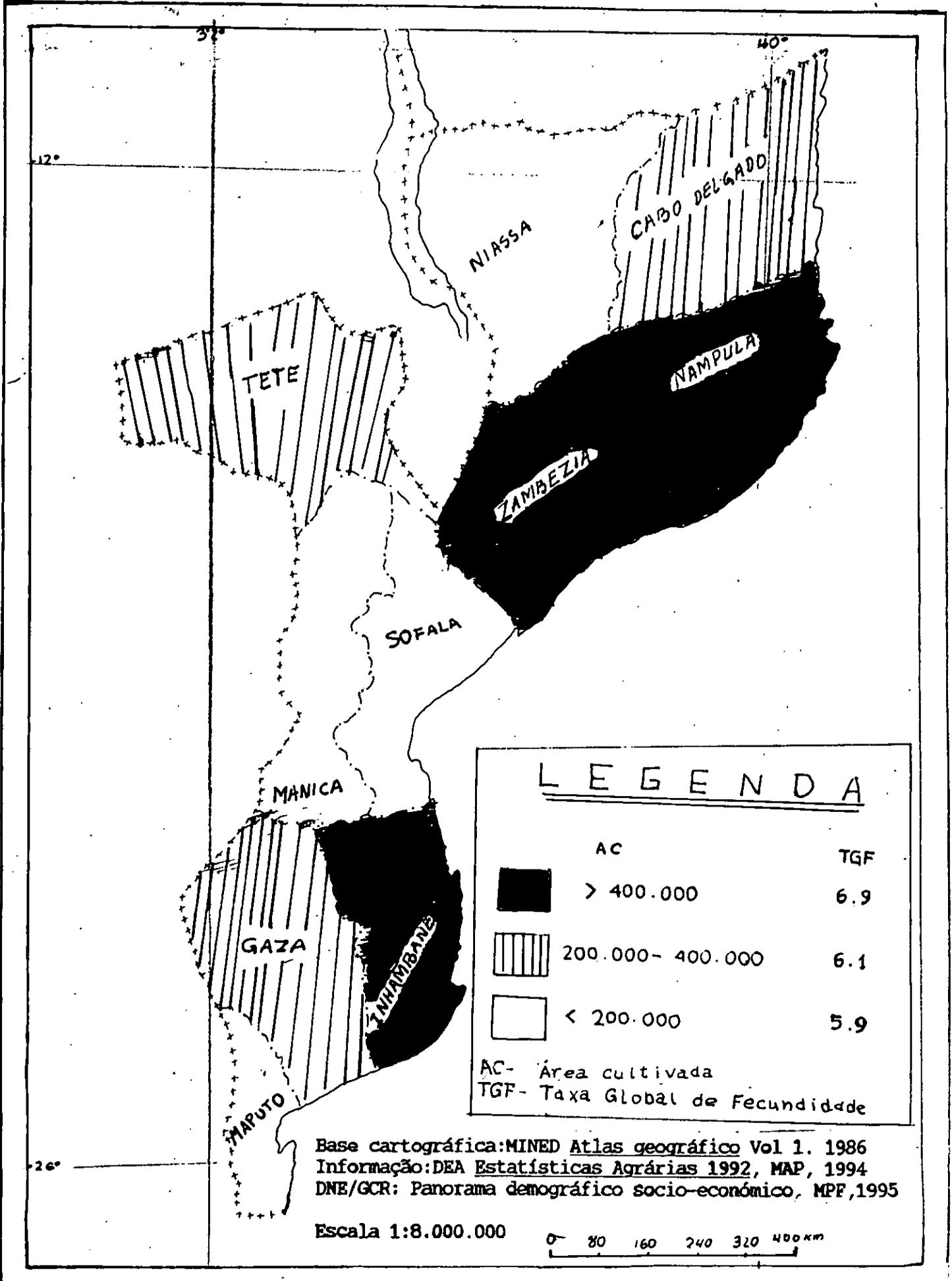
48°

26°

MAPA 8- VARIAÇÃO ESPACIAL DA FECUNDIDADE COM A PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO CAMPONESA



MAPA 9 MOÇAMBIQUE: VARIAÇÃO ESPACIAL DA FECUNDIDADE COM AS ÁREAS CULTIVADAS



L E G E N D A	
AC	TGF
> 400.000	6.9
200.000 - 400.000	6.1
< 200.000	5.9
AC - Área cultivada	
TGF - Taxa Global de Fecundidade	

Base cartográfica: MINED Atlas geográfico Vol 1. 1986
 Informação: DEA Estatísticas Agrárias 1992, MAP, 1994
 DNE/GCR: Panorama demográfico socio-económico, MPF, 1995

Escala 1:8.000.000